

SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, SA

Sede: Rua João Mendonça, 529 – 4464-501 Senhora da Hora

Capital Social 1.000.000.000 Euros

**Matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o
número único de matrícula e identificação 501 532 927**

RELATÓRIO E CONTAS

31 DE DEZEMBRO DE 2013

Relatório de Gestão

SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, SA

RELATÓRIO DE GESTÃO 2013

Sonae Investimentos, SGPS, SA é a empresa do grupo Sonae que agrega a atividade core do grupo, o retalho.

1 ATIVIDADE AO LONGO DO ANO

Ao longo de 2013, a Sonae Investimentos, SGPS, SA realizou um volume de negócios consolidado de 4.671 milhões de Euro - o que representa um acréscimo de 3% face ao ano anterior. Neste mesmo período, o "cash-flow" operacional consolidado da Empresa atingiu 357 milhões de euros. Este valor representa um rácio sobre as vendas líquidas totais de 7,6%, mais 0,5 p.p. que no ano anterior.

Na evolução da atividade da Empresa destacamos os seguintes aspetos:

O volume de negócios das **insígnias de base alimentar** alcançou um total de 3.415 milhões euros, 4,1% acima de 2012. Este aumento reflete não só a expansão seletiva da sua área de vendas (incluindo 17 novas lojas Continente), mas também o crescimento de 1,4% nas vendas no universo comparável de lojas. Este crescimento é ainda mais notável se considerarmos o ambiente macroeconómico e o processo de ajustamento aos quais Portugal ainda se encontra exposto, com o PIB a descer 1,4%. No 4T13, as vendas no universo comparável de lojas da Sonae MC aumentaram em 1,1%, o que adicionado à abertura de 7 lojas Continente levou a um aumento do volume de negócios de 5,5% quando comparado com o 4T12.

Deste modo, estima-se que durante este período a Sonae MC tenha continuado a fortalecer a sua quota de mercado no setor de retalho alimentar em Portugal¹, com base:

- i) Na melhoria contínua da qualidade dos produtos, com o Continente a ser eleito em 2013 como marca de confiança pelo 11.º ano consecutivo. Em 2014, já recebemos este reconhecimento referente ao 12º ano.
- ii) Na estratégia de disponibilizar aos clientes uma ampla gama de produtos, o que nos permite reagir rapidamente a mudanças nos hábitos dos clientes (tanto na fase "trading down" como "trading up"). Tal foi alcançado pelo facto de se ter a maior variedade de referências de marca própria, assim como outras marcas de fornecedores. O portefólio de marcas próprias Continente manteve-se em 2013 em aproximadamente 31% do volume de negócios nas categorias de bens de grande consumo (FMCG).

¹ Por exemplo, o inquérito Homescan da A.C.Nielsen até 29 de Dezembro: +0.4pp na quota de mercado para a Sonae MC

- iii) No crescimento de 8% das vendas online face ao mesmo período do ano anterior, sustentado pela nova plataforma de comércio eletrónico.
- iv) Na abertura seletiva de lojas, conforme detalhado nas páginas seguintes deste documento.

No segmento de negócio em análise o “Underlying” EBITDA aumentou para 258 milhões de euros, alcançando uma margem de EBITDA de 7,6%, apesar do ambiente altamente competitivo que nos levou a um forte esforço promocional, particularmente no último trimestre do ano, causando uma deflação interna de 0,8% e um efeito negativo no EBITDA. Esta atividade promocional continuou a ser impulsionada pelo cartão de fidelização do Continente (que representou mais de 90% das vendas durante o período). Esta rentabilidade é apenas possível com um rigoroso controlo de custos e ganhos adicionais na produtividade, sustentado pelos programas de melhoria contínua implementados com toda a dedicação das nossas equipas.

No que respeita ao volume de negócios das insígnias de **retalho especializado**, alcançou um volume de negócios de 1.210 milhões de euros. Apesar da redução de 13 mil m² quadrados e do impacto negativo da evolução macroeconómica nos níveis de consumo, particularmente nos produtos mais discricionários, o desempenho das vendas foi ligeiramente superior ao do ano passado. Os níveis de consumo privado em Portugal e Espanha continuaram a sofrer um impacto negativo, motivado pelos processos de ajustamento económico. No entanto, no caso de Portugal, estima-se que a taxa de declínio do consumo seja menor que em 2012². No quarto trimestre de 2013, o volume de negócios da Sonae SR em Portugal cresceu 9% comparativamente com o mesmo período do ano anterior (crescendo 5% no universo comparável de lojas), o que foi o resultado da combinação de alguns fatores: 1) melhores sinais da evolução do PIB na segunda metade do ano; 2) o reembolso do subsídio de férias aos funcionários públicos; 3) medidas implementadas para reposicionar as 4 principais marcas da Sonae SR e 4) o fortalecimento das posições de liderança da Worten³ e da Sport Zone, em conjunto com o crescimento de dois dígitos no volume de negócios da MO.

Internacionalmente, o volume de negócios aumentou 5% no universo comparável de lojas. O desempenho positivo do mercado internacional foi impulsionado 1) pelas vendas através dos segmentos de grossistas e franquizados, e 2) pelo ajustamento dos modelos de negócio e propostas de valor de todas as marcas, com um foco especial no mercado espanhol (o 4T13 foi o 3º trimestre consecutivo de crescimento positivo no universo comparável de lojas da Sport Zone em Espanha). Estes resultados podem ser percecionados como uma inversão da tendência negativa de mercado das categorias mais discricionárias.

Este segmento de negócio viu o “Underlying” EBITDA aumentar 24 milhões de euros para 1 milhão euros positivo em 2013, algo notável particularmente tendo em conta a crise que a Península Ibérica continua a enfrentar. O EBITDA no 4T13 recuperou 17 milhões de euros, quando comparado com o 4T12, alcançando 16 milhões de euros. Este foi o resultado de uma evolução de vendas mais forte, em combinação com as medidas de recuperação implementadas, particularmente nos novos conceitos Worten e Sport Zone em Espanha, a renovação da marca MO, com uma coleção totalmente renovada, e as melhorias de produtos da Zippy. Também vale a pena destacar a implementação bem-sucedida da estratégia Omnicanal da Worten, onde se estão a integrar negócios online com o da loja, nomeadamente com a possibilidade de ter quiosques na loja para aceder à gama online ou usar o serviço (de reserva) e levantar o produto na loja.

² Fonte Banco de Portugal: Boletim Económico - Inverno de 2013

³ Fonte: GfK, evolução até ao final de novembro de 2013 – ganhos estimados de quota de mercado de 1pp

A rentabilidade do segmento de **propriedades de retalho** reflete sobretudo rendas internas, alinhadas com as taxas de capitalização do mercado. O “Underlying” EBITDA atingiu 115 milhões de euros.

Ao longo do ano em apreço, o resultado líquido consolidado direto da Sonae Investimentos, SGPS, SA totalizou 88 milhões de euros.

Os resultados financeiros passaram de 76 milhões de euros negativos em 2012 para 67 milhões de euros negativos, em 2013 com a redução do montante de dívida média a mais do que compensar o aumento da taxa de juro global efetiva da dívida.

Resultados indiretos incluíram movimentos “non-cash”, nomeadamente as imparidades relacionadas com as avaliações de propriedades de retalho registadas no 3T13, assim como uma identificação de novos conceitos nos formatos do retalho especializado que acarretaram fortes investimentos e amortizações aceleradas.

O Resultado líquido consolidado do exercício atribuível a Acionistas da Empresa-mãe ascendeu a 84 milhões de euros negativos, que compara com 9 milhões de euros auferidos no ano anterior.

2 INVESTIMENTO

A Sonae Investimentos concretizou ao longo de 2013 um investimento global de 153 milhões de euros. Este valor destinou-se à concretização do plano de expansão da Empresa, permitindo-lhe finalizar o ano com um portfolio de 1.016 unidades e uma área de venda instalada de 1.034 mil m² (+1% sobre a base de final do ano precedente).

- O investimento dos negócios de **retalho alimentar** ascendeu a 103 milhões de euros. Os principais destinos do montante investido foram a abertura de 1 Continente, 11 Continente Modelo (incluindo a compra de 8 lojas Sá na Madeira) e 5 Continente Bom Dia, bem como a remodelação seletiva de unidades de retalho, por forma a garantir que estas se mantêm como referências nas respetivas zonas de implementação.
- O investimento do **retalho especializado** atingiu os 32 milhões de euros, incluindo a consolidação da rede de lojas da Sonae SR nos mercados internacionais, sendo que o conjunto das suas insígnias detinha, no final de 2012, um total de 167 lojas fora de Portugal, incluindo 47 sob regime de franchising.
- O montante investido pelo segmento de **propriedades de retalho** alcançou os 19 milhões de euros, 3 milhões de euros acima do valor de 2012, claro indicador da estratégia de *capital light* que tem vindo a ser seguida (locação operacional em vez de detenção de propriedade) para novas áreas de venda de retalho.

3 PERSPETIVAS

O cenário económico mundial apresenta-se mais auspicioso para 2014, esperando-se uma aceleração do crescimento para 3,7%⁴ em 2014, o maior ritmo de expansão desde 2011. O crescimento assenta sobretudo na melhoria das expectativas em todos os blocos económicos, sobretudo nas economias desenvolvidas e, em particular, na Zona Euro que depois de dois anos de recessão deverá voltar a

⁴ FMI, World Economic Outlook, Janeiro 2014

crescer no próximo ano, ainda que de forma ténue (aproximadamente 1%⁴). Nas economias emergentes, o crescimento da procura externa por parte dos mercados mais desenvolvidos será o principal motor do crescimento, embora as fragilidades internas permaneçam uma preocupação.

Em Portugal, na sequência do desempenho acima das previsões em 2013, o “outlook” da economia foi revisto em alta, estimando-se uma expansão da atividade económica de, respetivamente, 0,7%⁵ e 1,5%⁵ para 2014 e 2015. Antecipa-se que as exportações continuem a ser, à semelhança dos últimos anos, o principal motor do crescimento, mas a procura interna deverá voltar a ter uma contribuição positiva.

O ano de 2014 continuará a ter o mesmo tipo de fatores de risco dos últimos anos, incluindo a conjuntura externa, a evolução da crise da dívida da zona euro e o grau de compromisso das autoridades portuguesas com o Programa de Assistência Económica e Financeira. Neste contexto, subsistem diversas incertezas, quer sobre o efetivo empenho das autoridades no cumprimento das metas orçamentais, quer quanto à sua capacidade em implementar as medidas planeadas, quer ainda sobre o grau de autonomia no financiamento da República.

Em Espanha, perspetiva-se um ritmo de expansão moderado da economia espanhola nos próximos anos (0,7%⁶ e 1,0%⁶, respetivamente em 2014 e 2015), justificada pela necessidade de continuar a corrigir desequilíbrios o que limitará o crescimento da procura interna. Não obstante, espera-se uma ligeira retoma do consumo com o aumento da confiança das famílias sobretudo associado à estabilização do mercado de trabalho, ao cenário benigno da inflação e manutenção das taxas de juro a níveis baixos. Esperando-se que o sector externo continue a ser o principal propulsor da economia, produzindo efeitos de arrastamento no investimento especialmente na componente de maquinaria. No que respeita aos próximos meses, e apesar dos esforços de reforma realizados e dos resultados já alcançados, os desafios permanecem elevados, nomeadamente ao nível do sistema financeiro e das finanças públicas.

Em suma, as expectativas de crescimento nos países ibéricos assentam numa recuperação ainda que limitada da procura interna, dependente do sucesso dos ajustamentos e reformas em curso. Mas o sector externo continuará a ser, sem dúvida, o principal motor destas economias e, portanto, a sua performance dependerá em muito da recuperação atividade económica global e, em particular, da consolidação da retoma na zona euro.

4 GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

Os princípios gerais de gestão de riscos financeiros da Empresa encontram-se descritos em detalhe na Nota 3 do Anexo às Demonstrações Financeiras.

⁵ FMI 10ª Avaliação do PAEF Fevereiro 2014

⁶ Economist Intelligence Unit, Fevereiro 2014

5 REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Remuneração do Conselho de Administração

Remuneração paga e atribuída

Os membros do Conselho de Administração não são remunerados pela Sociedade ou pelas sociedades do Grupo.

Remuneração do Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é composta por um montante anual fixo, baseada na situação da sociedade e nas práticas de mercado.

O valor de remuneração fixa anual dos membros deste órgão foi o seguinte:

Membro do Conselho Fiscal	2012	2013
UHY & Associados representados por António Francisco Barbosa dos Santos	8.000	8.000
Óscar José Alçada da Quinta	7.800	7.010
Arlindo Dias Duarte da Silva	7.800	7.010
Total	23.600	22.020

Remuneração do Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas da Sonae Investimentos e Auditor é a Deloitte. Os valores de faturação à Sonae Investimentos em 2012 e 2013, incluindo filiais, são os que a seguir se discriminam:

	2012		2013	
Auditoria e revisão legal de contas	294.907	65%	291.570	57%
Outros serviços de garantia de fiabilidade	35.216	8%	44.748	9%
Outros serviços	125.883	28%	178.409	34%
Total	456.006	100%	514.727	100%

O peso dos honorários relativos a serviços de auditoria e outros serviços de garantia de fiabilidade diminuiu 7pp em 2013, representando 66% dos honorários totais. Os outros serviços representam 34% dos honorários totais e foram objeto de apreciação pelo Conselho Fiscal.

Os honorários de outros serviços incluíram em 2013: serviços de consultoria prestados a diversas subsidiárias da Sonae Investimentos.

Em 2013, os honorários pagos pela Sonae Investimentos, em Portugal, às empresas da rede Deloitte representaram menos de 1% do total da faturação anual da Deloitte, em Portugal.

O sistema de qualidade do Auditor Externo controla e monitoriza os riscos potenciais de perda de independência ou de eventuais conflitos de interesse existentes com a Sonae.

O Conselho Fiscal recebe anualmente, nos termos do artigo 62º-B do Decreto-Lei nº 487/99, de 16 de Novembro (aditada esta disposição pelo Decreto-Lei nº 224/2008, de 20 de Novembro), a declaração de independência do auditor, onde são descritos os serviços prestados por este e por outras

entidades da mesma rede, respetivas remunerações pagas, eventuais ameaças à sua independência e as medidas de salvaguarda para fazer face às mesmas.

Remuneração dos Membros da Mesa da Assembleia Geral de Acionistas

A remuneração dos membros da Mesa da Assembleia Geral de Acionistas é constituída por um montante fixo, nos termos seguintes:

Mesa da Assembleia Geral	2012	2013
Presidente	3.750	3.750
Secretária	1.500	1.500
Total	5.250	5.250

6 AÇÕES PRÓPRIAS

Durante o presente exercício a Sonae – Specialized Retail, SGPS, SA, alienou a totalidade das ações que detinha da Sonae Investimentos, num total de 100.000.000 ações, à Sonae MC – Modelo Continente, SGPS, SA, pelo valor unitário de 3,20 euros.

A 31 de dezembro de 2013 a Sonae Investimentos, SGPS, SA detinha, através da sua participada Sonae MC – Modelo Continente, SGPS, SA, 100.000.000 de ações representativas do seu capital social.

7 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS DA EMPRESA SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, SA

O resultado líquido do exercício da empresa Sonae Investimentos, SGPS, S.A., a título individual, foi de 11.906.939,26 euros, relativamente ao qual o Conselho de Administração propõe a seguinte distribuição:

Reserva Legal	595.346,96 euros
Dividendos	11.311.592,30 euros
Total	11.906.939,26 euros

O Conselho de Administração propõe ainda à Assembleia Geral de Acionistas da Sonae Investimentos, SGPS,S.A, a distribuição de 40.000.000 euros, a título de dividendos, sendo, para tanto, afetado o valor de 28.688.407,70 euros de Reservas Livres, excluindo-se da distribuição de dividendos, as ações que à data da sua distribuição tenham sido adquiridas (ou sejam) detidas pela sociedade ou por qualquer uma das sociedades dela dependentes.

8 AGRADECIMENTOS

Um agradecimento a todos os clientes, fornecedores, instituições financeiras e acionistas pelo apoio e preferências demonstrados. Aos auditores e revisores oficiais de contas é também devido o reconhecimento pela cooperação evidenciada ao longo do período. Finalmente, uma palavra de especial reconhecimento a todos os colaboradores da Sonae Investimentos pelo entusiasmo, dedicação e competência uma vez mais demonstrados.

Matosinhos, 17 de março de 2014

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo (Presidente)

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Glossário

Volume de negócios (vn)

vendas de mercadorias e produtos + prestações de serviços.

EBITDA

total de proveitos diretos - total de gastos diretos – reversão de perdas de imparidade diretos+ resultados pelo método de equivalência patrimonial;

“Underlying” EBITDA

total de proveitos diretos - total de gastos – reversão de perdas de imparidade;

EBIT Direto

EBT direto - resultado financeiro;

EBT direto

Resultado direto antes de interesses sem controlo e impostos;

Resultado direto

Resultado do período, excluindo contributos para os resultados indiretos;

Resultados indiretos

Inclui resultados relativos a: (i) imparidades em ativos imobiliários de retalho, (ii) reduções no goodwill, (iii) provisões (líquidas de impostos) para possíveis passivos futuros, e imparidades relacionadas com investimentos financeiros não-core, negócios, ativos que foram descontinuados (ou em processo de ser descontinuados/reposicionados); (iv) resultados de avaliações com base na metodologia “mark-to-market” de outros investimentos correntes que serão vendidos ou trocados num futuro próximo; e (v) outros temas não relevantes;

Investimento (CAPEX)

Investimento bruto em ativos fixos tangíveis, intangíveis e investimentos em aquisições;

Fundo de manei

clientes (valor a receber resultante de vendas decorrentes do curso normal das atividades do Grupo) - fornecedores (valor a pagar resultante de aquisições decorrentes do curso normal das atividades do Grupo) + existências (mercadorias registadas ao custo de aquisição, deduzido do valor de descontos de quantidade e das perdas por imparidade) + outros ativos e passivos (Estado e outros entes públicos + empresas associadas + acréscimos e diferimentos + impostos diferidos + provisões para riscos e encargos + fornecedores de imobilizado + devedores e credores diversos).

Capital investido Líquido

Dívida líquida+ Capital próprio;

ANEXOS

Declaração nos termos do Artº 245, 1, al. c) do Código de Valores Mobiliários

Os signatários individualmente declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, o relatório de gestão, as contas anuais, a certificação legal de contas e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento foram elaborados em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro (“IFRS”) tal como adoptadas pela União Europeia, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do emitente e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do emitente e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Matosinhos, 17 de março de 2014

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo (Presidente)

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais e Artigo 14º nº7 do Regulamento da CMVM nº 05/2008

Divulgação do número de ações e outros valores mobiliários emitidos pela Sociedade que sejam detidos por membros dos órgãos de administração e de fiscalização ou por dirigentes, bem como por pessoas com estes estreitamente relacionadas nos termos do artigo 248º B do Código dos Valores Mobiliários, e descritivo das transações efetuadas sobre os referidos valores mobiliários no decurso do exercício em análise:

Data	Aquisições		Alienações		Saldo em 31.12.2013
	Quantidade	Valor Md. €	Quantidade	Valor Md. €	Quantidade
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério (*) (**)					
Sonae, SGPS, SA (3)					763.150 (a)
Ações adquiridas em cumprimento da política de remuneração variável anual e de médio prazo					
08.03.2013	178.588	0,000			
Obrigações Continente - 7% - 2015					700.000 (b)
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo (*) (**) (***) (****)					
Efanor Investimentos, SGPS, SA (1)					1
Migracom, SGPS, SA (9)					1.969.996
Sonae, SGPS, SA (3)					488.530 (c)
Ações adquiridas em cumprimento da política de remuneração variável anual e de médio prazo					
25.06.2013	28.479	0,000			
Venda					
26.06.2013			28.479	0,699	
Ações adquiridas em cumprimento da política de remuneração variável anual e de médio prazo					
04.12.2013	485.707	0,000			
Arlindo Dias Duarte Silva (*****)					
Obrigações Continente - 7% - 2015					5.000 (d)

Data	Aquisições		Alienações		Saldo em 31.12.2013
	Quantidade	Valor Md. €	Quantidade	Valor Md. €	Quantidade
(1) Efanor Investimentos, SGPS, SA					
Sonae, SGPS, SA (3)					200.100.000
Pareuro, BV (2)					5.583.100
(2) Pareuro, BV					
Sonae, SGPS, SA (3)					849.533.095
(3) Sonae, SGPS, SA					
Sonae Investments, BV (5)					2.894.000
Sonae Investimentos, SGPS, SA (4)					768.555.810
(4) Sonae Investimentos, SGPS, SA					
Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA (8)					362.937.063
Sonae-Specialized Retail, SGPS, SA (7)					210.000.000
(5) Sonae Investments BV					
Sonae Investimentos, SGPS, SA (4)					131.419.190
Libra Serviços, Sociedade Unipessoal, Lda (6)					5.000
(6) Libra Serviços, Sociedade Unipessoal, Lda					
Sonae Investimentos, SGPS, SA (4)					25.000
(7) Sonae-Specialized Retail, SGPS, SA					
Sonae Investimentos, SGPS, SA (4)					0
Venda					
05.12.2013			100.000.000	3,200	
Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA (8)					502.062.937
(8) Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA					
Sonae Investimentos, SGPS, SA (4)					100.000.000
Compra					
05.12.2013	100.000.000	3,200			
(9) Migracom, SGPS, SA					
Sonae, SGPS, SA (3)					2.936.683
Compra					
26.06.2013	28.479	0,699			
Imparfin, SGPS, SA (10)					150.000
(10) Imparfin, SGPS, SA					
Sonae, SGPS, SA (3)					4.105.280
Obrigações Continente - 7% - 2015					5.000

(*) administrador da sociedade

(**) administrador da Sonae SGPS, SA (sociedade direta e indiretamente dominante) (3)

(***) administrador da sociedade Efanor Investimentos, SGPS, SA (1)

(****) administrador da sociedade Imparfin, SGPS, SA (10)

(*****) membro do conselho fiscal da sociedade

(a) das quais 125.000 ações são detidas pelo cônjuge

(b) das quais 150.000 são detidas pelo cônjuge e 400.000 são detidas por sociedade da qual este dirigente é administrador único

(c) das quais 530 ações são detidas por descendente a cargo

(d) detidas conjuntamente com o cônjuge

Artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais

Número de ações detidas por acionistas com mais de 10%, 33% e 50% do capital social da Sonae Investimentos, SGPS, SA:

Número de ações a 31.dezembro.2013

Sonae, SGPS, SA	768.555.810
Sonae Investments, BV	131.419.190
Libra Serviços, Sociedade Unipessoal, Lda	25.000
Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA	100.000.000

Participações qualificadas

Acionistas que detêm mais que 2% do capital social da Sonae Investimentos, SGPS, SA, com indicação do número de ações detidas e percentagem de direitos de voto correspondentes, calculados nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, em cumprimento do artigo 8.º nº 1, al. b), do Regulamento da CMVM n.º 05/2008:

Acionista	Nº de ações	% Capital social	% Direitos de voto
Efanor Investimentos, SGPS, SA (i)			
Através da Sonae, SGPS, SA	768.555.810	76,8556%	85,3951%
Através da Sonae Investments, BV	131.419.190	13,1419%	14,6021%
Através da Libra Serviços, Sociedade Unipessoal, Lda	25.000	0,0025%	0,0028%
Através da Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA (ii)	100.000.000	10,0000%	-
Total imputável	1.000.000.000	100,0000%	100,0000%

(i) Belmiro Mendes de Azevedo é, nos termos da al.b) do nº1 do Artº 20º e do nº1 do Artº 21º do CVM, o "*ultimate beneficial owner*", porquanto detém cerca de 99% do capital social e dos direitos de voto da Efanor Investimentos SGPS, SA e esta, por sua vez domina integralmente a Pareuro BV.

(ii) Consideradas ações próprias nos termos do Código das Sociedades Comerciais, dado que a Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA é detida direta e indiretamente a 100% pela Sonae Investimentos, SGPS, SA.

SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, SA

Governo das Sociedades

Informação anual sobre as práticas da Sonae Investimentos, SGPS, S.A., sobre o Governo da Sociedade, produzida nos termos do disposto no número 4 do artigo 245ºA do Código dos Valores Mobiliários e artºs 2º e 3º da Lei 28/2009 de 19 de Junho.

Ponto 1 - Participações qualificadas no capital social da sociedade

Acionista	Nº de ações	% Capital social	% Direitos de voto
Efanor Investimentos, SGPS, SA (i)			
Através da Sonae, SGPS, SA	768.555.810	76,8556%	85,3951%
Através da Sonae Investments, BV	131.419.190	13,1419%	14,6021%
Através da Libra Serviços, Sociedade Unipessoal, Lda	25.000	0,0025%	0,0028%
Através da Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA (ii)	100.000.000	10,0000%	-
Total imputável	1.000.000.000	100,0000%	100,0000%

(i) Belmiro Mendes de Azevedo é, nos termos da al.b) do nº1 do Artº 20º e do nº1 do Artº 21º do CVM, o "*ultimate beneficial owner*", porquanto detém cerca de 99% do capital social e dos direitos de voto da Efanor Investimentos SGPS, SA e esta, por sua vez domina integralmente a Pareuro BV.

(ii) Consideradas ações próprias nos termos do Código das Sociedades Comerciais, dado que a Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA é detida direta e indiretamente a 100% pela Sonae Investimentos, SGPS, SA.

Ponto 2 - Identificação de acionistas titulares de direitos especiais e descrição desses direitos

Não existem acionistas com direitos especiais.

Ponto 3 – Existência de restrições em matéria de direito de voto

Conforme prevê o contrato social (sendo, na omissão, aplicável as regras previstas na lei):

A Assembleia Geral é constituída somente pelos acionistas com direito a voto, possuidores de ações ou títulos de subscrição que, até cinco dias úteis antes da realização da assembleia, comprovem junto da sociedade a sua titularidade, nos termos estabelecidos na lei. A presença nas assembleias gerais de acionistas titulares de ações preferenciais sem voto e a sua participação na discussão dos assuntos da ordem do dia depende da autorização da Assembleia Geral.

A cada ação corresponde um voto.

Os acionistas que sejam pessoas singulares poderão fazer-se representar nas reuniões da Assembleia, mediante carta dirigida ao Presidente da Mesa que indique o nome, domicílio do representante e a data da Assembleia.

As pessoas coletivas far-se-ão representar pela pessoa que para o efeito designarem através de carta cuja autenticidade será apreciada pelo Presidente da Mesa.

Se a sociedade for considerada “sociedade com o capital aberto ao investimento do público”, os acionistas poderão votar por correspondência, no que se refere exclusivamente à alteração do contrato social e à eleição dos órgãos sociais.

Só serão considerados os votos por correspondência, desde que recebidos na sede da sociedade, por meio de carta registada com aviso de receção, dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, com pelo menos três dias de antecedência em relação à data da Assembleia, sem prejuízo da obrigatoriedade da prova da qualidade de acionista.

A declaração de voto deverá ser assinada pelo titular das ações ou pelo seu representante legal, devendo o acionista, se pessoa singular, acompanhar a declaração de cópia autenticada do seu bilhete de identidade, se pessoa coletiva deverá a assinatura ser reconhecida notarialmente na qualidade e com poderes para o ato.

Só serão consideradas válidas as declarações de voto de onde conste de forma expressa e inequívoca:

- a) a indicação do ponto ou pontos da ordem de trabalhos a que respeita;
- b) a proposta concreta a que se destina, com indicação do ou dos proponentes;
- c) a indicação precisa e incondicional do sentido de voto para cada proposta.

Não obstante, o disposto na alínea b) anteriormente referida é permitido a um acionista que envie declaração de voto relativamente a certa proposta declarar que vota contra as demais propostas no mesmo ponto da ordem de trabalhos, sem outras especificações.

Entender-se-á que os acionistas que enviem declarações de voto por correspondência se abstêm na votação das propostas que não sejam objeto dessas declarações.

Os votos exercidos por correspondência valem como votos negativos relativamente a propostas de deliberação apresentadas posteriormente à data em que esses mesmos votos tenham sido emitidos.

Compete ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, ou ao seu substituto, verificar da conformidade das declarações de voto por correspondência, valendo como não emitidos os votos correspondentes às declarações não aceites.

Compete à sociedade assegurar a confidencialidade dos votos exercidos por correspondência até ao momento da votação.

A Assembleia poderá deliberar em primeira convocação desde que se achem presentes ou representados acionistas que representem mais de cinquenta por cento do capital social.

Ponto 4 – Regras aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do órgão de administração e à alteração dos estatutos da sociedade

O Conselho de Administração é constituído por um número par ou ímpar de membros, no mínimo de 2 e no máximo de 11, eleitos em Assembleia Geral.

Em caso de morte, renúncia ou impedimento temporário ou definitivo, de qualquer administrador, o Conselho de Administração providenciará quanto à sua substituição.

No caso da sociedade, ser uma “sociedade aberta”, concessionária do Estado ou de entidade a ele equiparada, na falta definitiva de um Administrador eleito ao abrigo do disposto no artigo 392º. do Código das Sociedades Comerciais (regras especiais de eleição), proceder-se-á a nova eleição.

Todavia, nada impede, por lei, que a substituição de administrador se efetue por deliberação da Assembleia Geral.

Conforme previsto na lei, a alteração do contrato social, depende de deliberação da Assembleia Geral.

O quórum exigido para a alteração do contrato:

a) Estatutariamente é previsto, que em primeira convocação e para deliberar sobre qualquer assunto, têm de estar presentes ou representados acionistas que representem mais de cinquenta por cento do capital social;

b) Nos termos do disposto no número 3 do artigo 383º. do Código das Sociedades Comerciais, a Assembleia, em segunda convocação, pode deliberar seja qual for o número de acionistas presentes ou representados e o capital por eles representados.

Nos termos do disposto no número 3 do artigo 386º. do Código das Sociedades Comerciais, a deliberação sobre a alteração do contrato, deve ser aprovada por 2/3 dos votos emitidos, quer a Assembleia reúna em primeira ou em segunda convocação.

Ponto 5 – Poderes do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento do capital

O artigo quinto, número 2, do contrato social, prevê: “O capital social poderá ser elevado por novas entradas em numerário até cinco mil milhões de euros, por uma ou mais vezes, por deliberação do Conselho de Administração, que fixará, nos termos legais, as condições de subscrição e as categorias de ações a emitir, de entre as já existentes”.

Tal autorização, foi renovada pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 27 de Abril de 2012, mantendo-se em vigor pelo prazo de cinco anos, nos termos do disposto na alínea b) do número 2 do artigo 456º. do Código das Sociedades Comerciais.

Ponto 6 – Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira

A existência de um ambiente de controlo interno eficaz, particularmente no processo de reporte financeiro, é um compromisso do Conselho de Administração da Sonae Investimentos, procurando identificar e melhorar os processos mais relevantes em termos de preparação e divulgação da informação financeira, com os objetivos de transparência, consistência, simplicidade, fiabilidade e relevância. O objetivo do sistema de controlo interno é assegurar uma garantia razoável em relação à preparação das demonstrações financeiras, de acordo com os princípios contabilísticos adotados, e a qualidade do reporte financeiro.

A fiabilidade da informação financeira é garantida quer através da clara separação entre quem a prepara e os seus utilizadores quer pela realização de diversos procedimentos de controlo ao longo do processo de preparação e divulgação da informação financeira.

O sistema de controlo interno no que respeita à contabilidade, preparação e divulgação de informação financeira inclui os seguintes controlos chave:

- O processo de divulgação de informação financeira está formalizado, os riscos e controlos associados estão identificados, sendo devidamente estabelecidos e aprovados os critérios para a sua preparação e divulgação, que são revistos periodicamente;
- Existem três tipos principais de controlos: controlos de alto nível (controlos ao nível da entidade), controlos dos sistemas de informação e controlos processuais. Estes controlos incluem um conjunto de procedimentos relacionados com a execução, supervisão, monitorização e melhoria de processos, com o objetivo de preparar o reporte financeiro da empresa;
- A utilização de princípios contabilísticos, que são explicados nas notas às demonstrações financeiras (consulte a Nota 2), constitui um dos pilares fundamentais do sistema de controlo;
- Os planos, procedimentos e registos das empresas do Grupo permitem uma garantia razoável que as transações são executadas apenas com uma autorização geral ou específica da gestão, e que essas transações são registadas para permitir que as demonstrações financeiras cumpram os princípios contabilísticos geralmente aceites. Assegura também que as empresas mantêm registos atualizados de ativos e que o registo dos ativos é verificado face aos ativos existentes, sendo adotadas as medidas apropriadas sempre que ocorrem diferenças;
- A informação financeira é analisada, de forma sistemática e regular, pela gestão das unidades de negócio e pelos responsáveis dos centros de resultados, garantindo uma monitorização permanente e o respetivo controlo orçamental;
- Durante o processo de preparação e revisão da informação financeira, é estabelecido previamente um cronograma, o qual é partilhado com as diferentes áreas envolvidas, e todos os documentos são revistos detalhadamente. Isto inclui a revisão dos princípios utilizados, a verificação da precisão da informação produzida e a consistência com os princípios e políticas definidas e utilizadas em períodos anteriores;
- Ao nível das empresas individuais, os registos contabilísticos e a preparação das demonstrações financeiras são assegurados pelas diferentes funções dos serviços administrativos e contabilísticos, que garantem o controlo do registo das transações dos processos de negócio e dos saldos das contas de ativos, passivos e capitais próprios. As demonstrações financeiras são elaboradas pelos Técnicos Oficiais de Contas de cada uma das empresas e revistas pelas funções de controlo de gestão e fiscal;

- As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas com periodicidade trimestral pelo departamento de consolidação de contas dos serviços administrativos do Centro Corporativo da Sonae Investimentos. Este processo constitui um nível adicional de controlo da fiabilidade da informação financeira, nomeadamente garantindo a aplicação uniforme dos princípios contabilísticos, dos procedimentos de corte de operações e o controlo dos saldos e transações entre as empresas do Grupo Sonae Investimentos e restantes empresas do Grupo Sonae;
- Os Relatórios de Gestão e de Governo da Sociedade são preparados com contribuição de equipas multidisciplinares da sociedade;
- O conjunto de documentos que constituem o relatório anual é enviado para revisão e aprovação do Conselho de Administração da Sonae Investimentos. Depois de aprovados, os documentos são enviados para o Auditor Externo, que emite a sua Certificação Legal de Contas e o Relatório de Auditoria Externa;
- O processo de preparação da informação financeira individual e consolidada e do Relatório de Gestão é supervisionado pelo Conselho Fiscal. Trimestralmente, este órgão reúne e analisa as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o Relatório de Gestão. Com periodicidade anual, o Revisor Oficial de Contas apresenta, diretamente ao Conselho Fiscal, um sumário das principais conclusões do exame efetuado à informação financeira;
- Todos aqueles que estão envolvidos no processo de análise financeira da Sociedade integram a lista de pessoas com acesso a informação privilegiada, estando especialmente informados sobre o conteúdo das suas obrigações bem como sobre as sanções decorrentes do uso indevido da referida informação;
- As regras internas aplicáveis à divulgação da informação financeira visam garantir a sua tempestividade e impedir a assimetria do mercado no seu conhecimento.

Entre as causas de risco que podem afetar materialmente o reporte contabilístico e financeiro, evidenciamos as seguintes:

- Estimativas contabilísticas – As estimativas contabilísticas mais significativas são descritas na Nota 2.19 e em outras notas do anexo às demonstrações financeiras consolidadas. As estimativas foram baseadas na melhor informação disponível durante a preparação das demonstrações financeiras, e no melhor conhecimento e experiência de eventos passados e/ou presentes;
- Saldo e as transações com partes relacionadas – Os saldos e transações mais significativos com partes relacionadas são divulgados nos anexos às demonstrações financeiras. Estas estão associadas sobretudo a atividades operacionais do Grupo, bem como à concessão e obtenção de empréstimos, efetuados a preços de mercado.

Informação mais específica sobre como estas e outras causas de risco foram mitigadas, está disponível no anexo às demonstrações financeiras.

A Sonae Investimentos adota várias ações relacionadas com a melhoria contínua do Sistema de Controlo de Riscos Financeiros, incluindo:

- Melhoria da documentação sobre controlos – No seguimento das ações desenvolvidas no passado, durante 2013 a Sonae Investimentos continuou a melhorar a documentação e a sistematização dos riscos e o sistema de controlo interno relacionado com a preparação da informação financeira. Estas ações incluem a identificação das causas dos riscos (risco inerente), a identificação dos processos com maior materialidade, a documentação de

- controles e a análise final (risco residual) após a implementação de potenciais melhorias nos controles;
- Análise de conformidade – A função legal, em cooperação com os departamentos Administrativo, de Relação com Investidores, de Auditoria Interna e de Gestão de Risco e, de acordo com o necessário, outros departamentos, coordena uma análise periódica da conformidade com os requisitos legais e regulamentos relativamente aos processos de governo subjacentes e informação financeira correspondente, que são comunicados no Relatório de Gestão e no Relatório de Governo da Sociedade.

Ponto 7 – Política de Remuneração dos Órgãos Sociais

Por deliberação da Assembleia Geral Anual, realizada no dia 24 de Abril de 2013, foi aprovada a política de remuneração dos órgãos sociais, subordinada aos seguintes princípios:

A. Princípios da Política de Remuneração e Incentivos:

A política de remuneração e incentivos aplicável aos órgãos sociais e quadros diretivos adere às grandes linhas e aos princípios enformadores da política de remuneração e incentivos aprovada pelos órgãos competentes da Sonae, SGPS, S.A., sendo baseada no pressuposto de que a iniciativa, a competência e o empenho são os fundamentos essenciais de um bom desempenho e que este deve estar alinhado com os interesses de médio e longo prazo da sociedade, visando a sua sustentabilidade.

Na determinação da política retributiva são tomadas como elemento comparativo para a fixação de remuneração, por um lado, as referências de mercado fornecidas pelos diversos estudos disponíveis em Portugal e nos demais mercados europeus.

Os planos retributivos são definidos tendo por referência estudos de mercado relativos aos “Top Executives” Portugal e Europa e posicionam-se na mediana do mercado para a remuneração fixa e no terceiro quartil para a remuneração total em circunstâncias comparáveis.

A componente fixa da remuneração está alinhada, nos seus limites, com os standards do mercado, os quais são aferidos pela equivalente praticada nas sociedades comparáveis.

A componente dos incentivos, de caráter casuístico e não vinculativo para as sociedades dominadas, está sujeita a limites máximos percentuais e obedece a critérios de desempenho pré-estabelecidos e mensuráveis - indicadores de desempenho - comprometidos com cada um dos potenciais beneficiários em cada exercício social.

B. Em concretização dos princípios formulados, a remuneração e compensação dos órgãos sociais e quadros diretivos da Sonae Investimentos e respetivas sociedades dominadas, obedece às seguintes regras, a serem individualmente aplicadas considerando a estrutura de governo de cada sociedade:

Administradores executivos

Os planos retributivos individuais são definidos em função dos níveis de responsabilidade de cada “AE” e serão revistos anualmente. A cada AE é atribuída uma classificação designada internamente por Grupo Funcional. Os AE estão classificados nos grupos funcionais “Group Senior Executive” (G1) e “Senior Executive” (G2). As classificações funcionais estão estruturadas tendo por base o modelo internacional Hay de classificação de funções corporativas, com o objetivo de facilitar comparações de mercado e promover a equidade interna.

A política integra concretamente (i) uma remuneração fixa tendo por referência o período de um ano civil, sendo estes valores pagos em prestações mensais e (ii) Incentivos de curto e de médio prazo cuja atribuição não constitui uma obrigação das sociedades dominadas e que obedecem às seguintes regras:

- i) O Incentivo de Curto Prazo visa recompensar a concretização de objetivos definidos anualmente, que se encontram associados aos “Key Performance Indicators of Business Activity” (Business KPIs) e aos “Personal Key Performance Indicators” (KPIs Individuais). Os Business KPIs representam 70% é determinado pelos KPIs de negócio, económicos e financeiros. Trata-se de indicadores objetivos que se encontram divididos em KPIs coletivos e departamentais. Os KPIs coletivos consistem em indicadores económicos e financeiros definidos com base no orçamento, no desempenho de cada unidade de negócio, assim como no desempenho consolidado da Sociedade. Os restantes 30% derivam de KPIs Individuais, que combinam indicadores objetivos e subjetivos. Os valores apurados resultam do desempenho real (resultados do negócio/ contributos individuais) e poderão variar entre 0% e 140% do prémio objetivo fixado. Este Incentivo será determinado por referência ao desempenho do ano imediatamente anterior e será liquidado no primeiro trimestre do ano civil em que seja atribuído, sendo essa liquidação realizada com estrita observância do normativo legal e em modalidades que melhor correspondam às condições concretas de cada sociedade, nomeadamente através de participação nos resultados, quando assim deliberado em Assembleia Geral.
- ii) O Incentivo Variável de Médio Prazo tem por objetivo o reforço da ligação dos AE ao desempenho das respetivas sociedades, alinhando os seus interesses com os dos acionistas e aumentando a consciencialização da importância da sua performance para o sucesso global. Os valores do Incentivo de Médio Prazo são definidos anualmente, representando para os AE um valor equivalente a 100% do Incentivo de Curto Prazo atribuído. Este valor em euros será dividido pelo preço médio de cotação, para apuramento de um número de ações a que corresponde. O valor convertido em ações será ajustado para quaisquer variações ocorridas no capital social ou dividendos (Total Share Returns) durante um período de diferimento de 3 anos. Na data do vencimento, as ações serão entregues sem qualquer custo, mantendo a sociedade a opção pela entrega, em sua substituição, de um valor correspondente em dinheiro. O Incentivo Variável de Médio Prazo, será aferido até abril do ano seguinte ao da avaliação do desempenho, sendo liquidado no terceiro ano a contar da data dessa atribuição, sob a forma de alienação gratuita ou desconto na aquisição das ações atribuídas, respeitando, nesta última modalidade, o princípio de neutralidade de impactos para a sociedade e para o beneficiário do plano, em consonância com o Plano de Atribuição de Ações e respetivo Regulamento vigente para o grupo de sociedades dominado pela Sonae, SGPS, S.A.

Administradores não executivos

Não é atribuída remuneração ou incentivos aos administradores não executivos.

Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal da sociedade é composta exclusivamente, por uma componente fixa na qual se inclui um subsídio de responsabilidade anual, estabelecida de acordo com as práticas comparáveis do mercado.

Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas da sociedade é remunerado de acordo com a tabela de honorários padrão tendo por referência a prática do mercado, sobre a supervisão do Conselho Fiscal.

Quadros Diretivos

Aos quadros diretivos elegíveis é aplicável, com as devidas adaptações, os princípios descritos para a remuneração e incentivos dos administradores executivos.

C. Mais é deliberado relativamente à Sonae Investimentos que:

- i) Aos administradores da Sonae Investimentos não é atribuída qualquer remuneração fixa ou incentivos.
- ii) A remuneração dos membros da Mesa da Assembleia-Geral desta sociedade é composta por uma quantia fixa que foi determinada em função das características da sociedade e das práticas de mercado.”

Matosinhos, 17 de março de 2014

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo (Presidente)

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Demonstrações financeiras
Consolidadas

SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Montantes expressos em euros)

ATIVO	Notas	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012
ATIVOS NÃO CORRENTES:			
Ativos fixos tangíveis	8	1.820.583.824	2.025.784.857
Ativos intangíveis	9	163.731.471	154.622.623
Goodwill	10	498.186.402	499.234.487
Investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas	5	51.797.067	60.819.852
Outros investimentos	6 e 7	13.401.237	34.605.498
Ativos por impostos diferidos	18	117.412.133	123.115.350
Outros ativos não correntes	7 e 12	23.103.739	34.429.814
Total de ativos não correntes		2.688.215.873	2.932.612.481
ATIVOS CORRENTES:			
Inventários	13	588.396.336	524.684.028
Clientes	7 e 14	43.070.196	31.088.175
Outras dívidas de terceiros	7 e 15	90.687.013	51.947.177
Estado e outros entes públicos	16	63.196.961	63.826.930
Outros ativos correntes	17	58.912.883	64.165.275
Investimentos	7 e 11	42.105	892.728
Caixa e equivalentes de caixa	7 e 19	71.510.332	162.194.406
Total de ativos correntes		915.815.826	898.798.719
Ativos não correntes detidos para venda		-	720.338
TOTAL DO ATIVO		3.604.031.699	3.832.131.538
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	20	1.000.000.000	1.000.000.000
Ações próprias	20	(320.000.000)	(320.000.000)
Reservas legais		140.642.469	140.357.809
Reservas e resultados transitados		(114.375.665)	(77.416.945)
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas da empresa-mãe		(84.265.323)	9.310.582
Total do capital próprio atribuível aos acionistas da empresa-mãe		622.001.481	752.251.446
Interesses sem controlo	21	84.312.167	85.691.823
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		706.313.648	837.943.269
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Empréstimos bancários	7 e 22	114.694.578	218.458.349
Empréstimos obrigacionistas	7 e 22	646.307.863	532.738.392
Credores por locações financeiras	7, 22 e 23	7.630.324	9.942.240
Outros empréstimos	7 e 22	53.936	90.166
Outros passivos não correntes	7 e 25	444.708.892	429.509.652
Passivos por impostos diferidos	18	116.937.919	130.113.975
Provisões	30	29.588.227	46.471.233
Total de passivos não correntes		1.359.921.739	1.367.324.007
PASSIVO CORRENTE:			
Empréstimos bancários	7 e 22	56.774.364	55.175.849
Empréstimos obrigacionistas	7 e 22	9.990.122	170.900.782
Credores por locações financeiras	7, 22 e 23	4.185.507	3.383.796
Outros empréstimos	7 e 22	1.448.609	986.997
Fornecedores	7 e 27	1.143.639.351	1.090.451.413
Outras dívidas a terceiros	7 e 28	90.860.537	92.477.002
Estado e outros entes públicos	16	49.720.914	47.866.681
Outros passivos correntes	29	178.458.919	163.393.412
Provisões	30	2.717.989	2.228.330
Total de passivos correntes		1.537.796.312	1.626.864.262
TOTAL DO PASSIVO		2.897.718.051	2.994.188.269
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		3.604.031.699	3.832.131.538

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Montantes expressos em euros)

	Notas	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012
Vendas	33	4.627.967.634	4.496.799.850
Prestações de serviços	33	42.578.232	34.866.216
Rendimentos ou perdas relativos a investimentos	34	83.036	(896.208)
Rendimentos e ganhos financeiros	35	5.865.448	6.268.194
Outros rendimentos	36	442.428.755	428.589.697
Custo das vendas	13	(3.583.196.593)	(3.499.250.155)
Variação da produção		181.680	(666.354)
Fornecimentos e serviços externos	37	(559.554.581)	(568.055.578)
Gastos com o pessoal	38	(552.778.429)	(539.382.172)
Amortizações e depreciações	8 e 9	(176.833.990)	(183.719.428)
Provisões e perdas por imparidade	30	(182.585.781)	(25.663.160)
Gastos e perdas financeiras	35	(73.240.790)	(82.586.817)
Outros gastos	39	(59.610.246)	(34.281.691)
Rendimentos ou perdas relativos a empreendimentos conjuntos e associadas	5	(2.894.152)	1.014.532
Resultado antes de impostos		(71.589.777)	33.036.926
Imposto sobre o rendimento	40	(10.841.985)	(23.750.914)
Resultado líquido consolidado do exercício		(82.431.762)	9.286.012
Atribuível a:			
Acionistas da empresa-mãe		(84.265.323)	9.310.582
Interesses sem controlo	21	1.833.561	(24.570)
Resultados por ação			
Básico	42	(0,093628)	0,010345
Diluído	42	(0,093628)	0,010345

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012*(Montantes expressos em euros)*

	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012
Resultado líquido consolidado do exercício	(82.431.762)	9.286.012
Items de outro rendimento integral que poderão ser subsequentemente reclassificados para a demonstração dos resultados:		
Variação nas reservas de conversão cambial	392.504	(125.867)
Participação em outro rendimento integral, líquido de imposto, relativo a associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial (Nota 5)	(6.114.301)	2.324.633
Variação do justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa	(185.434)	(2.681.189)
Imposto relativo às componente do outro rendimento integral	74.162	706.717
Outro rendimento integral do exercício	(5.833.069)	224.294
Total rendimento integral consolidado do exercício	(88.264.831)	9.510.306
Atribuível a:		
Acionistas da empresa-mãe	(90.090.326)	9.603.041
Interesses sem controlo	1.825.495	(92.735)

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Montantes expressos em euros)

	Atribuível aos acionistas da empresa-mãe											
	Reservas e resultados transitados							Resultado líquido do exercício	Total	Interesses sem controlo (Nota 21)	Total do capital próprio	
	Capital social	Ações próprias	Reservas legais	Reservas de conversão cambial	Reservas de cobertura	Reservas nos termos do artº 324º do CSC	Outras reservas e resultados transitados					Total
Saldo em 1 de janeiro de 2012	1.000.000.000	(320.000.000)	139.614.881	336.811	1.595.205	320.000.000	(443.083.227)	(121.151.211)	63.798.214	762.261.884	75.700.031	837.961.915
Total do rendimento integral consolidado do exercício	-	-	-	(125.867)	(1.906.307)	-	2.324.633	292.459	9.310.582	9.603.041	(92.735)	9.510.306
Aplicação do resultado líquido consolidado de 2011												
Transferência para reserva legal e resultados transitados	-	-	742.928	-	-	-	63.055.286	63.055.286	(63.798.214)	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	(20.000.000)	(20.000.000)	-	(20.000.000)	(157.074)	(20.157.074)
Distribuição de rendimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.015.675)	(6.015.675)
Outros	-	-	-	-	-	-	386.521	386.521	-	386.521	16.257.276	16.643.797
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.000.000.000	(320.000.000)	140.357.809	210.944	(311.102)	320.000.000	(397.316.787)	(77.416.945)	9.310.582	752.251.446	85.691.823	837.943.269
Saldo em 1 de janeiro de 2013	1.000.000.000	(320.000.000)	140.357.809	210.944	(311.102)	320.000.000	(397.316.787)	(77.416.945)	9.310.582	752.251.446	85.691.823	837.943.269
Total do rendimento integral consolidado do exercício	-	-	-	417.629	(128.331)	-	(6.114.301)	(5.825.003)	(84.265.323)	(90.090.326)	1.825.495	(88.264.831)
Aplicação do resultado líquido consolidado de 2012												
Transferência para reserva legal e resultados transitados	-	-	284.660	-	-	-	9.025.922	9.025.922	(9.310.582)	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	(40.000.000)	(40.000.000)	-	(40.000.000)	(190.744)	(40.190.744)
Distribuição de rendimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.620.415)	(4.620.415)
Outros	-	-	-	-	-	-	(159.639)	(159.639)	-	(159.639)	1.606.008	1.446.369
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.000.000.000	(320.000.000)	140.642.469	628.573	(439.433)	320.000.000	(434.564.805)	(114.375.665)	(84.265.323)	622.001.481	84.312.167	706.313.648

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Montantes expressos em euros)

	Notas	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		4.648.133.068	4.534.683.803
Pagamentos a fornecedores		(3.748.317.814)	(3.548.977.855)
Pagamentos ao pessoal		(544.956.191)	(540.060.743)
Fluxos gerados pelas operações		<u>354.859.063</u>	<u>445.645.205</u>
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento		(18.078.144)	(23.696.065)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional	15	(21.243.312)	4.304.369
Fluxos das atividades operacionais (1)		<u>315.537.607</u>	<u>426.253.509</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	43	1.695.498	2.294.971
Ativos fixos tangíveis		9.234.977	1.711.291
Ativos intangíveis		625	43.796
Juros e rendimentos similares		2.631.213	2.801.012
Empréstimos concedidos		19.448.722	12.703.190
Dividendos		110.867	304.131
		<u>33.121.902</u>	<u>19.858.391</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		(14.938)	(13.094)
Ativos fixos tangíveis		(127.609.002)	(92.916.312)
Ativos intangíveis		(36.252.775)	(19.919.041)
Empréstimos concedidos		(10.096.722)	(16.203.189)
		<u>(173.973.437)</u>	<u>(129.051.636)</u>
Fluxos das atividades de investimento (2)		<u>(140.851.535)</u>	<u>(109.193.245)</u>
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		3.703.291.238	4.271.692.904
Aumento de capital, prestações suplementares e prémios de emissão		254.886	15.882.000
Cobertura de prejuízos		399.810	-
Outros		127.782	-
		<u>3.704.073.716</u>	<u>4.287.574.904</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(3.838.865.755)	(4.592.221.541)
Juros e gastos similares		(71.284.854)	(84.100.080)
Dividendos		(44.800.915)	(26.104.565)
Outros		(1.543.204)	(2.527.668)
		<u>(3.956.494.728)</u>	<u>(4.704.953.854)</u>
Fluxos das atividades de financiamento (3)		<u>(252.421.012)</u>	<u>(417.378.950)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		<u>(77.734.940)</u>	<u>(100.318.686)</u>
Efeito das diferenças de câmbio		139.712	(213.901)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	19	148.982.442	249.087.227
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	19	<u>71.107.790</u>	<u>148.982.442</u>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, SA

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A Sonae Investimentos, SGPS, S.A., tem a sua sede na Rua João Mendonça nº 529, 4464-501 Senhora da Hora, Portugal, sendo a empresa-mãe de um universo de empresas conforme indicado nas Notas 4 a 6 como Grupo Sonae Investimentos (“Sonae Investimentos”), cujas atividades principais se encontram descritas no Relatório de Gestão e na Nota 44.

2 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas são as seguintes:

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) tal como adotadas pela União Europeia em vigor para o exercício económico iniciado a 1 de janeiro de 2013. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”) ou pelo anterior Standing Interpretations Committee (“SIC”), que tenham sido adotadas pela União Europeia à data de publicação de contas.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, suas subsidiárias e empreendimentos conjuntos, ajustados no processo de consolidação, no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, exceto para determinados instrumentos financeiros que se encontram registados pelo justo valor.

Novas normas contabilísticas e seu impacto nas demonstrações financeiras consolidadas anexas:

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, algumas das quais entraram em vigor durante o exercício de 2013:

Com aplicação obrigatória no exercício iniciado a 1 de janeiro de 2013:	Data de Eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 13 - (Mensuração ao Justo Valor)	01 jan 2013
IAS 19 - Alterações (Benefícios dos Empregados)	01 jan 2013
IAS 1 - Alterações (Apresentação de itens em Outros Resultados Integrais)	01 jul 2012
IFRS 7 - Alterações (Divulgações de instrumentos financeiros- compensação entre Ativos e Passivos Financeiros)	01 jan 2013
IFRIC 20 - Interpretação (Custos da remoção do terreno de cobertura na fase produtiva de uma mina de superfície)	01 jan 2013
IFRS 1 - Alterações (Empréstimos do Governo)	01 jan 2013
Melhorias de algumas IFRS (2009-2011)	01 jan 2013

A entrada em vigor durante 2013 das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas não provocou impactos significativos nas demonstrações financeiras anexas.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões foram aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia e têm aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros:

Com aplicação obrigatória após o exercício de 2013:	Data de Eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 10 - (Demonstrações Financeiras Consolidadas) (*)	01 jan 2014
IFRS 11 - (Acordos Conjuntos) (*)	01 jan 2014
IFRS 12 - (Divulgações sobre participações noutras Entidades) (*)	01 jan 2014
IAS 27 - (Demonstrações Financeiras Separadas- revista em 2011) (*)	01 jan 2014
IAS 28 - (Investimentos em Associadas e Joint Ventures) (*)	01 jan 2014
Emendas às normas IFRS 10, IFRS12, e IAS 27 (Entidades de Investimento)	01 jan 2014
IAS 32- Emenda (Compensação entre Ativos e Passivos Financeiros)	01 jan 2014
Emenda ao IAS 36 (Divulgações sobre o valor recuperável de Ativos não Financeiros)	01 jan 2014
Emenda ao IAS 39 (Reformulação de derivados e continuação da contabilidade de cobertura)	01 jan 2014

(*) De acordo com o regulamento comunitário que aprova a adoção das IFRS 10, 11 e 12 e as emendas às IAS 27 e IAS 28, as entidades deverão adotar estas normas nos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014. A adoção antecipada é contudo permitida;

O Grupo não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 em virtude da sua aplicação não ser obrigatória. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adoção das mesmas, nomeadamente em virtude do Grupo mensurar os investimentos em empreendimentos conjuntos aplicando o método da equivalência patrimonial.

2.2 Princípios de consolidação

São os seguintes os métodos de consolidação adotados pela Sonae Investimentos:

a) Investimentos financeiros em empresas da Sonae Investimentos

As participações financeiras em empresas nas quais a Sonae Investimentos detenha, direta ou indiretamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Acionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pela Sonae Investimentos), foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondente à participação de terceiros nas mesmas, são apresentados separadamente na demonstração da posição financeira consolidada e na demonstração dos resultados consolidada, respetivamente, na rubrica interesses sem controlo. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras pelo método de consolidação integral encontram-se detalhadas na nota 4.

O rendimento integral da subsidiária é atribuído aos proprietários da Sonae Investimentos e aos interesses sem controlo, mesmo que a situação resulte num saldo deficitário ao nível dos interesses sem controlo.

Os ativos e passivos de cada filial são identificados ao seu justo valor na data de aquisição ou assunção de controlo podendo tal mensuração ser concluída no prazo de doze meses após a data de aquisição. Qualquer excesso do preço de aquisição acrescido do justo valor de eventuais interesses previamente detidos e do valor dos interesses sem controlo face ao justo valor dos ativos e passivos líquidos identificáveis adquiridos é reconhecido como goodwill (Nota 2.2.c)). Caso o diferencial entre o preço de aquisição acrescido do justo valor de eventuais interesses previamente detidos e do valor dos interesses sem controlo e o justo valor de ativos e passivos líquidos identificáveis adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como rendimento do exercício na rubrica "Outros rendimentos" após reconfirmação do justo valor atribuído aos ativos líquidos. A Sonae Investimentos optará numa base casuística, pelo cálculo do valor dos interesses sem controlo, (i) de acordo com a sua proporção do justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos, ou (ii) de acordo com o justo valor dos interesses dos mesmos.

Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data de tomada de controlo até à data da cedência de controlo.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pela Sonae Investimentos. As transações, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas da Sonae Investimentos são eliminados no processo de consolidação.

Nas situações em que a Sonae Investimentos detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital diretamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral.

b) Investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente e empresas associadas

Os investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente são registados pelo método de equivalência patrimonial. A classificação de investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente é determinado com base em acordos parassociais que regulam o controlo conjunto.

Os investimentos financeiros em empresas associadas (empresas onde a Sonae Investimentos exerce uma influência significativa mas não detém quer o controlo quer o controlo conjunto das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais da empresa - geralmente investimentos representando entre 20% e 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição ajustado pelo valor correspondente à participação da Sonae Investimentos no rendimento integral (incluindo o resultado líquido do exercício) das empresas controladas conjuntamente e das associadas por contrapartida de outro rendimento integral da Sonae Investimentos ou de ganhos ou perdas do exercício conforme aplicável e pelos dividendos recebidos.

As diferenças entre o preço de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis das empresas controladas conjuntamente e das associadas na data de aquisição, se positivas são reconhecidas como goodwill e mantidas no valor de investimento financeiro em empresas controladas conjuntamente e associadas (Nota 2.2.c)). Se essas diferenças forem negativas são registadas como rendimentos do exercício na rubrica "Rendimentos ou perdas relativos a empresas controladas conjuntamente e associadas" após reconfirmação do justo valor atribuído.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas e empresas controladas conjuntamente quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir, são objeto de reversão.

Quando a proporção da Sonae Investimentos nos prejuízos acumulados da associada e empresas controladas conjuntamente excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo, exceto quando a Sonae Investimentos tenha assumido compromissos para com a participada.

Os ganhos não realizados em transações com empresas controladas conjuntamente e associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Sonae Investimentos nas referidas entidades por contrapartida do investimento nessa mesma entidade. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

Os investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente e associadas encontram-se detalhados na Nota 5.

c) Goodwill

As diferenças entre o preço de aquisição dos investimentos em empresas da Sonae Investimentos, empresas controladas conjuntamente e associadas acrescido do valor dos interesses sem controlo (no caso de filiais), do justo valor de eventuais interesses detidos previamente à data da concentração e o justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis dessas empresas à data da concentração de atividades empresariais, quando positivas são registadas na rubrica Goodwill (Nota 10) ou mantidas na rubrica “Investimentos em empresas controladas conjuntamente e associadas” (Nota 5). As diferenças entre o preço de aquisição dos investimentos em filiais sediadas no estrangeiro cuja moeda funcional não é o Euro, o valor dos interesses sem controlo (no caso de filiais) e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas filiais à data da sua aquisição, encontram-se registadas na moeda funcional dessas filiais, sendo convertidas para a moeda funcional e de reporte da Sonae Investimentos (Euro) à taxa de câmbio em vigor na data da demonstração da posição financeira. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica Reservas de conversão.

O valor dos pagamentos contingentes futuros, que existam, é reconhecido como passivo no momento da concentração empresarial de acordo com o seu justo valor, sendo que qualquer alteração ao valor reconhecido inicialmente é registada em contrapartida do valor de Goodwill, mas apenas se ocorrer dentro do período de remensuração (12 meses após a data de aquisição) e se estiver relacionada com eventos anteriores à data de aquisição, caso contrário deverá ser registada por contrapartida de resultados.

Transações de compra de interesses em entidades já controladas e transações de venda de interesses em entidades sem que tal resulte em perda de controlo são tratadas como transações entre detentores de capital afetando apenas as rubricas de capital próprio sem que exista impacto em Goodwill ou em resultados.

No momento em que uma transação de venda gerar uma perda de controlo, deverão ser desreconhecidos os ativos e passivos da entidade, e qualquer interesse retido na entidade alienada deverá ser remensurado ao justo valor, e a eventual perda ou ganho apurada com a alienação é registada em resultados.

O valor do Goodwill não é amortizado, sendo testado anualmente ou sempre que existam indícios de imparidade, para verificar se existem perdas por imparidade a ser reconhecidas. A quantia recuperável é determinada com base nos planos de negócio utilizados pela gestão da Sonae Investimentos ou por relatórios de avaliação elaborados por entidades independentes, nomeadamente no que respeita a operações imobiliárias e respetivos ativos. As perdas por imparidade do Goodwill constatadas no exercício são registadas na demonstração dos resultados do exercício na rubrica “Provisões e perdas por imparidade”.

As perdas por imparidade relativas ao Goodwill não podem ser revertidas.

O Goodwill, se negativo, é reconhecido como rendimento na data de aquisição, após reconfirmação do justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis.

d) Conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio à data da demonstração da posição financeira e os rendimentos e gastos, bem como, os fluxos de caixa são convertidos para euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no exercício. A diferença cambial resultante, gerada após 1 de Janeiro de 2004, é registada no capital próprio na rubrica de “Reserva de Conversão” incluída na rubrica “Outras Reservas e Resultados Transitados”. As

diferenças cambiais geradas até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) foram anuladas por contrapartida de “Resultados Transitados”.

O Goodwill e os ajustamentos de justo valor resultantes da aquisição de entidades estrangeiras são tratados como ativos e passivos dessa entidade e transpostos para euros de acordo com a taxa de câmbio em vigor no final do exercício.

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada (total ou parcialmente), a quota-parte correspondente da diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados como um ganho ou perda na alienação, no caso de existir perda de controlo ou transferida para interesses sem controlo no caso de não haver perda de controlo.

As cotações utilizadas na conversão para euros das contas das filiais, empresas controladas conjuntamente e empresas associadas estrangeiras foram as seguintes:

	31 dezembro 2013		31 dezembro 2012	
	Final do exercício	Média do exercício	Final do exercício	Média do exercício
Real Brasileiro	0,30697	0,35076	0,36988	0,39996
Lira Turca	0,33778	0,39651	0,42461	0,43242

2.3 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registados ao custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão, e registadas por contrapartida da rubrica "Amortizações e depreciações" da demonstração consolidada dos resultados.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis, são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica "Provisões e perdas de imparidade" da demonstração consolidada dos resultados.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	10 a 20
Equipamento de transporte	4 a 5
Ferramentas e utensílios	4 a 8
Equipamento administrativo	3 a 10
Outras imobilizações corpóreas	4 a 8

As despesas com reparação e manutenção de ativos fixos tangíveis são consideradas como gasto no exercício em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos fixos ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos fixos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou disponíveis para uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

2.4 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido das amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Sonae Investimentos, sejam controláveis pela Sonae Investimentos e se possa medir fiavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento, para as quais a Sonae Investimentos demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gastos do exercício em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de Software são registados como gastos na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Sonae Investimentos. Nestas situações estes custos são capitalizados como ativos intangíveis.

Os encargos incorridos com a aquisição de carteira de clientes (valor atribuído no âmbito da alocação do preço de compra em concentrações de atividades empresariais) são registados como ativos intangíveis e

amortizados pelo método das quotas constantes, durante o período médio estimado de retenção dos clientes que a compõem.

As marcas e patentes com vida útil definida são registadas ao seu custo de aquisição e são amortizados a taxas constantes durante o seu período de vida útil estimado. Nos casos de marcas e patentes sem vida útil definida não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual, ou sempre que existam indícios de imparidade.

As amortizações são calculadas, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde a um período compreendido entre 3 a 7 anos e registadas por contrapartida da rubrica "Amortizações e depreciações" da demonstração consolidada dos resultados.

2.5 Locações

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse e como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A análise de transferência de riscos e benefícios inerentes à posse do ativo toma em consideração diversos fatores, nomeadamente, se a posse está ou não contratualmente condicionada a assumir a propriedade do bem, o valor de pagamentos mínimos a efetuar ao abrigo do contrato, a natureza do ativo sob locação e a duração do contrato tendo em consideração a possibilidade de renovação.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

a) Situações em que a Sonae Investimentos age como Locatário

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo, as amortizações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual ao justo valor ou se inferior ao valor presente dos pagamentos mínimos a efetuar até ao final do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

b) Situações em que o Grupo age como Locador

Na situação em que a Sonae Investimentos age como locador ao abrigo de contratos de locação operacional, o valor dos bens afetos são mantidos na demonstração da posição financeira da Sonae Investimentos e os proveitos são reconhecidos de forma linear durante o período de contrato de locação.

2.6 Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Sonae Investimentos irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração, nomeadamente para formação de colaboradores, são reconhecidos na demonstração dos resultados de acordo com os gastos incorridos.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de ativos fixos, são incluídos na rubrica “Outros passivos não correntes” e são creditados na demonstração dos resultados, em quotas constantes, durante o período estimado de vida útil dos ativos adquiridos.

2.7 Imparidade dos ativos não correntes, exceto Goodwill

São efetuados testes de imparidade sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração consolidada dos resultados na rubrica Provisões e perdas por imparidade.

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Nas situações em que a utilização do ativo irá ser espetavelmente descontinuada (lojas em remodelação ou em encerramento) o Grupo procede a uma atualização dos períodos de amortização após considerar o impacto de tal descontinuação de utilização em termos de análise de imparidade, nomeadamente sobre o valor líquido contabilístico dos ativos a abater.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos”. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

2.8 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos, ou projetos imobiliários classificados em inventários, são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida quando aqueles ativos estão disponíveis para utilização ou no final de produção ou construção do ativo ou quando o projeto em causa se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos financeiros gerados por empréstimos obtidos, diretamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

2.9 Inventários

As mercadorias encontram-se registadas ao custo de aquisição deduzido do valor dos descontos de quantidade respetivos, concedidos ou a conceder pelos fornecedores ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, utilizando como método de custeio o custo médio.

As diferenças entre o custo e o respetivo valor de realização dos inventários, no caso de este ser inferior ao custo, são registadas como custos em “Custo das vendas” bem como as reversões de imparidade.

2.10 Provisões

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando, a Sonae Investimentos tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pela Sonae Investimentos sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

2.11 Instrumentos financeiros

A Sonae Investimentos classifica os instrumentos financeiros nas categorias apresentadas e reconciliadas com a Demonstração da posição financeira consolidada conforme identificado na Nota 7.

a) Investimentos

Os investimentos classificam-se como segue:

- Investimentos detidos até ao vencimento;
- Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados;
- Investimentos disponíveis para venda;

Os investimentos detidos até ao vencimento são classificados como Investimentos não correntes, exceto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais a Sonae Investimentos tem intenção e capacidade de os manter até essa data.

Os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados incluem os investimentos detidos para negociação que a Sonae Investimentos adquire tendo em vista a sua alienação num curto período de tempo, sendo classificados na demonstração da posição financeira consolidada como Investimentos correntes.

A Sonae Investimentos classifica como investimentos disponíveis para venda os que não são enquadráveis como investimentos mensurados ao justo valor através de resultados nem como investimentos detidos até à maturidade. Estes ativos são classificados como ativos não correntes, exceto se houver intenção de os alienar num período inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é, usualmente, o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transação, excetuando os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados, em que os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transação são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados a justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data da demonstração da posição financeira, sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos disponíveis para venda que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica de “Reservas de justo valor” até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração dos resultados.

No caso de investimentos em partes de capital classificados como disponíveis para venda considera-se que um investimento se encontra em imparidade quando ocorre um declínio significativo ou prolongado do seu justo valor abaixo do seu custo de aquisição.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são registados(as) nas rubricas de “Rendimentos e Ganhos financeiros” ou “Gastos e Perdas financeiras” da demonstração consolidada dos resultados.

Os investimentos detidos até ao vencimento são registados ao custo amortizado através da taxa de juro efetiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos.

b) Empréstimos e contas a receber

Os empréstimos e contas a receber não correntes são registados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de eventuais perdas de imparidade.

Os rendimentos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, exceto para os valores a receber de muito curto prazo cujos valores a reconhecer seriam imateriais.

Estes investimentos financeiros surgem quando a Sonae Investimentos fornece dinheiro, bens ou serviços diretamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida.

Os empréstimos e contas a receber são classificados como ativos correntes, exceto nos casos em que a maturidade é superior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira, os quais se classificam como não correntes. Estes ativos financeiros estão incluídos nas classes identificadas na Nota 7.

c) Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de "Clientes" e as "Outras dívidas de terceiros" são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas na demonstração da posição financeira consolidada deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica "Perdas por imparidade em contas a receber", por forma refletir o seu valor realizável líquido. Estas rubricas quando correntes não incluem juros por não se considerar material o impacto do desconto.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, cada empresa da Sonae tem em consideração informação de mercado que demonstre que:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verifiquem atrasos significativos nos pagamentos por parte da contraparte;
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou reestruturação financeira.

Para determinadas categorias de ativos financeiros para as quais não é possível determinar a imparidade em termos individuais, esta é calculada em termos coletivos. Evidência objetiva de imparidade para um portfólio de contas a receber pode incluir a experiência passada em termos de cobranças, aumento do número de atrasos nos recebimentos, assim como alterações nas condições económicas nacionais ou locais que estejam correlacionadas com a capacidade de cobrança.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula por se considerar imaterial o efeito do desconto.

d) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumem.

Os instrumentos de capital próprio evidenciam um interesse residual nos ativos da Sonae Investimentos após dedução dos passivos e são registados pelo valor recebido, líquido de custos suportados com a sua emissão.

e) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, e contabilizados nas rubricas “Rendimentos e ganhos financeiros” e “Gastos e perdas financeiras” da demonstração consolidada dos resultados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios, conforme política definida na Nota 2.8. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico do empréstimo caso não sejam liquidados durante o exercício.

Os financiamentos sobre a forma de papel comercial são classificados como não corrente, quando têm garantias de colocação por um período superior a um ano e é intenção da Sonae Investimentos manter a utilização desta forma de financiamento por um período superior a um ano.

f) Fornecedores e dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

g) Instrumentos derivados

A Sonae Investimentos utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos, e/ou otimizar os custos de “funding”.

Os instrumentos derivados utilizados pela Sonae Investimentos definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam fundamentalmente a instrumentos de cobertura de taxa de juro de empréstimos obtidos e de taxa de câmbio. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro e taxa de câmbio são as mais coincidentes possíveis às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura. As ineficiências, eventualmente existentes, são registadas nas rubricas de “Rendimentos e ganhos financeiros” e “Gastos e perdas financeiras” da demonstração consolidada dos resultados.

Os critérios utilizados pela Sonae Investimentos para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transação a ser coberta no início da cobertura;
- A transação objeto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos financeiros de cobertura de taxa de juro e de taxa de câmbio são inicialmente registados pelo seu custo, se algum, e que corresponde ao seu justo valor, e subsequentemente reavaliados ao seu justo valor. As alterações de justo valor destes instrumentos são reconhecidas em capitais próprios na rubrica “Reservas de cobertura”, sendo transferidas para as rubricas de “Rendimentos e ganhos financeiros” e “Gastos e perdas financeiras” da demonstração consolidada dos resultados no mesmo exercício em que o instrumento objeto de cobertura afeta resultados.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas em capital próprio na rubrica “Reservas de cobertura”, são transferidas para resultados do exercício, ou adicionadas ao valor contabilístico do ativo a que as transações objeto de cobertura deram origem ou mantêm-se em capital no caso de se tratar de uma cobertura sobre uma transação altamente provável e cuja ocorrência é igualmente provável. As reavaliações subsequentes são registadas diretamente nas rubricas da demonstração consolidada dos resultados.

A Sonae Investimentos utiliza, ainda, instrumentos financeiros com objetivo de cobertura de fluxos de caixa que respeitam, essencialmente, a coberturas de taxa de câmbio (“forwards”) de empréstimos obtidos e operações comerciais. Algumas coberturas de taxa de câmbio de operações comerciais configuram relações perfeitas de cobertura e, portanto, recebem tratamento de “hedge accounting”. Em algumas situações, as coberturas de taxa de câmbio de empréstimos e as restantes coberturas das operações comerciais, dado que não configuram relações perfeitas de cobertura não recebem tratamento de “hedge accounting”, mas efetivamente permitem mitigar, de forma muito significativa, o efeito de variações cambiais dos empréstimos e saldos a receber/pagar, denominados em divisas, em relação aos quais a Sonae pretende cobrir o risco cambial.

Em situações específicas, o Grupo pode proceder à contratação de instrumentos derivados sobre taxas de câmbio de forma a efetuar a cobertura do risco associado à variação de fluxos de caixa futuros provocados pela variação daquela variável, e que poderão não se qualificar como instrumentos de cobertura de acordo com o IAS 39, sendo que nessas situações o efeito da revalorização a justo valor de tais derivados é registado na demonstração dos resultados.

Os instrumentos derivados, embora contratados com os objetivos atrás referidos (fundamentalmente “forwards” cambiais, e derivados sob a forma ou incluindo opções de taxa de juro), em relação aos quais a empresa não aplicou “hedge accounting”, são inicialmente registados pelo seu custo, que corresponde ao seu justo valor, se algum, e posteriormente reavaliados ao seu justo valor, cujas variações, calculadas através de ferramentas informáticas específicas, afetam diretamente as rubricas de “Rendimentos e ganhos financeiros” e “Gastos e perdas financeiras” da demonstração consolidada dos resultados.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados reconhecidos separadamente nas situações em que os riscos e as características não estejam intimamente relacionados com os contratos e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registadas na demonstração consolidada dos resultados.

Em situações específicas, a Sonae Investimentos pode proceder à contratação de derivados de taxa de juro com o objetivo de realizar coberturas de justo valor. Nestas situações, os derivados serão registados pelo seu justo valor através da demonstração consolidada dos resultados. Nas situações em que o instrumento objeto de cobertura não seja mensurado ao justo valor (nomeadamente, empréstimos que estejam mensurados ao custo amortizado), a parcela eficaz de cobertura será ajustada no valor contabilístico do instrumento coberto, através da demonstração dos resultados.

h) Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registados(as) em “Outras reservas”, incluída em “Outras reservas e resultados transitados”.

i) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de “Outros empréstimos”, na demonstração da posição financeira consolidada.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo não existindo penhoras ou garantias prestadas sobre estes ativos.

2.12 Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes (e o conjunto de ativos e passivos a alienar com estes relacionados) são classificados como detidos para venda se é expectável que o seu valor contabilístico venha a ser recuperado através da venda e não através do seu uso continuado. Esta condição só se considera cumprida no momento em que a venda seja altamente provável e o ativo (e o conjunto de ativos e passivos a alienar com este relacionado) esteja disponível para venda imediata nas condições atuais. Adicionalmente, devem estar em curso ações que permitam concluir ser expectável que a venda se venha a realizar no prazo de 12 meses após a data de classificação nesta rubrica. Os ativos não correntes (e o conjunto de ativos e passivos a alienar com estes relacionados) classificados como detidos para venda são mensurados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido de gastos, não sendo amortizados a partir do momento da sua classificação como disponíveis para venda.

2.13 Responsabilidades por pagamentos baseados em ações

As responsabilidades resultantes da atribuição de prémios de desempenho diferidos os quais foram atribuídos pela Sonae Investimentos estão indexadas à evolução da cotação das ações da Sonae, SGPS, S.A. (empresa detentora da Sonae Investimentos, SGPS, S.A.) e vencem-se ao longo de um período de 3 anos após a sua atribuição.

O valor dessas responsabilidades é determinado no momento da sua atribuição (normalmente em Abril de cada ano) e posteriormente atualizado no final de cada exercício de reporte em função do número de ações atribuídas e o justo valor destas à data de reporte. A responsabilidade é registada em gastos com pessoal e outros passivos correntes e não correntes, de forma linear entre a data da atribuição e a data de vencimento, na proporção do tempo decorrido entre essas datas, no caso de atribuição de direitos sobre ações remíveis em dinheiro de acordo com o seu justo valor à data da demonstração da posição financeira. Quando não existe a opção de remição em dinheiro a responsabilidade é registada em custos com pessoal e em reservas de forma linear entre a data da atribuição e a data de vencimento, na proporção do tempo decorrido entre essas datas.

2.14 Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

2.15 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa da Sonae Investimentos.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

2.16 Rédito e especialização dos exercícios

Os rendimentos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados consolidada quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos rendimentos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

O reconhecimento do rédito, associado a operações de extensão de garantia, as quais são concedidas por um período de 1 a 3 anos, após a garantia legalmente obrigatória de 2 anos, pelo segmento Sonae SR, encontra-se reconhecido linearmente ao longo do período de vigência da garantia, estando o rédito associado às garantias vendidas, mas que não se encontram ativas, registado nas rubricas da Demonstração da Posição Financeira “Outros passivos não correntes” e “Outros passivos correntes” (Notas 25 e 29).

O diferimento do rédito associado aos programas de fidelização de clientes através da atribuição de descontos em futuras compras, pelas unidades de retalho, é quantificado tendo em conta a probabilidade

de exercício dos mesmos e são deduzidos à receita no momento em que estes são gerados, sendo apresentado o correspondente passivo na rubrica "Outras dívidas a terceiros".

Os dividendos são reconhecidos como rendimentos no período em que são atribuídos pelas participadas aos sócios ou acionistas.

Os gastos e rendimentos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de "Outros ativos correntes" e "Outros passivos correntes", são registados os gastos e os rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a período futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde.

2.17 Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

As transações são registadas nas demonstrações financeiras individuais das filiais na moeda funcional da filial, utilizando as taxas em vigor na data da transação.

Todos os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira nas demonstrações financeiras individuais das filiais são convertidos para a moeda funcional de cada filial, utilizando as taxas de câmbio vigentes à data da demonstração da posição financeira de cada período. Ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional de cada filial, utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, dessas mesmas transações, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados do exercício, exceto as relativas a valores não monetários cuja variação de justo valor são registadas diretamente em capital próprio.

Quando pretende diminuir a exposição ao risco de taxa de câmbio a Sonae contrata instrumentos financeiros derivados de cobertura (Nota 2.11.g)).

2.18 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se materiais.

2.19 Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas incluem:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- b) Análises de imparidade do goodwill, de investimentos em associadas e em entidades conjuntamente controladas e de outros ativos fixos tangíveis e intangíveis
- c) Registo de ajustamentos aos valores do ativo e provisões e análise de passivos contingentes;
- d) Determinação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados;
- e) Recuperabilidade de ativos por impostos diferidos;
- f) Valorização do justo valor de ativos, passivos e passivos contingentes em operações de concentrações de atividades empresariais.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, são descritos nas correspondentes notas anexas.

2.20 Informação por segmentos

A informação relativa à informação financeira ao nível dos segmentos de negócio identificados é incluída na Nota 44.

2.21 Reservas legais, outras reservas e resultados transitados

Reserva legal:

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da Reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reservas de cobertura:

As reservas de cobertura refletem as variações de justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de “cash flow” que se consideram eficazes (Nota 2.11.g)), sendo que a mesma não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

Reservas de conversão:

A rubrica de reservas de conversão corresponde ao efeito da conversão de demonstrações financeiras de entidades com moeda funcional distinta do euro, conforme referido na Nota 2.17.

Reservas de acordo com o art. 324º do Código das Sociedades Comerciais:

As reservas constituídas de acordo com o art. 324º do Código das Sociedades Comerciais (“CSC”), refletem o valor das ações próprias adquiridas e seguem um regime legal equivalente ao da reserva legal.

Nos termos da legislação portuguesa o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da Empresa apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas pela União Europeia.

3 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Os princípios gerais da gestão de riscos são aprovados pelo Conselho de Administração, estando a sua implementação e acompanhamento supervisionados pela Tesouraria da Sonae Investimentos.

3.1 Risco de Mercado

Revestem-se de particular importância no âmbito da gestão de risco de mercado os riscos taxa de juro e os riscos taxa de câmbio.

A Sonae Investimentos utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos de mercado a que está exposta como forma de garantir a sua cobertura, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objetivo de negociação ou especulação.

3.1.1 Risco de taxa de juro

A exposição da Sonae Investimentos à taxa de juro decorre essencialmente dos empréstimos de longo prazo que são constituídos na sua maioria por dívida indexada à Euribor.

Análise de sensibilidade:

A análise de sensibilidade taxa de juro baseia-se nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro afetam os juros a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros indexados a taxas variáveis (os pagamentos de juros, associados a instrumentos financeiros não designados como instrumentos cobertos ao abrigo de coberturas de fluxos de caixa de risco de taxa de juro). Como consequência, estes instrumentos são incluídos no cálculo da análise de sensibilidade aos resultados;
- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afetam os gastos e rendimentos em relação aos instrumentos financeiros com taxas de juros fixas caso estes sejam reconhecidos pelo seu justo valor. Como tal, todos os instrumentos financeiros com taxas de juros fixas registados ao custo amortizado, não estão sujeitos ao risco de taxa de juro, tal como definido na IFRS 7;

- No caso de instrumentos designados para cobertura do justo valor do risco de taxa de juro, quando as alterações no justo valor do instrumento coberto e do instrumento de cobertura atribuíveis a movimentos de taxa de juro são compensados quase por completo na demonstração dos resultados no mesmo período, estes instrumentos financeiros também não são considerados como expostos ao risco de taxa de juro;
- Alterações nas taxas de juro de mercado de instrumentos financeiros que foram designados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa para cobrir as flutuações de pagamentos resultantes de alterações de taxas de juro afetam as rubricas de reservas do capital próprio, sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade à variação da taxa de juro com impacto no capital próprio (outras reservas);
- Alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e de outros ativos e passivos financeiros são estimados descontando para o momento presente os fluxos de caixa futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano e assumindo uma variação paralela nas curvas de taxa de juro;
- Para efeitos da análise da sensibilidade, essa análise é realizada com base em todos os instrumentos financeiros existentes durante o exercício;

Estima-se que a exposição a este risco à data da demonstração da posição financeira seja reduzida, de tal forma que, nos últimos 12 meses, uma subida de 75 pontos base em todas as taxas de juro do euro durante o ano de 2013 teria tido um impacto negativo nos resultados consolidados antes de impostos, não superior a 6,8 milhões de euros (7,9 milhões de euros em 2012), tomando em consideração os perfis de refixação contratados e excluindo quaisquer outros efeitos na atividade da empresa.

3.1.2 Risco de taxa de câmbio

O impacto nas demonstrações financeiras das variações nas taxas de câmbio é reduzido, na medida em que a maior parte dos fluxos operacionais são contratados em euros. A Sonae Investimentos está apenas exposta ao risco taxa de câmbio nas transações relativas a aquisições de mercadorias em mercados internacionais em USD.

A gestão do risco taxa de câmbio pretende fornecer uma base sólida à tomada de decisão de compra de mercadorias estabelecendo preços de custo conhecidos e estáveis. A cobertura do risco cambial acompanha toda a decisão de compra desde o momento da seleção dos fornecedores até à negociação formal de aquisição.

A exposição é controlada através de um programa de compra de divisas a prazo (*forwards*) com o objetivo de minorar o impacto negativo ocasionado por variações nas responsabilidades em consequência dos processos de importação em divisas distintas do euro.

A 31 de dezembro de 2013 e 2012 os valores em euros dos saldos ativos e passivos denominados em moeda estrangeira eram os seguintes:

	Ativos		Passivos	
	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012
Euro	574.420	549.489	168.821	80.603
Real Brasileiro	8.792.907	12.040.467	5.628.270	7.032.050
Libra Inglesa	-	-	13.478	152.474
Dólar Americano	1.455.138	761.504	17.608.887	9.196.314
Outras moedas	1.197	7.407	-	2.578

Os montantes acima apresentados apenas incluem ativos e passivos monetários denominados em moeda diferente da moeda funcional das filiais, não representando por isso o risco de translação das demonstrações financeiras. Dada a imaterialidade da exposição ao risco cambial por via dos ativos e passivos monetários à data da demonstração da posição financeira não é apresentada análise de sensibilidade à variação de taxa de câmbio.

3.2 Risco de Liquidez

O principal objetivo da política de gestão de risco de liquidez é garantir que o grupo tem disponível, a todo o momento, os recursos financeiros necessários para fazer face às suas responsabilidades e prosseguir as estratégias delineadas honrando todos os compromissos assumidos com terceiros, quando se tornam devidos, através de uma adequada gestão do binómio custo-maturidade dos financiamentos.

A Sonae Investimentos prossegue assim uma política ativa de refinanciamento pautada pela manutenção de um nível elevado de recursos livres e imediatamente disponíveis para fazer face a necessidades de curto prazo e pelo alongamento ou manutenção da maturidade da dívida de acordo com os cash-flows previstos e a capacidade de alavancagem da sua posição financeira. Em 2013 a maturidade média da dívida da Sonae Investimentos é de aproximadamente 2,4 anos (2012: 2,5 anos).

Constituem também importantes instrumentos de resposta ao risco de liquidez, a limitação da amplitude das cláusulas contratuais capazes de despoletar o vencimento antecipado dos empréstimos. O grupo assegura ainda, no seu relacionamento com as instituições financeiras, um elevado nível de diversificação que permite agilizar a contratação de novos empréstimos e limitar o impacto negativo de eventuais descontinuações de relacionamento.

É mantida pela Sonae Investimentos uma reserva de liquidez sob a forma de linhas de crédito com os seus bancos de relacionamento, de forma a assegurar a capacidade para cumprir com os seus compromissos, sem ter que se refinar em condições desfavoráveis. A 31 de dezembro de 2013, o montante de empréstimos consolidados com vencimento em 2014 é de 71 milhões de euros (230 milhões de euros com vencimento para 2013) e em 31 de dezembro de 2013 a Sonae Investimentos tinha linhas de crédito consolidadas disponíveis no valor de 328 milhões de euros (189 milhões de euros em 2012) com compromisso inferior ou igual a um ano e 310 milhões de euros (400 milhões de euros em 2012) com compromisso superior a um ano. Adicionalmente a Sonae Investimentos possuía em 31 de dezembro de 2013 uma reserva de liquidez constituída por Caixa e equivalentes de caixa e Investimentos correntes de 72 milhões de euros (163 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012). Face ao anteriormente exposto a Sonae Investimentos espera satisfazer todas as suas necessidades de tesouraria com o recurso aos

fluxos da atividade operacional e das aplicações financeiras, bem como, se necessário, recorrendo a linhas de crédito disponíveis existentes.

A análise de liquidez para instrumentos financeiros é apresentada junto da nota respetiva a cada classe de passivos financeiros.

3.3 Risco de Crédito

A Sonae Investimentos está exposta ao risco de crédito no âmbito da sua atividade operacional corrente. O risco de crédito no relacionamento com os clientes é controlado através de um sistema de recolha de informação quantitativa e qualitativa prestada por entidades reconhecidas que fornecem informação de riscos, que permitem avaliar a viabilidade dos clientes e a necessidade de utilização de instrumentos que visam a redução do risco de crédito como seguros de crédito, garantias bancárias, cartas de crédito ou outros. O risco de crédito no relacionamento com fornecedores surge na sequência de adiantamentos ou de débitos de receitas comerciais e é mitigado pela expectativa de manutenção do relacionamento comercial. Os montantes apresentados na demonstração da posição financeira encontram-se líquidos das perdas acumuladas de imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pela Sonae Investimentos, estando portanto ao seu justo valor.

A Sonae Investimentos está ainda exposta ao risco de crédito nas suas relações com as instituições financeiras relativas a aplicações de fundos, garantias de colocação em instrumentos de dívida, derivados, entre outros.

O risco de crédito às instituições financeiras é limitado pela gestão de concentração de riscos e uma rigorosa seleção de contrapartes que apresentem um elevado prestígio e reconhecimento nacional e internacional e baseada nas respetivas notações de rating tendo em consideração a natureza, maturidade e dimensão das operações.

4 EMPRESAS FILIAIS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas filiais incluídas na consolidação, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, são as seguintes:

FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido			
		31 dezembro 2013		31 dezembro 2012	
		Direto	Total*	Direto	Total*
Sonae Investimentos- SGPS, S.A.	Matosinhos	MÃE	MÃE	MÃE	MÃE
Arat Inmuebles, SA	a) Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Azulino Imobiliária, SA	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

	BB Food Service, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Bom Momento - Restauração, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Canasta - Empreendimentos Imobiliários, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
1)	Carnes do Continente - Industria e Distribuição Carnes, SA	a)	Santarém	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Chão Verde - Sociedade de Gestão Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Citorres - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Contibomba - Comércio e Distribuição de Combustíveis, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Contimobe - Imobiliária de Castelo de Paiva, SA	a)	Castelo de Paiva	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Continente Hipermercados, SA	a)	Lisboa	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Cumulativa - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Discovery Sports, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
1)	Edições Book.it, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
1)	Estevão Neves - Hipermercados da Madeira, SA	a)	Funchal	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Farmácia Selecção, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Fashion Division, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Fashion Division Canárias , SL	a)	Tenerife (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Fozimo - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Fozmassimo - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosede	a)	Maia	54,55%	54,55%	54,55%	54,55%
	Fundo de Investimento Imobiliário Imosonaes Dois	a)	Maia	99,48%	99,48%	99,89%	99,89%
	Igimo - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Iginha - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Imoconti - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Imoestrutura - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Imomuro - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Imoresultado - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

	Imosistema - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Infofield - Informática, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Marcas MC, zRT	a)	Budapeste (Hungria)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	MJLF - Empreendimentos Imobiliários, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Modalfa - Comércio e Serviços, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Modalloop – Vestuário e Calçado, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Modelo - Distribuição de Materiais de Construção, SA	b)	Maia	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
	Modelo Continente Hipermercados, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Modelo Continente International Trade, SA	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Modelo Hiper Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Modelo.com - Vendas p/Correspond., SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
1)	Peixes do Continente - Indústria e Distribuição de Peixes, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Pharmacontinente - Saúde e Higiene, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Pharmaconcept – Atividades em Saúde, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Predicomercial - Promoção Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	SDSR – Sports Division SR, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2)	SDSR – Sports Division 2, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	-	-
	Selifa - Empreendimentos Imobiliários de Fafe, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sesaggest - Proj.Gestão Imobiliária, SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Socijofra - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Gondomar	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sociloures - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Soflorin, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sonae Capital Brasil, Lda	a)	São Paulo (Brasil)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sonae MC – Modelo Continente, SGPS, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sonaecenter Serviços II, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sonaegest- Sociedade Gestora de Fundos de	a)	Maia	60,00%	60,00%	60,00%	60,00%

Investimento, SA							
	Sonaerp – Retail Properties, SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sonae Specialized Retail, SGPS, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sonae Retalho Espanha - Servicios Generales, SA	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	SIAL Participações, Ltda	a)	São Paulo (Brasil)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sondis Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sonvecap, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sport Zone Canarias, SL	a)	Tenerife (Espanha)	51,00%	51,00%	51,00%	51,00%
	Sport Zone Espanha - Comércio de Articulos de Deporte, SA	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sport Zone Sport Maiz.Per.Satis Ith.Ve tic Ltd Sti	a)	Istambul (Turquia)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Têxtil do Marco, SA	a)	Marco de Canaveses	92,76%	92,76%	92,76%	92,76%
2)	Tlantic BV	a)	Amesterdão (Holanda)	77,66%	77,66%	-	-
	Tlantic Portugal - Sistemas de Informação, SA	a)	Matosinhos	77,76%	77,76%	100,00%	100,00%
	Tlantic Sistemas de Informação, Ltda	a)	Porto Alegre (Brasil)	77,66%	77,66%	100,00%	100,00%
1)	Todos os Dias - Com. Ret. Expl. C. Comer., SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Valor N, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Worten Canarias, S.L.	a)	Tenerife (Espanha)	51,00%	51,00%	51,00%	51,00%
	Worten - Equipamento para o Lar, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Worten Espanha Distribución, S.L.	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Zippy – Comércio e Distribuição, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Zippy - Comércio Y Distribución, SA	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Zíppy Cocuk Maiz.Dag.Satis Ith.Ve Tic Ltd Sti	a)	Istambul (Turquia)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	ZYEvolution – Investig.e Desenvolvimento, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

*a percentagem de capital detida total representa a % total, direta e indireta detida pelo Grupo.

- a) Controlo detido por maioria de votos;
 - b) Controlo detido por maioria dos membros dos órgãos de Administração.
- 1) Filiais incorporadas por fusão na Modelo Continente Hipermercados, SA a 1 de janeiro de 2013;
 - 2) Filiais constituídas no exercício.

Estas empresas filiais foram incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral, tendo em consideração que as subsidiárias são controladas pela Sonae Investimentos SGPS, S.A..

5 INVESTIMENTOS EM ENTIDADES CONTROLADAS CONJUNTAMENTE E ASSOCIADAS

As empresas controladas conjuntamente e associadas, suas sedes sociais, proporção do capital detido e valor da demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 são os seguintes:

Firma	Sede Social	Percentagem de capital detido				Valor na demonstração da posição financeira	
		31 dezembro 2013		31 dezembro 2012		31 dezembro 2013	31 dezembro 2012
		Direto	Total*	Direto	Total*		
Raso SGPS, SA (consolidado)	Lisboa	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%	10.150.202	10.716.070
<i>Investimentos em empreendimentos conjuntos</i>						10.150.202	10.716.070
MDS SGPS, SA (consolidado)	Maia	46,92%	46,92%	46,92%	46,92%	40.746.920	49.205.951
Mundo VIP	Lisboa	33,34%	33,34%	33,34%	33,34%	-	-
Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, Lda	Lisboa	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%	899.945	897.831
<i>Investimentos em associadas</i>						41.646.865	50.103.782
Total						51.797.067	60.819.852

*a percentagem de capital detida total representa a % total, direta e indireta detida pelo Grupo.

As empresas controladas conjuntamente e associadas foram incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, o movimento ocorrido no valor dos investimentos em empresas controladas conjuntamente e associadas, foi o seguinte:

	31 dezembro 2013			31 dezembro 2012		
	Valor da proporção nos capitais próprios	Goodwill	Total do investimento	Valor da proporção nos capitais próprios	Goodwill	Total do investimento
Investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas						
Saldo em 1 de Janeiro	17.400.725	44.520.464	61.921.189	14.160.562	44.520.464	58.681.026
Aumentos durante o exercício	1.000.000	-	1.000.000	-	-	-
Equivalência patrimonial:						
Efeito em ganhos/perdas relativos a empreendimentos conjuntos e associadas	(2.894.152)	-	(2.894.152)	1.014.532	-	1.014.532
Distribuição de dividendos	(14.332)	-	(14.332)	(99.002)	-	(99.002)
Variação nas reservas do grupo	(6.114.301)	-	(6.114.301)	2.324.633	-	2.324.633
	9.377.940	44.520.464	53.898.404	17.400.725	44.520.464	61.921.189
Perdas por imparidade acumuladas (Nota 30)	(311.583)	(1.789.754)	(2.101.337)	688.417	(1.789.754)	(1.101.337)
	9.066.357	42.730.710	51.797.067	18.089.142	42.730.710	60.819.852

O efeito em “Variação nas reservas do Grupo” resulta fundamentalmente do efeito da conversão cambial de empresas com moeda funcional diferente do euro e do registo a justo valor da participação na Cooper Gay Sweet & Crawford incluída na associada MDS, SGPS, SA. A referida participação foi reavaliada para o

seu justo valor em 31 de dezembro de 2013 com base numa proposta de compra vinculativa recebida de uma entidade não relacionada e conhecedora do sector, no último trimestre de 2013, a qual não foi considerada como adequada pelo Conselho de Administração da sociedade (Nível 3).

A análise de imparidade dos investimentos anteriormente referidos é efetuada com base na estimativa de justo valor da participação em análise, baseado na avaliação através do método de fluxos de caixa descontados ou com base no justo valor dos seus ativos, conforme aplicável. Tal estimativa é efetuada com base na avaliação das participações detidas pela filial em análise por recurso a modelos de fluxos de caixa descontados de forma a estimar o valor de uso dos referidos investimentos, sempre que identificados indícios de imparidade, nomeadamente em resultado da distribuição de dividendos por parte daquelas participadas.

Os montantes agregados dos principais indicadores financeiros destas entidades podem ser resumidos como segue:

	31 dezembro 2013					
	Ativo	Passivo	Capitais Próprios	Rendimentos e ganhos	Gastos e perdas	Resultado líquido
Viagens	67.413.721	38.709.241	28.704.479	42.891.148	44.041.371	(1.150.223)
Seguros	100.288.792	73.867.578	26.421.214	47.057.243	51.369.849	(4.312.606)
Outros	12.140.682	11.125.907	1.014.775	59.239.099	59.374.124	(135.025)
TOTAL	17.187.541	15.395.668	1.791.873	63.440.384	63.583.797	(143.413)

	31 dezembro 2012					
	Ativo	Passivo	Capitais Próprios	Rendimentos e ganhos	Gastos e perdas	Resultado líquido
Viagens	65.247.647	35.392.945	29.854.702	42.764.046	48.411.033	(5.646.987)
Seguros	146.292.791	103.131.981	43.160.809	62.813.621	53.557.529	9.256.092
Outros	12.966.266	11.959.946	1.006.320	63.374.796	63.518.277	(143.481)
TOTAL	19.129.130	17.049.586	2.079.544	67.679.180	67.760.135	(80.955)

6 OUTROS INVESTIMENTOS NÃO CORRENTES

Os outros investimentos não correntes, suas sedes sociais, proporção de capital detido e valor da demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012 são as seguintes:

Firma	Sede Social	Percentagem de capital detido				Valor na demonstração da posição financeira	
		31 dezembro 2013		31 dezembro 2012		31 dezembro 2013	31 dezembro 2012
		Direto	Total	Direto	Total		
Dispar - Distrib. de Participações, SGPS, SA	Lisboa	14,28%	14,28%	14,28%	14,28%	9.976	9.976
Insco - Insular de Hipermerc., SA	Ponta Delgada	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	748.197	748.197
Outros investimentos						12.643.064	33.847.325
						<u>13.401.237</u>	<u>34.605.498</u>

Em outros investimentos financeiros estão registados 12.512.681 euros (33.716.476 euros em 31 de dezembro de 2012), relativos a montantes depositados numa *Escrow Account* e que se encontram aplicados em Unidades de Participação num fundo de investimento monetário de *rating* superior, que surgem como garantias das responsabilidades contratuais assumidas pela Sonae Investimentos na venda da Sonae Distribuição Brasil, S.A. e para as quais foram constituídas provisões nas situações aplicáveis (Nota 30 e 31). A redução do montante de 2012 para 2013 resulta da utilização da *Escrow Account* para

pagamentos realizados relacionados com as responsabilidades relativas a filiais da operação do Retalho no Brasil alienada (Nota 30).

Embora de acordo com os prazos definidos contratualmente a *Escrow Account* já devesse ter sido libertada pelo comprador, a mesma ainda não o foi pelo facto de existirem alguns pontos de divergência quanto à utilização da referida *Escrow Account*, nomeadamente quanto à possibilidade ou não, de retenção da *Escrow Account* para processos fiscais em curso ainda não decididos (Nota 31). É entendimento do Conselho de Administração, consubstanciado em opiniões legais de advogados brasileiros e portugueses, que a razão assiste à Sonae Investimentos.

O valor de outros investimentos inclui ainda Investimentos em empresas não cotadas e cujo justo valor não foi estimado por não ser mensurável de forma fiável, mantêm-se ao custo de aquisição deduzidos de eventuais perdas de imparidade.

7 CLASSES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros, de acordo com as políticas descritas na Nota 2.11, foram classificados como segue:

Activos financeiros	Notas	Empréstimos e contas a receber	Disponíveis para venda	Derivados de cobertura (Nota 24)	Sub-total	Ativos não abrangidos pelo IFRS 7	Total
A 31 de dezembro de 2013							
Ativos não correntes							
Outros investimentos	6	12.512.681	888.556	-	13.401.237	-	13.401.237
Outros ativos não correntes	12	23.066.830	-	-	23.066.830	36.909	23.103.739
		<u>35.579.511</u>	<u>888.556</u>	<u>-</u>	<u>36.468.067</u>	<u>36.909</u>	<u>36.504.976</u>
Ativos correntes							
Clientes	14	43.070.196	-	-	43.070.196	-	43.070.196
Outras dívidas de terceiros	15	90.687.013	-	-	90.687.013	-	90.687.013
Outros investimentos financeiros	11 e 24	6.106	-	35.999	42.105	-	42.105
Caixa e equivalentes de caixa	19	71.510.332	-	-	71.510.332	-	71.510.332
		<u>205.273.647</u>	<u>-</u>	<u>35.999</u>	<u>205.309.646</u>	<u>-</u>	<u>205.309.646</u>
		<u>240.853.158</u>	<u>888.556</u>	<u>35.999</u>	<u>241.777.713</u>	<u>36.909</u>	<u>241.814.621</u>
A 31 de dezembro de 2012							
Ativos não correntes							
Outros investimentos	6	33.717.673	889.022	-	34.605.498	-	34.605.498
Outros ativos não correntes	12	34.338.152	-	-	34.338.152	91.662	34.429.814
		<u>68.055.825</u>	<u>889.022</u>	<u>-</u>	<u>68.943.650</u>	<u>91.662</u>	<u>69.035.312</u>
Ativos correntes							
Clientes	14	31.088.175	-	-	31.088.175	-	31.088.175
Outras dívidas de terceiros	15	51.947.177	-	-	51.947.177	-	51.947.177
Outros investimentos financeiros	11 e 24	862.387	-	30.341	892.728	-	892.728
Caixa e equivalentes de caixa	19	162.194.406	-	-	162.194.406	-	162.194.406
		<u>246.092.145</u>	<u>-</u>	<u>30.341</u>	<u>246.122.486</u>	<u>-</u>	<u>246.122.486</u>
		<u>314.147.970</u>	<u>889.022</u>	<u>30.341</u>	<u>315.066.136</u>	<u>91.662</u>	<u>315.157.798</u>

Passivos financeiros	Notas	Passivos financeiros	Derivados de	Sub-total	Passivos não	Total
		registados pelo	cobertura		abrangidos pelo	
		custo amortizado	(Nota 24)		IFRS 7	
A 31 de dezembro de 2013						
Passivos não correntes						
Empréstimos bancários	22	114.694.578	-	114.694.578	-	114.694.578
Empréstimos obrigacionistas	22	646.307.863	-	646.307.863	-	646.307.863
Credores por locações financeiras	22 e 23	7.630.324	-	7.630.324	-	7.630.324
Outros empréstimos	22	53.936	-	53.936	-	53.936
Outros passivos não correntes	25	408.093.722	-	408.093.722	36.615.170	444.708.892
		<u>1.176.780.423</u>	<u>-</u>	<u>1.176.780.423</u>	<u>36.615.170</u>	<u>1.213.395.593</u>
Passivos correntes						
Empréstimos bancários	22	56.774.364	-	56.774.364	-	56.774.364
Empréstimos obrigacionistas	22	9.990.122	-	9.990.122	-	9.990.122
Credores por locações financeiras	22 e 23	4.185.507	-	4.185.507	-	4.185.507
Outros empréstimos	22 e 24	33.466	1.415.143	1.448.609	-	1.448.609
Fornecedores	27	1.143.639.351	-	1.143.639.351	-	1.143.639.351
Outras dívidas a terceiros	28	90.860.537	-	90.860.537	-	90.860.537
		<u>1.305.483.347</u>	<u>1.415.143</u>	<u>1.306.898.490</u>	<u>-</u>	<u>1.306.898.490</u>
		<u>2.482.263.770</u>	<u>1.415.143</u>	<u>2.483.678.913</u>	<u>36.615.170</u>	<u>2.520.294.083</u>
A 31 de dezembro de 2012						
Passivos não correntes						
Empréstimos bancários	22	218.458.349	-	218.458.349	-	218.458.349
Empréstimos obrigacionistas	22	532.738.392	-	532.738.392	-	532.738.392
Credores por locações financeiras	22 e 23	9.942.240	-	9.942.240	-	9.942.240
Outros empréstimos	22	90.166	-	90.166	-	90.166
Outros passivos não correntes	25	408.345.653	-	408.345.653	21.163.999	429.509.652
		<u>1.169.574.800</u>	<u>-</u>	<u>1.169.574.800</u>	<u>21.163.999</u>	<u>1.190.738.799</u>
Passivos correntes						
Empréstimos bancários	22	55.175.849	-	55.175.849	-	55.175.849
Empréstimos obrigacionistas	22	170.900.782	-	170.900.782	-	170.900.782
Credores por locações financeiras	22 e 23	3.383.796	-	3.383.796	-	3.383.796
Outros empréstimos	22 e 24	33.466	953.531	986.997	-	986.997
Fornecedores	27	1.090.451.413	-	1.090.451.413	-	1.090.451.413
Outras dívidas a terceiros	28	92.477.002	-	92.477.002	-	92.477.002
		<u>1.412.422.308</u>	<u>953.531</u>	<u>1.413.375.839</u>	<u>-</u>	<u>1.413.375.839</u>
		<u>2.581.997.108</u>	<u>953.531</u>	<u>2.582.950.639</u>	<u>21.163.999</u>	<u>2.604.114.638</u>

Instrumentos financeiros reconhecidos a justo valor

Em 2013 o Grupo aplicou pela primeira vez a IFRS 13 – Mensuração ao justo Valor. Esta requer que o justo valor seja divulgado de acordo com a hierarquia de justo valor em que se encontra:

Nível 1: o justo valor é determinado com base em preços de mercado ativo para idênticos ativos e passivos;

Nível 2: o justo valor é determinado com base em outros dados que não sejam os preços de mercado identificados no nível 1, mas que sejam possíveis de ser observáveis; e

Nível 3: o justo valor é determinado com base em modelos de avaliação, cujos principais inputs não são observáveis no mercado.

	31 dezembro 2013			31 dezembro 2012		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros mensurados a justo valor						
Derivados (Nota 24)	-	35.999	-	-	30.341	-
	-	<u>35.999</u>	-	-	<u>30.341</u>	-
Passivos financeiros mensurados a justo valor						
Derivados (Nota 24)	-	1.415.143	-	-	953.531	-
	-	<u>1.415.143</u>	-	-	<u>953.531</u>	-

8 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Ativos fixos tangíveis						Total ativos fixos tangíveis
	Terrenos e edifícios	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	
Ativo bruto:							
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2012	1.651.284.310	1.156.118.956	20.908.117	108.073.700	38.430.751	28.062.620	3.002.878.454
Investimento	3.411.111	2.456.323	43.208	276.516	35.897	95.767.211	101.990.266
Desinvestimento	(2.886.204)	(41.197.931)	(917.616)	(7.331.067)	(1.329.376)	(2.834.690)	(56.496.884)
Variações cambiais	-	(134.837)	(5.821)	(67.925)	-	-	(208.583)
Transferências	1.302.116	77.163.471	696.854	4.421.017	1.595.006	(89.188.016)	(4.009.552)
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2013	1.653.111.333	1.194.405.982	20.724.742	105.372.241	38.732.278	31.807.125	3.044.153.701
Investimento	2.974.773	1.577.629	59.666	161.116	50.404	115.008.893	119.832.481
Desinvestimento	(7.179.448)	(55.174.279)	(1.161.950)	(10.471.441)	(1.827.394)	(778.607)	(76.593.119)
Variações cambiais	-	(197.046)	(7.334)	(218.736)	-	-	(423.116)
Transferências	8.276.962	93.705.442	1.181.774	6.814.306	2.567.100	(115.542.433)	(2.996.849)
Saldo final a 31 de dezembro de 2013	1.657.183.620	1.234.317.728	20.796.898	101.657.486	39.522.388	30.494.978	3.083.973.098
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas							
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2012	256.086.860	527.857.301	16.793.593	76.578.812	31.463.571	-	908.780.137
Depreciações e perdas por imparidade do exercício	27.691.694	118.021.424	1.309.049	11.443.732	3.550.371	-	162.016.270
Desinvestimento	(1.310.414)	(38.370.781)	(895.176)	(7.128.956)	(1.283.639)	-	(48.988.966)
Variações cambiais	-	(85.103)	(2.563)	(46.388)	-	-	(134.054)
Transferências	-	(661.856)	(322.631)	(2.239.707)	(80.349)	-	(3.304.543)
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2013	282.468.140	606.760.985	16.882.272	78.607.493	33.649.954	-	1.018.368.844
Depreciações	26.439.759	117.295.490	1.217.849	10.073.745	2.657.388	-	157.684.231
Perdas por Imparidade do exercício (Nota 30)	100.465.106	53.244.344	32.556	525.201	117.297	-	154.384.504
Desinvestimento	(136.883)	(50.654.616)	(1.126.655)	(9.992.770)	(1.793.518)	-	(63.704.442)
Variações cambiais	-	(163.239)	(1.402)	(106.247)	-	-	(270.888)
Transferências	(184.396)	(937.805)	(40.397)	(1.883.043)	(27.334)	-	(3.072.975)
Saldo final a 31 de dezembro de 2013	409.051.726	725.545.159	16.964.223	77.224.379	34.603.787	-	1.263.389.274
Valor líquido							
A 31 de dezembro de 2012	1.370.643.193	587.644.997	3.842.470	26.764.748	5.082.324	31.807.125	2.025.784.857
A 31 de dezembro de 2013	1.248.131.894	508.772.569	3.832.675	24.433.107	4.918.601	30.494.978	1.820.583.824

O investimento no exercício de 2013 inclui:

- aquisição de ativos de aproximadamente 99,6 milhões de euros, associados essencialmente a aberturas e operações de remodelação de lojas; e
- 6 milhões de euros relacionados com operações de concentração empresarial focada na Nota 10.

A rubrica de "Perdas por imparidade do exercício" em 2013 pode ser analisada como segue:

Imparidades	31 dezembro 2013
Mudança de "layout" e "rebranding" de:	
Lojas do retalho especializado	43.746.620
Lojas do retalho alimentar	9.988.367
Imparidade de imóveis	100.465.106
Outros	184.411
	<u>154.384.504</u>

As perdas por imparidade registadas para os ativos imobiliários foram suportadas em avaliações externas efetuadas por entidade especializada independente (Jones Lang LaSalle). As referidas avaliações foram realizadas utilizando o método do rendimento, utilizando para o efeito yields compreendidas entre 7,40%

e 9,50 %, estando o justo valor do imóvel na categoria de “Nível 3”, de acordo com a classificação dada pelo IFRS 13.

Os valores mais significativos incluídos na rubrica de “Ativos fixos tangíveis em curso” referem-se aos seguintes projetos:

	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012
Remodelação e expansão de lojas em Portugal	17.595.991	22.221.243
Remodelação e expansão de lojas em Espanha	1.297.219	842.420
Projetos de lojas Modelo e Continente para as quais foram efetuados adiantamentos	11.532.400	8.274.617
Outros	69.369	468.845
	<u>30.494.978</u>	<u>31.807.125</u>

9 ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findo em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Ativos intangíveis					Total ativos intangíveis
	Propriedade industrial	Software	Trespases	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	
Ativo bruto:						
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2012	101.358.773	154.550.982	14.779.372	3.478.973	15.500.704	289.668.804
Investimento	247.675	13.633	-	49.581	23.290.911	23.601.800
Desinvestimento	(222.932)	(853.427)	(746.047)	(49.581)	(718.959)	(2.590.946)
Variações cambiais	(3.083)	(57.944)	-	26.199	-	(34.828)
Transferências	1.024.973	15.289.988	-	(2.755.477)	(16.770.730)	(3.211.246)
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2013	102.405.406	168.943.232	14.033.325	749.695	21.301.926	307.433.584
Investimento	171.850	327.244	-	-	29.228.159	29.727.253
Desinvestimento	(140.436)	(171.600)	-	-	(243.556)	(555.592)
Variações cambiais	(68.840)	(124.299)	-	(30.611)	-	(223.750)
Transferências	795.884	20.668.844	-	-	(22.575.204)	(1.110.476)
Saldo final a 31 de dezembro de 2013	<u>103.163.864</u>	<u>189.643.421</u>	<u>14.033.325</u>	<u>719.084</u>	<u>27.711.325</u>	<u>335.271.019</u>
Amortizações e perdas por impar. acumuladas						
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2012	19.148.056	99.332.708	14.375.028	455.346	-	133.311.138
Amortizações do exercício	3.305.394	18.337.274	-	60.490	-	21.703.158
Desinvestimento	(217.696)	(799.481)	(746.047)	(49.581)	-	(1.812.805)
Variações cambiais	(2.101)	(25.092)	-	1.922	-	(25.271)
Transferências	20.495	(13.240)	-	(372.514)	-	(365.259)
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2013	22.254.148	116.832.169	13.628.981	95.663	-	152.810.961
Amortizações do exercício	2.581.436	16.510.365	-	57.958	-	19.149.759
Perdas por imparidade do exercício (Nota 30)	-	186	-	-	-	186
Desinvestimento	(139.194)	(171.600)	-	-	-	(310.794)
Variações cambiais	(34.884)	(45.084)	-	(13.990)	-	(93.958)
Transferências	(14.030)	(2.576)	-	-	-	(16.606)
Saldo final a 31 de dezembro de 2013	<u>24.647.476</u>	<u>133.123.460</u>	<u>13.628.981</u>	<u>139.631</u>	<u>-</u>	<u>171.539.548</u>
Valor líquido						
A 31 de dezembro de 2012	<u>80.151.258</u>	<u>52.111.063</u>	<u>404.344</u>	<u>654.032</u>	<u>21.301.926</u>	<u>154.622.623</u>
A 31 de dezembro de 2013	<u>78.516.388</u>	<u>56.519.961</u>	<u>404.344</u>	<u>579.453</u>	<u>27.711.325</u>	<u>163.731.471</u>

O valor de ativos intangíveis em curso diz respeito, fundamentalmente, a projetos informáticos e desenvolvimento de software.

Adicionalmente encontrava-se ainda registado na rubrica de Propriedade industrial o custo de aquisição de um conjunto de marcas sem vida útil definida, entre as quais a marca Continente, que foi adquirida em anos anteriores, no valor de 75.000.000 euros (igual montante em 2012).

A Sonae efetua testes anuais de imparidade sobre o valor das marcas, calculando para o efeito o valor recuperável da Sonae MC, sendo este determinado com base no seu valor de uso utilizando para o efeito os últimos planos de negócios os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos. Os principais pressupostos utilizados estão divulgados na Nota 10.

Os montantes que compõem a rubrica de ativos intangíveis em curso dizem essencialmente respeito a projetos informáticos e desenvolvimento de software.

10 GOODWILL

O valor de Goodwill é alocado a cada um dos segmentos de negócios e dentro destes a cada um dos grupos homogéneos de unidades geradoras de caixa.

O valor do Goodwill é alocado a cada um dos segmentos de negócio, Retalho de base Alimentar (Sonae MC) e Retalho Especializado em Portugal (Sonae SR), e alocado a cada um dos grupos homogéneos de unidades geradoras de caixa, nomeadamente a cada uma das insígnias do segmento, e a cada um dos imóveis no caso do segmento de Imobiliário do Retalho (Sonae RP).

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o valor das diferenças de consolidação pode ser detalhado como segue:

	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012
Sonae MC	433.813.034	429.826.294
Sonae SR	60.704.202	62.030.352
Sonae RP	3.669.166	4.281.767
Gestão de investimentos	-	3.096.074
	<u>498.186.402</u>	<u>499.234.487</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o movimento ocorrido na rubrica de Goodwill, bem como nas respetivas perdas por imparidade, foi o seguinte:

	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012
Valor Bruto:		
Saldo inicial	501.821.164	501.821.164
Goodwill gerado no exercício	3.986.740	-
Saldo final	<u>505.807.904</u>	<u>501.821.164</u>
Perdas por imparidade acumuladas:		
Saldo inicial	2.586.677	2.586.677
Aumentos	5.034.825	-
Saldo final	<u>7.621.502</u>	<u>2.586.677</u>
Valor líquido	<u>498.186.402</u>	<u>499.234.487</u>

Em 2013 ocorreu uma operação de concentração de atividades empresariais, envolvendo 8 lojas de retalho alimentar na Região Autónoma da Madeira, anteriormente detidas pelo Grupo Jorge Sá. O impacto nas demonstrações financeiras desta operação de concentração de atividades empresariais pode ser analisado como segue:

	À data de aquisição
Ativos fixos tangíveis (Nota 10)	6.013.260
Goodwill	3.986.740
Valor de aquisição	10.000.000
Pagamento efetuado	5.798.180
Valores pagos por conta	3.298.216
Valor em dívida	903.604

São efetuados testes anuais de imparidade sobre o goodwill e sempre que existam indicações que o goodwill pode estar em imparidade. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Sonae Investimentos procedeu à análise de imparidade de Goodwill, tendo, como resultado dessa análise, reconhecido perdas de imparidade como segue:

	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012
Sonae SR	1.326.150	-
Sonae RP	612.601	-
Gestão de investimentos	3.096.074	-
	5.034.825	-

O valor de imparidade de goodwill da Sonae SR resulta principalmente de goodwill alocado a lojas que encerraram durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

O registo de perdas de imparidade sobre Goodwill no segmento de Gestão de Investimentos, respeita fundamentalmente ao resultado da análise de imparidade de uma insígnia de Retalho incluída no segmento de Gestão de Investimentos, que conduziu à imparidade da totalidade do goodwill alocado a essa insígnia no montante de, aproximadamente, 3 milhões de euros.

Os pressupostos fundamentais utilizados nos referidos planos de negócio estão explicitados abaixo para cada um dos negócios da Sonae Investimentos.

Para este efeito os segmentos da área do Alimentar (Sonae MC) e Retalho Especializado (Sonae SR), em Portugal, recorrem aos resultados da valorização interna das suas insígnias através de metodologias de planeamento anuais, sustentadas em planos de negócio onde se projetam os respetivos cash-flows, através da consideração de pressupostos totalmente detalhados e justificados. Estes planos contemplam um detalhe do impacto das principais ações que serão levadas a cabo por cada uma das insígnias, bem como um estudo apurado da alocação dos recursos da Empresa.

O valor recuperável das Unidades Geradoras de caixa é determinado com base no seu valor de uso tomando por base os últimos planos de negócios os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos.

As simulações são feitas com um custo médio ponderado de capital e com uma taxa de crescimento dos cash-flows na perpetuidade:

	31 dezembro 2013			31 dezembro 2012		
	Custo médio ponderado de capital	Taxas de crescimento na perpetuidade	Taxa composta de crescimento vendas	Custo médio ponderado de capital	Taxas de crescimento na perpetuidade	Taxa composta de crescimento vendas
Sonae MC	9% a 10%	<= 1%	4%	9% a 10%	<= 1%	3%
Sonae SR- Portugal	9% a 11%	<= 1%	6%	9% a 11%	<= 1%	4%
Gestão de Investimentos	8% a 10%	<= 1,5%	6%	8% a 10%	<= 1,5%	5%

O valor recuperável das Unidades Geradoras de caixa para os formatos do retalho especializado em Espanha tomam por base o seu valor de uso, obtido a partir de planos de negócios com período de projeção de 10 anos, assumindo tratar-se do prazo mais realista e apropriado para a implementação da estratégia de internacionalização da Sonae no segmento de retalho especializado, tendo em consideração não só, a natureza dos produtos em questão (de carácter mais discricionário) mas também as atuais condições macro económicas e as restrições no acesso a novos financiamentos, que limitam um processo de internacionalização mais acelerado. A análise anteriormente descrita tem como objetivo demonstrar a recuperação dos ativos não correntes e ativos por impostos diferidos da Sonae SR em Espanha, dado que esta não tem qualquer valor de goodwill alocado.

11 OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 esta rubrica pode ser decomposta como segue:

	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012
Outros investimentos financeiros		
Saldo em 1 de janeiro	862.387	3.059.199
Aumentos durante o exercício	157	189
Diminuições durante o exercício	(856.438)	(2.197.001)
Saldo em 31 de dezembro	6.106	862.387
Perdas por imparidade acumuladas	-	-
Saldo em 31 de dezembro	6.106	862.387
Instrumentos financeiros derivados		
Justo valor em 1 de janeiro	30.341	2.797.070
Aquisições durante o exercício	26.398	-
Aumento/(diminuição) no justo valor	(20.740)	(2.766.729)
Justo valor em 31 de dezembro (Nota 24)	35.999	30.341
Total de outros investimentos financeiros (Nota 7)	42.105	892.728

12 OUTROS ATIVOS NÃO CORRENTES

O detalhe dos outros ativos não correntes em 31 de dezembro de 2013 e 2012, é o seguinte:

	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012
Empréstimos concedidos a empresas Associadas	8.665.429	18.976.002
Perdas de imparidade acumulada em empréstimos a associadas (Nota 30)	-	(1.000.000)
	8.665.429	17.976.002
Clientes e outros devedores		
Cauções (a)	5.725.333	5.919.711
Depósitos judiciais (b)	818.011	973.963
Reconhecimento valor a receber da Wall Mart (c)	7.858.057	9.468.476
Valor a receber referente à venda da Modelo Cont.Seguros	2.423.530	2.344.124
	25.490.360	36.682.276
Perdas de imparidade acumulada em devedores diversos (Nota 30)	(2.423.530)	(2.344.124)
Total de instrumentos financeiros (Nota 7)	23.066.830	34.338.152
Outros ativos não correntes	36.909	91.662
	23.103.739	34.429.814

Os “Empréstimos concedidos a empresas Associadas”, referem-se principalmente à MDS SGPS, SA 8.665.429 (17.971.002 euros em 31 de dezembro de 2012). Estes empréstimos vencem juros a taxas de mercado e não têm maturidade definida, por terem caráter de suprimentos. Estima-se que o seu justo valor não difira significativamente do respetivo valor da demonstração da posição financeira.

Os valores registados em “Clientes e outros devedores” não correntes, correspondem fundamentalmente a:

- a) Montantes relativos a cauções de contratos de locação de imóveis das lojas do Grupo em Espanha, que não se encontram vencidas a esta data;
- b) Montantes relativos a depósitos judiciais efetuados por uma filial brasileira, para os quais se encontram registados os correspondentes passivos na rubrica “Outros passivos não correntes” (Nota 25), estes valores não apresentam maturidade definida;
- c) Em resultado dos acordos celebrados em 2005, pela anterior subsidiária - Sonae Distribuição Brasil, S.A. (alienada ao Grupo Wal-Mart em 2005) com o Carrefour Comércio e Indústria Ltda, a Sonae Investimentos assumiu a responsabilidade de indemnizar o Carrefour por eventuais despesas que viessem a revelar-se necessárias para efeitos de finalização do processo de licenciamento de 10 lojas no Estado de S. Paulo que foram vendidas àquela entidade. Durante 2010, o Carrefour exerceu uma garantia bancária “on first demand” pelo valor de 25.340.145,80 Reais (aproximadamente 7,9 milhões de euros) para fazer face a supostas despesas incorridas com as referidas lojas e que alegadamente se destinaram a sanar deficiências apontadas pelas autoridades competentes para efeitos de licenciamento das lojas, sem que contudo tenha sido apresentada à Sonae Investimentos prova das referidas despesas e bem assim demonstrada a necessidade da realização das referidas despesas para efeitos de licenciamento das lojas, nos termos dos contratos celebrados. A variação no exercício é explicada pela evolução do câmbio do real face ao euro.

Com base no entendimento do Conselho de Administração e parecer dos advogados do grupo, o valor do pagamento efetuado é considerado indevido tendo o Grupo já instaurado processo judicial contra o Carrefour Comércio e Indústria Ltda, através da sociedade Wms – Supermercados do Brasil, S.A.

(anteriormente Sonae Distribuição Brasil, S.A., alienada ao Grupo Wal-Mart, como referido supra), no sentido de recuperar judicialmente tais montantes (para a Sonae Investimentos, por direito de crédito sobre a Wms), cuja probabilidade de sucesso de acordo com os advogados e de acordo com o Conselho de Administração é muito elevada atendendo ao facto da inexistência de evidência e prova da realização das despesas e sua elegibilidade nos termos do contrato, e bem assim atendendo aos prazos de prescrição definidos na lei brasileira.

De acordo com os advogados, ao valor indevidamente recebido pelo Carrefour e que foi objeto de pedido de indemnização por parte da Sonae Investimentos (25.340.145,80 Reais), acrescerão juros à taxa SELIC sendo expectativa que o processo se mantenha em curso durante um período de até 7 anos, desde o seu início em 2011.

13 INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>31 dezembro 2013</u>	<u>31 dezembro 2012</u>
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	698.111	831.499
Mercadorias	619.624.215	566.507.747
Produtos acabados e intermédios	478.877	318.157
Produtos e trabalhos em curso	<u>237.215</u>	<u>187.377</u>
	621.038.418	567.844.780
Perdas por imparidade acumuladas em inventários (Nota 30)	<u>(32.642.082)</u>	<u>(43.160.752)</u>
	<u>588.396.336</u>	<u>524.684.028</u>

O custo das vendas nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2013 e 2012, foi apurado como segue:

	<u>31 dezembro 2013</u>	<u>31 dezembro 2012</u>
Inventários iniciais	567.339.246	676.197.262
Variações cambiais	(94.251)	7.956
Compras	3.656.218.555	3.390.646.639
Regularizações de inventários	(9.394.346)	(9.441.668)
Inventários finais	<u>620.322.326</u>	<u>567.339.246</u>
	3.593.746.878	3.490.070.943
Perdas por imparidade (Nota 30)	<u>(10.550.285)</u>	<u>9.179.212</u>
	<u>3.583.196.593</u>	<u>3.499.250.155</u>

Os montantes inscritos na rubrica de 'Regularizações de inventários', em 31 de dezembro de 2013 e 2012, referem-se, essencialmente, a regularizações resultantes de ofertas a instituições de solidariedade social.

14 CLIENTES

O detalhe de clientes em 31 de dezembro de 2013 e 2012, é o seguinte:

	<u>31 dezembro 2013</u>	<u>31 dezembro 2012</u>
Clientes correntes	43.121.487	31.787.666
Clientes de cobrança duvidosa	<u>3.053.087</u>	<u>2.693.857</u>
	46.174.574	34.481.523
Perdas por imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 30)	(3.104.378)	(3.393.348)
	<u>43.070.196</u>	<u>31.088.175</u>

A rubrica de Clientes correntes inclui 14.606.205 euros (13.773.931 euros em 31 de dezembro de 2012), relativo a vendas por grosso a empresas relacionadas.

A exposição da Sonae Investimentos ao risco de crédito é atribuível às contas a receber da sua atividade operacional. Os montantes apresentados na demonstração da posição financeira encontram-se líquidos das perdas acumuladas por imparidade que foram estimadas pela Sonae Investimentos, de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolventes económicas. A Sonae Investimentos entende que os valores contabilísticos das contas a receber líquidas de perdas de imparidade se aproximam do seu justo valor.

A 31 de dezembro 2013 não temos indicações de que não serão cumpridos os prazos normais de recebimento relativamente aos valores incluídos em clientes não vencidos e para os quais não existe imparidade registada.

A 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a antiguidade dos saldos de clientes pode ser analisada como segue:

	<u>Clientes</u>	
	<u>31 dezembro 2013</u>	<u>31 dezembro 2012</u>
Não vencido	<u>17.558.563</u>	<u>11.931.338</u>
Vencido mas sem registo de imparidade		
0 - 90 dias	23.537.170	17.055.767
+ 90 dias	<u>1.974.464</u>	<u>1.618.094</u>
Total	<u>25.511.634</u>	<u>18.673.861</u>
Vencido com registo de imparidade		
0 - 90 dias	10.777	504.507
90 - 180 dias	47.502	13.690
180 - 360 dias	102.871	87.786
+ 360 dias	<u>2.943.228</u>	<u>3.270.341</u>
Total	<u>3.104.378</u>	<u>3.876.324</u>
	<u>46.174.574</u>	<u>34.481.523</u>

Na determinação da recuperabilidade dos valores a receber de clientes a Sonae Investimentos analisa todas as alterações de qualidade de crédito das contrapartes desde a data da concessão do crédito até à data de reporte das demonstrações financeiras consolidadas. A Sonae Investimentos não tem uma concentração significativa de riscos de crédito, dado que o risco se encontra diluído por um conjunto alargado de clientes. Consideramos que o risco de crédito não excede a imparidade criada para clientes de cobrança duvidosa.

Adicionalmente a Sonae Investimentos considera que a máxima exposição ao risco de crédito é o total de clientes evidenciado na demonstração da posição financeira consolidada.

15 OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

O detalhe das outras dívidas de terceiros em 31 de dezembro de 2013 e 2012, é o seguinte:

	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012
Empréstimos concedidos e outras contas a receber de empresas relacionadas	8.802.720	8.423.538
Outros Devedores		
Fornecedores c/c - saldos devedores	34.253.806	30.578.619
Regime especial de regulariz. dívidas ao fisco e à Segurança Social	22.327.147	12.047.569
Depósito a favor da Cosec (a)	11.798.127	-
IVA de imóveis e de descontos de talões	2.905.723	1.143.779
Alienação de ativos fixos tangíveis	194.142	915.522
Outros ativos correntes	24.326.595	13.272.105
	95.805.540	57.957.594
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 30)	(13.921.247)	(14.433.955)
Total de instrumentos financeiros (Nota 7)	90.687.013	51.947.177

- a) Valor depositado a favor da COSEC durante o exercício, tendo sido recebido em janeiro de 2014.

Os empréstimos concedidos a empresas relacionadas (sendo o valor mais significativo associado ao empréstimo concedido à Raso, SGPS, SA de 8.450.000 euros, 7.800.000 em 31 de dezembro de 2012) vencem juros a taxas de mercado e não têm uma maturidade definida, não ultrapassando contudo os doze meses.

A 31 de dezembro de 2013, o valor de Fornecedores c/c - saldos devedores está sobretudo associado à existência de receitas comerciais diversas debitadas a fornecedores e que não foram ainda deduzidas aos créditos de compras futuras.

O montante relacionado com o “Regime Especial de Regularização de Dívidas ao Fisco e Segurança Social” corresponde essencialmente a impostos pagos relativos a liquidações de impostos que já estavam na via judicial, mantendo-se os processos judiciais a continuar a sua tramitação, tendo contudo sido canceladas as garantias prestadas para os referidos processos. É entendimento do Conselho de Administração que as reclamações apresentadas terão um desfecho favorável à Sonae Investimentos razão pelo qual os mesmos não se encontram provisionados. Face a 31 de dezembro de 2012, a rubrica em causa aumentou, na medida em que o grupo optou por beneficiar do Regime Excepcional de Regularização de Dívidas Fiscais e à Segurança Social, tendo procedido ao pagamento de cerca de 17 milhões de euros (Nota 31).

A 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a antiguidade dos saldos de Outras dívidas de terceiros pode ser analisada como segue:

	Outras dívidas de terceiros	
	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012
Não vencido	47.965.374	24.551.147
Vencido mas sem registo de imparidade		
0 - 90 dias	40.522.421	25.600.136
+ 90 dias	2.199.218	2.133.647
Total	42.721.639	27.733.783
Vencido com registo de imparidade		
0 - 180 dias	434.163	1.371.983
180 - 360 dias	751.445	850.540
+ 360 dias	12.735.639	11.873.679
Total	13.921.247	14.096.202
	104.608.260	66.381.132

Os devedores que não estão vencidos não apresentam qualquer sinal de imparidade, o valor contabilístico dos ativos líquidos de imparidades é considerado como estando próximo do seu justo valor.

16 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

O detalhe da rubrica “Estado e outros entes públicos” em 31 de dezembro de 2013 e 2012, é o seguinte:

	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012
Valores devedores		
Imposto sobre o rendimento	35.097.105	31.515.112
Imposto sobre o valor acrescentado	26.691.231	30.716.891
Outros Impostos	1.408.625	1.594.927
	63.196.961	63.826.930
Valores credores		
Imposto sobre o rendimento	11.006.318	7.187.745
Imposto sobre o valor acrescentado	23.694.870	25.994.486
Retenção na fonte - IRS trabalho dependente	4.516.646	4.443.734
Contribuições para a Segurança Social	10.408.718	10.139.559
Outros Impostos	94.362	101.157
	49.720.914	47.866.681

17 OUTROS ATIVOS CORRENTES

O detalhe dos “Outros ativos correntes” em 31 de dezembro de 2013 e 2012, é o seguinte:

	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012
Receitas comerciais	30.436.429	30.490.883
Juros a receber	1.585.231	1.141.142
Comissões a receber	2.627.215	1.926.548
Rendas	6.019.706	6.687.441
Serviços de gestão de condomínios	1.461.240	1.490.358
Seguros	5.778.700	5.076.606
Indemnizações relativas a sinistros	2.430.736	7.423.141
Licenças software	1.725.531	1.460.671
Outros ativos correntes	6.848.095	8.468.485
	58.912.883	64.165.275

A rubrica de “Receitas comerciais” diz respeito a campanhas promocionais levadas a cabo nas lojas, participadas pelos parceiros da Sonae Investimentos.

A rubrica de “Indemnizações relativas a sinistros” espelha a melhor estimativa da Sonae Investimentos sobre os valores a serem recuperados da instituição de seguros com que opera, relacionada com o incêndio numa das suas lojas “Continente” em Portimão. A variação de valor face a 2012 resulta do recebimento de parte da referida indemnização em 2013.

18 IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe dos ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

	Ativos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012
Diferença entre o justo valor e o custo histórico	5.911.741	3.779.408	21.229.003	30.285.857
Homogeneização de amortizações	1.371.758	117.928	65.095.329	71.619.715
Provisões e perdas por imparidade de ativos não aceites fiscalmente	37.206.940	19.872.171	-	-
Anulação de ativos fixos tangíveis e intangíveis	1.661.602	3.340.298	-	-
Valorização de instrumentos derivados de cobertura	210.756	107.198	60.252	48.946
Amortização da diferença de consolidação para efeitos fiscais	-	-	25.128.058	23.732.055
Reavaliações de ativos fixos tangíveis	-	-	1.534.310	1.727.983
Prejuízos fiscais reportáveis	61.353.838	93.593.647	-	-
Mais / menos valias reinvestidas	-	-	1.512.257	1.000.609
Benefícios fiscais	3.204.661	-	-	-
Outros	6.490.837	2.304.700	2.378.710	1.698.810
	<u>117.412.133</u>	<u>123.115.350</u>	<u>116.937.919</u>	<u>130.113.975</u>

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foi como segue:

	Ativos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012
Saldo inicial	123.115.350	117.767.016	130.113.975	119.911.312
Efeito em resultados (Nota 40):				
Diferença entre o justo valor e o custo histórico	2.293.557	376.452	(8.097.209)	(747.757)
Homogeneização de amortizações	1.247.614	14.459	(878.387)	5.531.889
Provisões e perdas por imparid. de ativos não aceites fiscalmente	19.373.016	1.142.804	463.067	-
Anulação de ativos fixos tangíveis e intangíveis	(1.605.719)	(1.610.592)	-	-
Anulação de custos diferidos	-	-	(1.159.359)	1.146.785
Reavaliações de ativos tangíveis reintegráveis	-	-	(143.045)	(142.945)
Prejuízos fiscais reportáveis	(32.206.209)	4.221.118	-	-
Amortização das diferenças de consolidação para efeitos fiscais	-	-	1.333.298	1.396.003
Mais / menos valias reinvestidas	-	-	581.432	(205.410)
Efeito de alteração de taxa de imposto	(3.198.398)	734.663	(6.786.085)	3.640.629
Benefícios fiscais	3.204.661	-	-	-
Outros	5.084.705	336.943	1.490.902	166.392
	<u>(5.806.774)</u>	<u>5.215.847</u>	<u>(13.195.386)</u>	<u>10.785.586</u>
Efeito em reservas:				
Valorização de instrumentos derivados de cobertura	104.962	130.612	28.341	(574.230)
Conversão cambial	-	-	(10.065)	(8.693)
Outros	(1.404)	1.875	1.053	-
	<u>103.558</u>	<u>132.487</u>	<u>19.329</u>	<u>(582.923)</u>
Saldo final	<u>117.412.133</u>	<u>123.115.350</u>	<u>116.937.919</u>	<u>130.113.975</u>

A rubrica “Prejuízos fiscais reportáveis” inclui a reversão de impostos diferidos ativos no valor de 32,5 milhões de euros que tinham sido registados em períodos anteriores na Worten Espanha e Sport Zone Espanha, por se considerar que existe risco na sua recuperação num horizonte temporal razoável. Os ativos por impostos diferidos em causa apenas poderiam ser recuperados na esfera individual de cada uma das empresas. Decorrente da revisão dos planos de expansão, da operação de rebranding em curso e

a alteração de expectativas do grupo para a evolução dos negócios em causa em Espanha o grupo optou pela sua anulação.

Em 31 de dezembro de 2013, a taxa de imposto a utilizar nas empresas em Portugal, para o apuramento dos impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais é de 23%, devido à alteração de taxa de IRC de 25% para 23% a partir de 2014. No caso de diferenças temporárias positivas ou negativas com origem em empresas portuguesas a taxa a utilizar é de 24,5%, acrescida da taxa da derrama estadual nas empresas que se perspetiva o pagamento da mesma nos períodos de reversão esperada dos impostos diferidos associados. Para as empresas ou sucursais localizadas noutros países foram utilizadas as respetivas taxas aplicáveis em cada jurisdição.

De acordo com as declarações fiscais das empresas que registam ativos por impostos diferidos por prejuízos fiscais, em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, utilizando para o efeito as taxas de imposto naquela data, os mesmos eram reportáveis como segue:

	31 dezembro 2013			31 dezembro 2012		
	Prejuízo fiscal	Ativos por impostos	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Ativos por impostos	Data limite de utilização
Com limite de data de utilização						
Gerados em 2007	-	-	2013	1.223.112	305.778	2013
Gerados em 2008	1.219.236	280.424	2014	1.219.236	304.808	2014
Gerados em 2009	2.739	630	2015	3.523	881	2015
Gerados em 2010	99.670	22.924	2014	99.670	24.918	2014
Gerados em 2011	271.308	62.401	2015	286.255	71.564	2015
Gerados em 2012	87.055	20.023	2017	87.055	21.764	2017
Gerados em 2013	-	-	2018	-	-	
	<u>1.680.008</u>	<u>386.402</u>		<u>2.918.851</u>	<u>729.713</u>	
Com limite de data de utilização diferente do mencionado acima (a)	203.224.787	60.967.436		309.546.450	92.863.934	
	<u>204.904.795</u>	<u>61.353.838</u>		<u>312.465.301</u>	<u>93.593.647</u>	

- (a) Inclui a 31 de dezembro de 2013 cerca de 58 milhões de euros (76 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012) relativos a ativos por impostos diferidos cujo prazo de utilização ainda não se iniciou. A redução face ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, está associada à reversão de ativos por impostos diferidos nas operações do grupo, na área do Retalho Especializado, em Espanha.

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 foram avaliados os impostos diferidos a reconhecer resultantes de prejuízos fiscais. Nos casos em que originaram ativos por impostos diferidos, os mesmos só foram registados na medida em que seja provável que ocorram lucros tributáveis no futuro que possam ser utilizados para recuperar as perdas fiscais ou diferenças tributárias dedutíveis. Esta avaliação baseou-se nos planos de negócios das empresas da Sonae Investimentos, periodicamente revistos e atualizados, e nas oportunidades de planeamento fiscal disponíveis e identificadas.

O Grupo apresenta em 31 de dezembro de 2013 um valor de 57,9 milhões de euros (57,7 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012) de ativos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais deste exercício e de exercícios anteriores da Sucursal em Espanha da Modelo Continente Hipermercados, S.A. e que podem, ser recuperados na esfera tributária da Sucursal em Espanha. A Sucursal da Modelo Continente Hipermercados, S.A. em Espanha era em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, entidade dominante de um consolidado fiscal em Espanha. É entendimento do Conselho de Administração, com base em planos de negócio existentes para as diversas empresas, que tais ativos por impostos diferidos são integralmente recuperáveis.

A recuperação dos ativos por impostos diferidos acima referidos relativos à operação do grupo em Espanha, estão dependentes do cumprimento efetivo dos planos de negócios a 10 anos, aprovados pelo

Conselho de Administração para aqueles mercados e para as Empresas que fazem parte do perímetro fiscal em Espanha. Estes planos foram também utilizados na análise de imparidade dos restantes ativos não correntes.

Adicionalmente a legislação espanhola permitia a dedução anual, para efeitos fiscais, de 5% do goodwill apurado na aquisição de participações financeiras em sociedades não residentes que tenham ocorrido em data anterior a 21 de Dezembro de 2007, no entanto em 2012 e 2013 esta taxa foi reduzida para 1%. O Grupo, neste âmbito, encontra-se a registar passivos por impostos diferidos relacionados com a amortização efetuada para efeitos fiscais do goodwill gerado com a compra da participação financeira na Continente Hipermercados (ex-Carrefour Portugal).

Durante o exercício de 2010 e 2011, as autoridades tributárias Espanholas, notificaram a sucursal da Modelo Continente Hipermercados da redução dos prejuízos fiscais do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 e 2009 respetivamente, no montante de, aproximadamente, 23,3 milhões de euros relativos à amortização de Goodwill gerado na aquisição da Continente Hipermercados, S.A. para cada um dos exercícios em causa. Aquela Sucursal procedeu à reclamação dessa decisão junto do Tribunal Económico-Administrativo Central de Madrid em 2010 e 2011, respetivamente, entendendo que o referido processo de reclamação lhe será favorável, razão pela qual não procedeu à anulação dos ativos por impostos diferidos e passivos por impostos diferidos reconhecidos relativamente a esta matéria. Em 2012 interpôs-se recurso à Audiência Nacional em Espanha, decorrente da decisão contrária às pretensões e estimativas da Empresa, por parte do Tribunal Económico-Administrativo Central da Madrid, relativamente à notificação correspondente ao exercício de 2008. Em 31 de dezembro de 2013, o valor de prejuízos fiscais gerados com a amortização de Goodwill, incluindo os relativos a 2008, ascendem a 83,7 milhões de euros (79,1 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012). Relativamente a esta natureza mantêm-se constatados ativos por impostos diferidos e passivos por impostos diferidos no montante de 25,1 milhões de euros (23,7 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012).

Em 31 de dezembro de 2013 existem prejuízos fiscais reportáveis no montante de 175,9 milhões de euros (54,7 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012), cujos ativos por impostos diferidos, numa ótica de prudência, não se encontram registados.

	31 dezembro 2013			31 dezembro 2012		
	Prejuízo fiscal	Crédito de imposto	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Crédito de imposto	Data limite de utilização
Com limite de data de utilização						
Gerados em 2007	-	-	2013	60.805	15.202	2013
Gerados em 2008	2.017.121	463.938	2014	3.135.429	783.858	2014
Gerados em 2009	4.531.833	1.042.321	2015	5.302.815	1.325.703	2015
Gerados em 2010	5.386.907	1.238.989	2014	5.386.907	1.346.727	2014
Gerados em 2011	4.292.265	987.221	2015	4.292.265	1.073.066	2015
Gerados em 2012	3.495.558	803.978	2017	3.557.841	889.460	2017
Gerados em 2013	98.018	22.544	2018			
	<u>19.821.702</u>	<u>4.558.991</u>		<u>21.736.062</u>	<u>5.434.016</u>	
Sem limite de data de utilização	12.858.928	4.372.036		11.625.306	3.952.604	
Com limite de data de utilização diferente do mencionado acima (a)	143.265.248	42.977.312		21.316.027	6.394.808	
	<u>175.945.878</u>	<u>51.908.339</u>		<u>54.677.395</u>	<u>15.781.428</u>	

- (a) O aumento face ao período anterior está essencialmente associado à reversão de Ativos por Impostos Diferidos na operação de retalho do grupo em Espanha.

19 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012
Numerário	7.497.968	6.964.521
Depósitos bancários	64.012.364	115.130.218
Aplicações de tesouraria	-	40.099.667
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração da posição financeira (Nota 7)	71.510.332	162.194.406
Descobertos bancários (Nota 22)	(402.542)	(13.211.964)
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração dos fluxos de caixa	71.107.790	148.982.442

Em descobertos bancários estão considerados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras, incluídos na demonstração da posição financeira na rubrica de empréstimos bancários.

20 CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 1.000.000.000 ações ordinárias, sem direito a uma remuneração fixa, com o valor nominal de 1 euro cada uma.

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, o capital subscrito da sociedade era detido como segue:

Entidade	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012
Sonae, SGPS, S.A.	76,856%	76,856%
Sonae Investments, BV	13,142%	13,142%
Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA	10,000%	-
Sonae Specialized Retail, SGPS, SA	-	10,000%
Libra Serviços, Lda	0,002%	0,002%

Em 31 de dezembro de 2013, a Efanor Investimentos, SGPS, S.A. e suas filiais detinham 52,48% das ações representativas do capital social da Sonae, SGPS, S.A..

A 31 de dezembro de 2013, a Sonae Investimentos, através de subsidiária por si controlada, detem 10% de ações próprias. Na sequência da aquisição de ações da Sonae Investimentos SGPS, S.A., tornou-se indisponível, nos termos do artigo 324º do Código das Sociedades Comerciais, reservas livres de montante igual ao custo de aquisição. Esta reserva só poderá ser movimentada após a extinção ou alienação das referidas ações.

21 INTERESSES SEM CONTROLO

Os movimentos desta rubrica durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram os seguintes:

	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012
Saldo inicial em 1 de janeiro	85.691.823	75.700.031
Dividendos distribuídos	(190.744)	(157.074)
Distribuição de rendimentos de Fundos de Investimento	(4.620.415)	(6.015.675)
Aumento de capital com prémio de emissão	-	1.166.629
Variação de percentagem por alienação de ações	1.209.335	-
Entradas facultativas de capital	-	15.000.000
Outras variações	388.607	22.482
Resultado do exercício atribuível aos interesses sem controlo	1.833.561	(24.570)
Saldo final em 31 de dezembro	84.312.167	85.691.823

22 EMPRÉSTIMOS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 os empréstimos tinham o seguinte detalhe:

	31 dezembro 2013		31 dezembro 2012	
	Montante utilizado		Montante utilizado	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Empréstimos bancários				
Sonae Investimentos, SGPS,SA - papel comercial	32,500,000	65,000,000	28,500,000	147,500,000
Filial da Sonae Investimentos 2011/2016	20,000,000	45,000,000	10,000,000	65,000,000
Outros	3,936,459	4,979,752	3,500,038	6,500,345
	56,436,459	114,979,752	42,000,038	219,000,345
Descobertos bancários (Nota 19)	402,542	-	13,211,964	-
Custos de montagem de financiamentos	(64,637)	(285,174)	(36,153)	(541,996)
Empréstimos bancários	56,774,364	114,694,578	55,175,849	218,458,349
Empréstimos por obrigações:				
Obrigações Sonae SGPS/ 2007/2015	-	200,000,000	-	200,000,000
Obrigações Sonae Investimentos / 2007/ 2015	-	155,000,000	155,000,000	155,000,000
Obrigações Sonae Investimentos / 2009/ 2014	10,000,000	-	16,000,000	10,000,000
Obrigações Sonae Investimentos / 2012/2017	-	170,000,000	-	170,000,000
Obrigações Sonae Investimentos / 2013/2018	-	50,000,000	-	-
Obrigações Sonae Investimentos / 2013- Eur 75M Floating R.Notes- 2018	-	75,000,000	-	-
Custos de montagem de financiamentos	(9,878)	(3,692,137)	(99,218)	(2,261,608)
Empréstimos por obrigações	9,990,122	646,307,863	170,900,782	532,738,392
Outros empréstimos	33,466	53,936	33,466	90,166
Instrumentos derivados (Nota 24)	1,415,143	-	953,531	-
Outros empréstimos	1,448,609	53,936	986,997	90,166
Credores por locações financeiras (Nota 23)	4,185,507	7,630,324	3,383,796	9,942,240
	72,398,602	768,686,701	230,447,424	761,229,147

A taxa de juro em vigor a 31 de dezembro de 2013 dos empréstimos obrigacionistas e empréstimos bancários era em média cerca de 2,83% (2,50% em 31 de dezembro de 2012). Os empréstimos obrigacionistas e empréstimos bancários estão indexados a taxas variáveis tendo como indexante a Euribor.

Estima-se que o valor contabilístico dos empréstimos não difere significativamente do seu justo valor. O justo valor dos empréstimos é determinado com base na metodologia de fluxos de caixa descontados.

O valor nominal dos empréstimos (incluindo credores por locações financeiras) e juros têm as seguintes maturidades:

	31 dezembro 2013		31 dezembro 2012	
	Capital	Juros	Capital	Juros
N+1	71.057.974	23.774.491	229.629.264	23.864.734
N+2	418.773.255	21.761.877	58.633.624	20.402.608
N+3	130.598.965	14.990.797	417.084.216	18.556.579
N+4	96.377.254	7.773.445	190.541.370	11.241.470
N+5	125.975.817	3.775.753	96.149.353	3.045.007
Após N+5	938.721	12.980	1.624.188	36.717
	<u>843.721.986</u>	<u>72.089.343</u>	<u>993.662.015</u>	<u>77.147.115</u>

As maturidades acima apresentadas foram estimadas de acordo com as cláusulas contratuais dos empréstimos e tendo em consideração a expectativa da Sonae Investimentos quanto à sua data de amortização.

A 31 de dezembro de 2013 existia uma operação de financiamento com compromissos de manutenção de covenants cujas condições se encontram previamente negociadas de acordo com as práticas normais de mercado. À data do reporte não se encontra em incumprimento nenhum dos referidos compromissos e, o Conselho de Administração considera improvável a ocorrência de tais incumprimentos.

À data de 31 de dezembro de 2013 e de 2012, as linhas de crédito disponíveis são:

	31 dezembro 2013		31 dezembro 2012	
	Compromissos inferiores a 1 ano	Compromissos superiores a 1 ano	Compromissos inferiores a 1 ano	Compromissos superiores a 1 ano
Montantes de linhas disponíveis	327.760.000	310.000.000	188.763.449	400.000.000
Montantes de linhas contratadas	360.260.000	375.000.000	230.260.000	547.500.000

23 CREDORES POR LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 esta rubrica tinha a seguinte composição:

Credores por locação financeira	Pagamentos mínimos da locação financeira		Valor presente dos pagamentos mínimos da locação financeira	
	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012
Montantes a pagar por locações financeiras:				
N+1	4.693.546	4.086.651	4.185.507	3.383.796
N+2	2.759.092	2.353.514	2.649.286	2.068.705
N+3	2.702.487	2.810.048	2.641.513	2.573.476
N+4	829.578	2.811.104	793.402	2.684.923
N+5	562.935	829.448	540.951	793.402
Após N+5	1.025.969	1.588.707	1.005.172	1.821.734
	<u>12.573.607</u>	<u>14.479.472</u>	<u>11.815.831</u>	<u>13.326.036</u>
Juros futuros	<u>(757.776)</u>	<u>(1.153.436)</u>		
	<u>11.815.831</u>	<u>13.326.036</u>		
Componente de curto prazo			4.185.507	3.383.796
Credores por locações financeiras - líquidos da parcela de curto prazo			<u>7.630.324</u>	<u>9.942.240</u>

Os contratos de locação financeira vencem juros a taxas de mercado e têm períodos de vida definidos, sendo usualmente garantido ao locatário o exercício de uma opção de compra sobre o bem locado.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, estima-se que o justo valor das obrigações financeiras em contratos de locação financeira corresponde, aproximadamente, ao seu valor contabilístico.

As obrigações financeiras por locações são garantidas pela reserva de propriedade dos bens locados.

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 o valor líquido contabilístico, dos bens objeto de locação financeira tinha o seguinte detalhe:

	<u>31 dezembro 2013</u>	<u>31 dezembro 2012</u>
Bens objeto de locação financeira		
Terrenos e edifícios	11.220.585	17.150.194
Equipamento básico	776.317	937.117
Equipamento administrativo	<u>2.660.688</u>	<u>5.425.716</u>
Total de ativos fixos tangíveis	<u>14.657.589</u>	<u>23.513.027</u>

Em 31 de dezembro de 2013, o valor do custo de aquisição dos ativos fixos tangíveis ascendia a 32.750.187 euros (36.552.269 euros em 31 de dezembro de 2012).

24 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Derivados de taxa de câmbio

No âmbito da política de gestão de riscos financeiros a Sonae Investimentos utiliza, fundamentalmente, derivados de taxa de câmbio de forma a efetuar cobertura de fluxos de caixa futuros, a ocorrerem nos próximos 12 meses.

Desta forma a Sonae Investimentos contratou diversos “forwards” de taxa de câmbio, de forma a gerir o risco de taxa de câmbio a que está exposta.

Em 31 de dezembro de 2013 não existem derivados de taxa de câmbio que sejam considerados de especulação. O justo valor dos instrumentos derivados de taxa de câmbio de cobertura calculados tendo por base os valores de mercado atuais de instrumentos financeiros equivalentes de taxa de câmbio é no passivo de 1.415.143 euros, e no ativo de 35.999 euros (953.531 euros no passivo e 30.341 euros no ativo em 31 de dezembro de 2012).

A determinação do justo valor destes instrumentos financeiros teve por base a atualização para a data da demonstração da posição financeira do montante a ser recebido/pago na data de termo do contrato. O montante de liquidação considerado na avaliação é igual ao montante na moeda de referência multiplicado pela diferença entre a taxa de câmbio contratada e a de mercado para a data de liquidação determinada à data da avaliação.

As perdas do exercício associadas a variações de justo valor dos instrumentos derivados que não foram considerados de cobertura foram registadas diretamente na demonstração dos resultados consolidados na rubrica de “Rendimentos e Ganhos financeiros” ou “Gastos e Perdas financeiras”.

Os ganhos e perdas associados à variação do valor de mercado dos instrumentos derivados são registados na rubrica de “Reservas de cobertura”, quando considerados de cobertura de Cash Flow e na rubrica “Diferenças Cambiais Operacionais”, quando considerados de cobertura de Justo Valor. A variação do valor de mercado dos instrumentos derivados quando considerados de especulação é registada na demonstração dos resultados na rubrica de “Outros gastos”.

Derivados de taxa de juro

A 31 de dezembro de 2013, o Grupo não possuía nenhum instrumento financeiro derivado sobre taxa de juro.

25 OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a rubrica “Outros passivos não correntes” pode ser detalhada como segue:

	<u>31 dezembro 2013</u>	<u>31 dezembro 2012</u>
Empresas participantes	404.677.144	404.631.259
Fornecedores de ativos fixos tangíveis	1.087.500	1.137.500
Outras dívidas a terceiros não correntes	<u>2.329.078</u>	<u>2.576.894</u>
Total de instrumentos financeiros (Nota 7)	408.093.722	408.345.653
Responsabilidades por pagamentos em ações (Nota 26)	4.529.203	2.655.169
Extensão de garantias a clientes (2.16)	25.679.570	14.550.263
Outros acréscimos e diferimentos	<u>6.406.397</u>	<u>3.958.567</u>
Outros passivos não correntes	<u>444.708.892</u>	<u>429.509.652</u>

A rubrica “Empresas participantes” inclui:

- Empréstimo obrigacionista subordinado, com maturidade de 10 anos emitido em condições de mercado pela Sonae Investimentos SGPS, SA em 28 de dezembro de 2010, no montante de 400.000.000 euros correspondente a 8.000 obrigações com valor nominal de 50.000 euros cada, com taxa fixa de 7% e reembolso no final do período do empréstimo. O justo valor deste empréstimo a 31 de dezembro de 2013 é de 41.495 euros (42.606 euros em 31 de dezembro de 2012) por obrigação tendo sido determinado com base no método dos fluxos de caixa descontados;

- Empréstimos concedidos por acionistas de filiais do Grupo os quais vencem juros a taxas variáveis de mercado. O justo valor destes empréstimos é, aproximadamente, o seu valor contabilístico, sendo que não tem maturidade definida.

Em 31 de dezembro de 2013, a rubrica “Outras dívidas a terceiros não correntes” inclui 661.980 euros (797.645 euros em 2012) relativos aos montantes estimados para cumprir com as obrigações judiciais e fiscais da filial brasileira que são consideradas suficientes para fazer face a eventuais perdas dos processos fiscais e judiciais em curso e para os quais existiam depósitos judiciais na rubrica de Outros ativos não correntes (Nota 12), sendo que não tem maturidade definida.

A rubrica de “Outros acréscimos e diferimentos”, inclui o montante de, aproximadamente, 3,4 milhões de euros, associado à linearização de rendas em contratos de locação operacional de lojas do retalho especializado.

26 RESPONSABILIDADES POR PAGAMENTOS BASEADOS EM AÇÕES

A Sonae Investimentos concedeu, em 2013 e em anos anteriores, de acordo com a política de remunerações descrita no relatório do governo da sociedade, a colaboradores do Grupo prémios de desempenho diferidos sob a forma de ações da empresa mãe Sonae SGPS, SA, a adquirir a custo zero ou

com desconto, três anos após a sua atribuição. Em qualquer dos casos a aquisição poderá efetuar-se entre a data homóloga do 3º ano após a atribuição e o final desse ano. A sociedade tem o direito de entregar, em substituição das ações, o valor equivalente em dinheiro. O exercício dos direitos só ocorre se o colaborador estiver ao serviço de empresa do Grupo Sonae na data de vencimento.

As responsabilidades com prémios de desempenho diferidos assim como o número total de ações atribuídas associadas a estes planos, em 31 de dezembro de 2013 e 2012 podem ser resumidas como segue:

	Ano de atribuição	Ano de vencimento	Número de participantes	Número de ações		Justo Valor	
				31 dezembro 2013	31 dezembro 2012	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012
Acções							
	2010	2013	-	-	729.799	-	501.372
	2011	2014	50	3.147.700	3.131.398	3.301.937	2.151.270
	2012	2015	56	5.062.780	5.079.345	5.310.856	3.489.510
	2013	2016	59	2.631.763	-	2.760.720	-
Total				<u>10.842.243</u>	<u>8.940.542</u>	<u>11.373.513</u>	<u>6.142.152</u>

Os valores registados nas demonstrações financeiras a 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, correspondentes ao período decorrido até àquelas datas desde a atribuição de cada plano de desempenho diferido em aberto, podem ser resumidos como segue:

	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012
Valor registado em gastos com pessoal do exercício	5.255.333	3.417.392
Registado em exercícios anteriores	2.645.955	(260.851)
	<u>7.901.288</u>	<u>3.156.541</u>
Registado em outros passivos não correntes (Nota 25)	4.529.203	2.655.169
Registado em outros passivos correntes (Nota 29)	3.372.085	501.372
	<u>7.901.288</u>	<u>3.156.541</u>

Os gastos dos planos de ações são reconhecidos ao longo do período que medeia a atribuição e o exercício dos mesmos em gastos com pessoal.

27 FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 dezembro 2013	A pagar	
		até 90 dias	mais de 90 dias
Fornecedores conta corrente	1,018,758,065	1,018,611,420	146,645
Fornecedores, faturas em receção e conferência	124,881,286	124,881,286	-
	<u>1,143,639,351</u>	<u>1,143,492,706</u>	<u>146,645</u>

	31 dezembro 2012	A pagar	
		até 90 dias	mais de 90 dias
Fornecedores conta corrente	992,543,104	991,172,382	1,370,722
Fornecedores, faturas em receção e conferência	97,908,309	97,908,309	-
	<u>1,090,451,413</u>	<u>1,089,080,691</u>	<u>1,370,722</u>

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a rubrica de fornecedores respeitava a valores a pagar resultantes de aquisições decorrentes do curso normal das atividades da Sonae Investimentos. A Sonae Investimentos entende que o valor contabilístico destas dívidas é aproximado ao seu justo valor.

A partir do ano de 2010, foi disponibilizado a um número muito restrito de fornecedores o sistema de pagamentos através de programas de confirming, possibilitando aos fornecedores efetuar o seu desconto

em data antecipada. Em 31 de dezembro de 2013, o valor das dívidas nesta situação ascendia a 79.077.211 euros (71.680.001 euros em 31 de dezembro de 2012).

28 OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a rubrica "Outras dívidas a terceiros" pode ser detalhada como segue:

	31 dezembro 2013	A pagar		
		até 90 dias	90 a 180 dias	Mais de 180 dias
Fornecedores de ativos fixos tangíveis	36.876.535	35.553.010	265.659	1.057.866
Outras dívidas	53.899.298	48.806.541	3.305	5.089.452
	90.775.833	84.359.551	268.964	6.147.318
Empresas participadas e participantes	84.704			
	90.860.537			

	31 dezembro 2012	A pagar		
		até 90 dias	90 a 180 dias	Mais de 180 dias
Fornecedores de ativos fixos tangíveis	49.507.973	48.289.734	770.919	447.319
Outras dívidas	42.591.281	36.464.908	34.687	6.091.686
	92.099.254	84.754.642	805.606	6.539.005
Empresas participadas e participantes	377.748			
	92.477.002			

A rubrica Outras dívidas inclui:

- 24.881.013 euros (22.632.350 euros em 31 de dezembro de 2012) relativos a descontos atribuídos, no âmbito "Cartão Cliente", ainda não rebatidos;
- 13.229.762 euros (8.690.788 euros em 31 de dezembro de 2012) relativos a meios de pagamento em posse de clientes, nomeadamente vouchers, cheques de oferta e talões de desconto;
- 4.320.249 euros (5.208.150 euros em 31 de dezembro de 2012) relativos ao valor a pagar ao comprador da Sonae Distribuição Brasil, SA em resultado das responsabilidades assumidas com aquela entidade (Nota 31);

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, esta rubrica inclui saldos a pagar a outros credores e fornecedores de ativos fixos tangíveis e não incorporam juros. O Conselho de Administração considera que o valor contabilístico não difere significativamente do seu justo valor, e que os efeitos de atualização não são materiais.

29 OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a rubrica “Outros passivos correntes” pode ser detalhada como segue:

	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012
Gastos com o pessoal	93.231.418	88.329.450
Encargos financeiros a liquidar	3.645.639	4.934.351
Publicidade e propaganda	16.922.857	13.825.089
Outros fornecimentos e serviços externos	44.092.252	40.786.512
Rendas fixas debitadas antecipadamente	4.165.598	2.643.727
IMI-Imposto municipal sobre imóveis	2.507.148	3.276.643
Extensão de garantias a clientes (Nota 2.16)	3.532.918	-
Responsabilidades por pagamentos baseados em ações (Nota 26)	3.372.085	501.372
Outros	6.989.005	9.096.268
	<u>178.458.919</u>	<u>163.393.412</u>

A rubrica de “Gastos com Pessoal” diz essencialmente respeito a valores de remuneração a liquidar durante o exercício seguinte referente a valores de Férias e Subsídio de Férias.

30 PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento ocorrido nas provisões e nas perdas por imparidade acumuladas durante os exercícios de 2013 e 2012 foi o seguinte:

Rubricas	Saldo em 1 janeiro 2013	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31 dezembro 2013
Perdas por imparidade acumuladas em investimentos (Nota 5)	1.101.337	1.000.000	-	2.101.337
Perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis (Nota 8)	-	154.384.504	(1.064.302)	153.320.202
Perdas por imparidade em ativos intangíveis (Nota 9)	1.496.933	186	-	1.497.119
Perdas por imparidade acumuladas em outros ativos não correntes (Nota 12)	3.344.124	79.406	(1.000.000)	2.423.530
Perdas por imparidade acumuladas em clientes correntes (Nota 14)	3.393.348	610.185	(899.155)	3.104.378
Perdas por imparidade acumuladas em devedores diversos correntes (Nota 15)	14.433.955	5.211.385	(5.724.093)	13.921.247
Perdas por imparidade acumuladas em inventários (Nota 13)	43.160.752	-	(10.518.670)	32.642.082
Provisões não correntes	46.471.233	11.414.278	(28.297.284)	29.588.227
Provisões correntes	2.228.330	1.236.000	(746.341)	2.717.989
	<u>115.630.012</u>	<u>173.935.944</u>	<u>(48.249.845)</u>	<u>241.316.111</u>

Rubricas	Saldo em 1 janeiro 2012	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31 dezembro 2012
Perdas por imparidade acumuladas em investimentos (Nota 5)	-	1.101.337	-	1.101.337
Perdas por imparidade em ativos intangíveis (Nota 9)	1.496.933	-	-	1.496.933
Perdas por imparidade acumuladas em outros ativos não correntes (Nota 12)	1.450.000	1.894.124	-	3.344.124
Perdas por imparidade acumuladas em clientes correntes (Nota 14)	4.294.755	1.097.614	(1.999.021)	3.393.348
Perdas por imparidade acumuladas em devedores diversos correntes (Nota 15)	20.041.011	7.594.587	(13.201.643)	14.433.955
Perdas por imparidade acumuladas em inventários (Nota 13)	33.972.326	9.188.426	-	43.160.752
Provisões não correntes	35.325.262	16.295.100	(5.149.129)	46.471.233
Provisões correntes	2.249.330	-	(21.000)	2.228.330
	<u>98.829.617</u>	<u>37.171.188</u>	<u>(20.370.793)</u>	<u>115.630.012</u>

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 o valor do reforço de provisões e perdas de imparidade pode ser detalhado como segue:

	<u>31 dezembro 2013</u>	<u>31 dezembro 2012</u>
Provisões e perdas de imparidade	182.585.781	25.663.160
Transferência de ativos não correntes (Nota 12) (a)	1.000.000	1.101.337
Goodwill (Nota 10)	(5.034.825)	-
Registada em custo das vendas (Nota 13)	-	9.188.426
Outros	(4.615.012)	1.218.265
	<u>173.935.944</u>	<u>37.171.188</u>

(a) Transferência de perdas de imparidade de "Outros ativos não correntes".

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 o valor de diminuição de provisões e perdas de imparidade pode ser detalhado como segue:

	<u>31 dezembro 2013</u>	<u>31 dezembro 2012</u>
Reversão de provisões e de perdas por imparidade (Nota 36)	(11.359.391)	(10.455.344)
Utilizações diretas de imparidades para contas a receber	(1.157.319)	(7.479.661)
Utilização da provisão do Brasil	(19.183.612)	-
Utilizações e reversões registados em inventários	(10.550.285)	-
Transferência para investimentos	(1.000.000)	-
Utilizações e reversões registados em ativos fixos tangíveis	(1.064.302)	-
Outras responsabilidades	(3.934.936)	(2.435.788)
	<u>(48.249.845)</u>	<u>(20.370.793)</u>

A rubrica provisões não correntes inclui 13.470.170 euros (24.423.571 euros em 31 de Dezembro de 2012), para fazer face a responsabilidades por contingências não correntes assumidas pela sociedade aquando da alienação da filial Sonae Distribuição Brasil, S.A. ocorrida em 2005. Esta provisão vai sendo utilizada à medida que aqueles passivos se vão materializando, estando constituída com base na melhor estimativa dos custos a incorrer com tais responsabilidades e que resultam de um conjunto significativo de processos de natureza cível e laboral e de pequeno valor. Durante o exercício o Grupo procedeu a uma alteração de estimativa com base nos resultados do último processo de conferência de valores com o comprador da antiga subsidiária no Brasil.

A rubrica de provisões não correntes e o movimento do exercício nesta mesma rubrica, inclui ainda a estimativa das responsabilidades incorridas pelo Grupo, decorrente da venda de programas de extensão de garantias nos produtos transacionados pelo segmento de negócio do Retalho Especializado no valor de

15.126.215 euros (19.316.820 euros em 31 de dezembro de 2012). Estas extensões são concedidas por um período de um a três anos, após a garantia legalmente obrigatória.

31 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Detalham-se de seguida os passivos contingentes a que o Grupo está exposto em 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

- Garantias e fianças prestadas

	<u>31 dezembro 2013</u>	<u>31 dezembro 2012</u>
Garantias e fianças prestadas:		
por processos fiscais em curso	757.936.484	473.475.718
por processos judiciais em curso	140.502	219.222
por processos autárquicos em curso	6.284.639	6.095.992
contratuais por bom cumprimento	15.880.490	13.884.084
outras garantias	5.365.571	12.323.171

a) Processos fiscais

Detalham-se de seguida os principais processos fiscais para os quais foram prestadas garantias bancárias ou fianças:

- Processos referentes a liquidações adicionais de IVA para os quais foram prestadas garantias ou fianças no valor de 375 milhões de euros (193,9 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012) relativos aos períodos de 2004 a 2009, relativos aos segmentos Sonae MC e Sonae SR para os quais o Grupo apresentou ou pretende apresentar as respetivas impugnações. A variação no valor das garantias ou e fianças prestadas face ao exercício anterior, resulta sobretudo das liquidações sobre os exercícios de 2008 e de 2009. Os processos em questão resultam do entendimento da Administração Tributária que o Grupo deveria ter procedido à liquidação de Imposto sobre Valor Acrescentado relativamente a descontos concedidos por fornecedores e calculados com base em valores de compras que a Administração Tributária alega corresponderem a supostos serviços prestados àquelas entidades, bem como a valores relativos a regularização a favor da Empresa daquele imposto liquidado em descontos concedidos a clientes particulares sob a forma de talão;
- Fiança no valor de cerca de 60 milhões de euros, como resultado da impugnação judicial apresentada pela Empresa relativamente a correções efetuadas pela Administração Tributária ao resultado tributável do exercício findo a 31 de dezembro de 2005, correspondendo a uma cobertura prévia de prejuízos fiscais acumulados pela sociedade participada, que tendo sido levada ao custo da participação, aliás, como é entendimento já firmado pela própria Administração Fiscal, entendeu que agora e no caso concreto não devia considerar o montante do custo da participação, incluindo, portanto, a cobertura de prejuízos, quando da liquidação da sociedade participada;
- Fiança no valor de cerca de 50 milhões de euros, como resultado da impugnação judicial apresentada pela Empresa relativamente a correções efetuadas pela Administração Tributária ao resultado tributável do exercício findo a 31 de dezembro de 2002, correspondem à não aceitação por parte da Administração Fiscal o reconhecimento de perdas fiscais correspondentes à venda e posterior liquidação de uma subsidiária do Grupo;
- Processo referente a imposto de renda relativo a uma filial no Brasil das unidades de retalho no montante de 22,4 milhões de euros (65,6 milhões de reais), que se encontra a ser julgado em tribunal e relativamente aos quais foram prestadas garantias no montante de 37,5 milhões de euros (122

milhões de reais), o diferencial de valor entre o valor do processo e a garantia prestada resulta da atualização da responsabilidade.

b) Passivos contingentes relativos a processos fiscais pagos no âmbito de programas de regularização de dívidas ao fisco

No âmbito das medidas de regularização de dívidas ao fisco o Grupo ao abrigo regime de regularização de dívidas ao Fisco e Segurança Social (DL 151-A/2013 e DL 248-A) foram efetuados pagamentos de impostos no montante de cerca de 22 milhões de euros (12 milhões de euros a 31 de dezembro de 2012) tendo sido eliminadas as respetivas garantias e mantendo-se em curso os processos de impugnação judiciais associadas, tendo o valor máximo de contingência sido reduzido por via da eliminação de coimas e juros corridos até à data de pagamento.

Conforme previsto nos diplomas de suporte aos referidos programas o Grupo mantém os procedimentos judiciais tendentes a que venha a ser dada razão perante as situações em concreto.

c) Outros passivos contingentes

- Passivos contingentes relacionados com subsidiárias alienadas no Brasil

Na sequência da alienação de uma subsidiária no Brasil a Sonae garantiu ao comprador todas as perdas que aquela filial venha a suportar em resultado de decisões desfavoráveis e não passíveis de recurso relativas a processos fiscais sobre transações anteriores à data de alienação (13 de dezembro de 2005) que excedam o montante de 40 milhões de euros. Em 31 de dezembro de 2013, o montante reclamado pela Administração Tributária Brasileira dos processos fiscais em curso, que os advogados da Empresa qualificam como tendo uma probabilidade de perda provável, acrescidos dos montantes pagos (28,3 milhões de euros), nomeadamente, no âmbito de programas das autoridades brasileiras competentes de recuperação de impostos estaduais ou federais, ascende em 31 de dezembro de 2013 a 37,8 milhões de euros (39,3 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012). Adicionalmente, existem outros processos fiscais no valor global de 61,3 milhões de euros (61,3 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012) para os quais o Conselho de Administração baseado no parecer dos advogados entende que da sua resolução é possível mas não provável a existência de perdas para aquela antiga filial;

Não foi criada qualquer provisão para fazer face a eventuais riscos relacionados com os eventos/diferendos para os quais foram prestadas garantias por ser entendimento do Conselho de Administração que da resolução dos referidos eventos/diferendos não resultarão quaisquer passivos para a Sonae Investimentos.

32 LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Em 31 de dezembro de 2013 foi reconhecido como gasto do exercício o montante de 96.087.877 euros (92.526.430 euros em 31 de dezembro de 2012) relativo a rendas pagas a título de contratos de locação operacional, fundamentalmente relativos a imóveis, valores que não incluem rendas variáveis dada a sua imaterialidade.

Adicionalmente, à data da demonstração da posição financeira o Grupo detinha, como locatário, contratos de locação operacional, cujos pagamentos mínimos de locação vencem como segue:

	<u>31 dezembro 2013</u>	<u>31 dezembro 2012</u>
Vencíveis em:		
N+1 renovável automaticamente	8.896.084	10.661.090
N+1	85.576.411	87.479.783
N+2	76.320.112	83.108.629
N+3	69.037.970	71.299.599
N+4	62.317.838	63.980.933
N+5	57.119.616	56.466.720
Após N+5	<u>501.777.848</u>	<u>507.626.299</u>
	<u>861.045.879</u>	<u>880.623.053</u>

Durante o exercício de 2013 foi reconhecido como ganho do exercício o montante de 7.669.678 euros (6.439.742 euros em 31 de dezembro de 2012) relativo a rendas recebidas a título de contratos de locação operacional, fundamentalmente relacionadas com galerias comerciais exploradas por terceiros em lojas propriedade da Sonae Investimentos.

Adicionalmente, à data da demonstração da posição financeira a Sonae Investimentos tinha celebrado, como locador, contratos de locação operacional, cujos pagamentos mínimos de locação vencem como segue:

	<u>31 dezembro 2013</u>	<u>31 dezembro 2012</u>
Vencíveis em:		
N+1 renovável automaticamente	3.465.641	2.896.976
N+1	3.674.722	3.592.921
N+2	3.136.169	3.006.610
N+3	2.524.155	2.159.609
N+4	2.178.600	1.627.963
N+5	1.649.953	1.226.365
Após N+5	<u>2.214.665</u>	<u>1.075.010</u>
	<u>18.843.905</u>	<u>15.585.454</u>

33 VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

As “vendas e as prestações de serviços” nos exercícios de 2013 e 2012 foram como segue:

	<u>31 dezembro 2013</u>	<u>31 dezembro 2012</u>
Vendas de mercadorias	4.627.967.634	4.496.799.850
Prestações de serviços	<u>42.578.232</u>	<u>34.866.216</u>
	<u>4.670.545.866</u>	<u>4.531.666.066</u>

34 GANHOS E PERDAS RELATIVOS A INVESTIMENTOS

Os ganhos e perdas relativos a investimentos nos exercícios de 2013 e 2012, foram como se segue:

	<u>31 dezembro 2013</u>	<u>31 dezembro 2012</u>
Dividendos	96.536	205.129
Outros	(13.500)	-
Resultados obtidos na alienação de investimentos em filiais	-	-
Imparidade de investimentos em associadas	-	(1.101.337)
Imparidade de investimentos em ativos disponíveis para venda	-	-
Reversão (Perdas) por imparidade de investimentos	-	(1.101.337)
	<u>83.036</u>	<u>(896.208)</u>

35 RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros nos exercícios de 2013 e 2012 têm a seguinte decomposição:

	<u>31 dezembro 2013</u>	<u>31 dezembro 2012</u>
Gastos e perdas:		
Juros suportados		
relativos a descobertos e empréstimos bancários	(9.044.515)	(11.812.611)
relativos a obrigações não convertíveis	(16.535.181)	(21.134.856)
relativos a outros empréstimos	(32.444.444)	(32.533.333)
relativos a contratos de locação financeira	(345.473)	(246.159)
outros	(2.675.636)	(3.313.635)
	<u>(61.045.249)</u>	<u>(69.040.594)</u>
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(2.489.988)	(1.815.255)
Encargos de emissão de dívida	(6.200.119)	(5.710.473)
Outros	(3.505.434)	(6.020.495)
	<u>(73.240.790)</u>	<u>(82.586.817)</u>
Rendimentos e ganhos		
Juros obtidos		
relativos a depósitos bancários	694.486	1.375.738
outros	1.866.270	2.006.981
	<u>2.560.756</u>	<u>3.382.719</u>
Diferenças de câmbio favoráveis	3.085.587	2.388.112
Outros proveitos e ganhos financeiras	219.105	497.363
	<u>5.865.448</u>	<u>6.268.194</u>
Resultados financeiros	<u>(67.375.342)</u>	<u>(76.318.623)</u>

36 OUTROS RENDIMENTOS

A repartição dos outros rendimentos e ganhos nos exercícios de 2013 e 2012 é a seguinte:

	<u>31 dezembro 2013</u>	<u>31 dezembro 2012</u>
Proveitos suplementares	380.781.217	370.860.267
Descontos de pronto pagamento obtidos	26.352.964	26.106.600
Diferenças cambiais	14.969.078	9.114.717
Trabalhos para a própria empresa	4.856.027	4.289.211
Ganhos na alienação de ativos	1.141.123	2.652.795
Reversão de perdas por imparidade e provisões (Nota 30)	11.359.391	10.455.344
Benefícios de penalidades contratuais	118.769	147.015
Subsídios à exploração	419.044	271.687
Outros	2.431.140	4.692.060
	<u>442.428.755</u>	<u>428.589.697</u>

A rubrica de “Proveitos suplementares” diz essencialmente respeito a campanhas promocionais levadas a cabo nas lojas, comparticipadas pelos parceiros da Sonae investimento; ii) receitas obtidas de fornecedores relativas à colocação de produtos em localizações preferenciais, e iii) descontos de pronto de pagamento obtidos.

Na rubrica de Trabalhos para a própria empresa estão incluídos 4.856.027 euros (4.289.211 euros em 31 de dezembro de 2012), referentes a desenvolvimento de software efetuado por uma filial brasileira.

A rubrica “Ganhos na alienação de ativos” incluiu cerca de 2,5 milhões de euros em 2012 associados ao ganho decorrente da estimativa de indemnização do incêndio de uma loja “Continente” em Portimão (Nota 17).

37 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 é a seguinte:

	<u>31 dezembro 2013</u>	<u>31 dezembro 2012</u>
Publicidade e propaganda	102.321.626	109.225.866
Rendas e alugueres	130.485.134	133.040.282
Transportes de mercadorias	52.597.162	50.288.673
Electricidade e combustíveis	53.032.476	58.799.425
Trabalhos especializados	40.138.050	38.364.365
Conservação e reparação	22.939.926	21.998.991
Custos com terminais pagamento automático	22.901.030	23.644.296
Subcontratos	5.019.217	5.315.718
Vigilância e segurança	20.538.218	22.785.493
Limpeza, higiene e conforto	19.615.624	20.687.014
Comunicação	9.507.847	9.438.144
Deslocações e estadas	8.147.496	6.657.384
Seguros	6.871.198	5.398.722
Materiais de consumo	16.430.752	15.660.106
Entregas ao domicílio	5.395.933	5.749.667
Outros	43.612.891	41.001.433
	<u>559.554.581</u>	<u>568.055.578</u>

38 GASTOS COM O PESSOAL

A repartição dos “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é a seguinte:

	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012
Remunerações	438.114.311	424.294.919
Encargos sobre remunerações	90.504.839	87.878.020
Seguros	8.629.118	8.014.640
Gastos com ação social	3.933.479	3.354.114
Outros gastos com pessoal	11.596.681	15.840.479
	<u>552.778.429</u>	<u>539.382.172</u>

39 OUTROS GASTOS

A repartição dos “Outros gastos” nos exercícios de 2013 e 2012 é a seguinte:

	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012
Diferenças cambiais	14.760.438	9.134.218
Donativos	7.690.640	8.446.725
Perdas na alienação de ativos	4.423.142	1.260.463
Imposto municipal sobre imóveis	2.262.676	2.686.479
Outros impostos	7.992.050	6.749.067
Dívidas incobráveis	168.938	1.013.780
Outros	22.312.362	4.990.959
	<u>59.610.246</u>	<u>34.281.691</u>

A rubrica de “Outros” , no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, inclui cerca de 12 milhões de euros referentes à participação do Grupo no programa de promoção comercial Galp/Cartão Continente.

40 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos no exercício de 2013 e 2012 são detalhados como segue:

	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012
Imposto corrente	18.230.597	18.181.176
Imposto diferido (Nota 18)	(7.388.612)	5.569.738
	<u>10.841.985</u>	<u>23.750.914</u>

A reconciliação do resultado antes de imposto para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2013 e de 2012 pode ser analisada como segue:

	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012
Resultado antes de impostos	(71.589.777)	33.036.926
Diferença entre mais e menos valias fiscais e contabilísticas	(286.478)	(1.195.456)
Resultados relativos a empresas associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 5)	2.894.152	(1.014.532)
Donativos não previstos ou para além dos limites legais	1.750.209	-
Imparidade de Goodwill	5.034.825	-
Provisões e perdas de imparidade não aceites fiscalmente	21.947.499	17.995.461
Lucro tributável	(40.249.570)	48.822.399
Utilização de perdas fiscais que não deram origem a ativos por impostos diferidos	-	-
Reconhecimento de perdas fiscais no exercício que não deram origem a ativos por impostos diferidos	26.001.210	28.846.279
	(14.248.360)	77.668.678
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	25,00%	25,00%
	(3.562.090)	19.417.169
Efeito da existência de taxas de imposto diferentes da que vigora em Portugal	(13.035.729)	(7.553.320)
Efeito da anulação de impostos diferidos (Nota 18)	32.850.671	-
Efeito da constatação ou reversão de impostos diferidos	-	1.529.317
Utilização de benefícios fiscais	(7.694.392)	(2.669.211)
Insuficiência / (Excesso) de estimativa de imposto	(2.708.169)	1.717.240
Efeito da alteração de taxa no cálculo dos impostos diferidos	(3.587.687)	-
Tributação autónoma	1.771.029	1.512.099
Derrama	3.925.743	7.249.321
Outros	2.882.609	2.548.299
Imposto sobre o rendimento	10.841.985	23.750.914

41 PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 os saldos e transações com entidades relacionadas podem ser resumidos como segue:

Transações	Vendas e prestações de serviços		Compras e serviços recebidos	
	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012
Empresa - Mãe	1.158.871	1.037.410	3.018.919	1.783.059
Empresas controladas conjuntamente	1.448.942	1.405.041	5.119.483	3.757.299
Empresas associadas	33.867.669	33.596.428	375.137	359.998
Outras partes relacionadas ⁽¹⁾	64.181.251	60.837.478	61.971.666	71.548.720
	100.656.733	96.876.357	70.485.205	77.449.076

Transações	Juros auferidos		Juros suportados	
	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012
Empresa - Mãe	6.862	30.671	30.523.295	30.608.959
Empresas controladas conjuntamente	420.342	357.634	-	-
Empresas associadas	509.156	1.097.928	-	-
Outras partes relacionadas ⁽¹⁾	640	78.254	4.465.421	5.118.327
	937.000	1.564.487	34.988.716	35.727.286

Saldos	Contas a receber		Contas a pagar	
	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012
Empresa - Mãe	316.058	404.416	3.416.512	2.306.676
Empresas controladas conjuntamente	245.146	315.594	401.443	405.529
Empresas associadas	8.316.882	6.039.723	440.164	412.093
Outras partes relacionadas ⁽¹⁾	19.270.829	18.464.066	16.666.471	22.117.155
	<u>28.148.915</u>	<u>25.223.799</u>	<u>20.924.590</u>	<u>25.241.453</u>

Saldos	Empréstimos			
	Obtidos		Concedidos	
	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012
Empresa - Mãe (Nota 25)	400.000.000	400.000.000	-	-
Empresas controladas conjuntamente	-	-	8.591.454	7.939.822
Empresas associadas	-	-	8.868.720	19.451.742
Outras partes relacionadas ⁽¹⁾	4.700.993	4.616.289	-	-
	<u>404.700.993</u>	<u>404.616.289</u>	<u>17.460.174</u>	<u>27.391.564</u>

1) Consideram-se “Outras partes relacionadas” as filiais ou empresas sob controlo conjunto da Efanor SGPS, SA não integradas na Sonae Investimentos, nomeadamente as empresas integradas nos Grupos Sonae, Sonae Indústria, Sonae Capital e sócios minoritários de empresas subsidiárias e filiais do Grupo.

Os montantes registados como empréstimos obtidos de “Outras partes relacionadas” correspondem a empréstimos obtidos de sócios de empresas subsidiárias os quais vencem juros à taxa de mercado.

Os montantes correspondentes a empréstimos concedidos a Empresas associadas, referem-se aos valores de suprimentos concedidos ao Mundo VIP (1.000.000 euros em 2012) e MDS, SGPS, S.A. (8.868.720 euros em 2013 e 18.451.742 euros em 2012).

A remuneração dos membros do Conselho de Administração da empresa mãe e dos colaboradores com responsabilidade de direção estratégica, auferidas em todas as sociedades da Sonae Investimentos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, tem a seguinte composição:

	31 dezembro 2013		31 dezembro 2012	
	Conselho de Administração	Direcção Estratégica ^(a)	Conselho de Administração	Direcção Estratégica ^(a)
Benefícios de curto prazo	-	7.332.621	-	6.610.085
Benefícios em ações	-	2.780.400	-	1.775.224
	<u>-</u>	<u>10.113.021</u>	<u>-</u>	<u>8.385.309</u>

(a) Inclui os colaboradores com responsabilidade de direção estratégica das principais sociedades da Sonae Investimentos (excluindo os membros do Conselho de Administração da Sonae Investimentos).

42 RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	<u>31 dezembro 2013</u>	<u>31 dezembro 2012</u>
Resultados		
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (resultado líquido do exercício)	(84.265.323)	9.310.582
Efeito das ações potenciais	-	-
Juro das obrigações convertíveis (líquido de imposto)	-	-
	<u>(84.265.323)</u>	<u>9.310.582</u>
Resultados para efeito do cálculo do resultado líquido por ação diluído		
Numero de ações		
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico	900.000.000	900.000.000
Efeito das ações potenciais decorrentes das obrigações convertíveis	-	-
	<u>900.000.000</u>	<u>900.000.000</u>
Resultado por ação (básico e diluído)	<u>(0,093628)</u>	<u>0,010345</u>

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 não existem efeitos diluidores do número de ações em circulação.

43 RECEBIMENTOS DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os recebimentos de investimentos financeiros ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 podem ser analisados como segue:

	<u>31 dezembro 2013</u>	<u>31 dezembro 2012</u>
Recebimentos		
Aplicação financeira Bradesco Citybank	887.022	2.182.230
Alienação de UP's da Imosonae ao exterior	808.476	-
Outros	-	<u>112.741</u>
	<u>1.695.498</u>	<u>2.294.971</u>

44 INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

No retalho a Sonae Investimentos tem três segmentos:

- a Sonae MC é a unidade de retalho alimentar, operando 465 lojas próprias e 83 lojas sob acordos de franchising e joint-ventures sob as insígnias Continente, Continente Modelo, Continente Bom Dia, Meu Super; e ainda alguns negócios adjacentes sob as insígnias Bom Bocado, Book.it e Wells.
- a Sonae SR é a unidade de retalho especializado, com presença nos mercados de eletrónica, desporto e moda operando 521 lojas e 51 lojas sob acordos de franchising, sob as insígnias Worten, Sport Zone, MO e Zippy.

- a Sonae RP é a unidade de imobiliário de retalho, gere ativamente as propriedades de imobiliário de retalho da Sonae Investimentos, compostas, principalmente, por lojas que operam sob a marca Continente e sob outras marcas da Sonae SR.

- o segmento Gestão de Investimentos inclui uma empresa que opera no retalho de produtos de bricolagem, construção e jardim (Maxmat), uma agência de viagens (Geostar) e corretores de seguros (MDS), no entanto o Grupo optou por incluir este segmento em “Outros, eliminações e ajustamentos”.

Estes segmentos foram identificados tendo em consideração o facto de serem unidades do grupo que desenvolvem atividades onde se podem identificar separadamente as receitas e as despesas, em relação às quais é produzida uma informação financeira separadamente, os seus resultados operacionais são revistos pela gestão e sobre os quais esta toma decisões.

A principal informação relativa aos segmentos de negócio existentes em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é como segue:

Volume de negócios	31 dezembro 2013	Intragrupo	31 dezembro 2012	Intragrupo
Sonae MC	3.415.473.893	(4.566.804)	3.281.052.311	(3.296.830)
Sonae SR	1.210.380.000	(29.775.266)	1.209.409.361	(29.172.960)
Sonae RP	123.971.896	(109.508.732)	119.889.493	(108.478.175)
Outros, eliminações e ajustamentos	(79.279.923)	-	(78.685.099)	-
Total consolidado	4.670.545.866	(143.850.802)	4.531.666.066	(140.947.965)

	Amortizações e depreciações		Provisões e perdas por imparidade		EBIT	
	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012
Sonae MC	84.247.677	85.667.321	1.913.099	5.815.517	174.072.149	160.701.736
Sonae SR	58.035.246	63.353.286	3.875.180	2.836.009	(70.078.091)	(106.822.684)
Sonae RP	29.978.301	31.152.308	338.359	35.070	84.631.674	75.988.596
Outros, eliminações e ajustamentos	4.572.766	3.546.513	5.587.044	1.976.565	(8.519.562)	(3.615.891)
Total consolidado direto	176.833.990	183.719.428	11.713.682	10.663.160	180.106.170	126.251.757

	Investimento (CAPEX)		Capital Investido	
	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012
Sonae MC	103.121.235	77.516.635	409.505.851	325.940.419
Sonae SR	32.386.892	33.558.073	100.910.578	258.068.203
Sonae RP	18.582.717	15.507.647	1.253.629.991	1.334.747.641
Outros, eliminações e ajustamentos	(708.647)	(990.287)	95.243.365	110.644.711
Total consolidado	153.382.198	125.592.068	1.859.289.785	2.029.400.975

A rubrica de “Outros, eliminações e ajustamentos” pode ser analisada com segue:

	Volume de Negócios		EBIT	
	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012
Intragrupos intersegmentos	(143.850.802)	(140.947.965)	-	-
Metodo equivalência patrimonial	-	-	(2.894.152)	1.014.532
Outros não individualizados como segmento	64.570.879	62.262.866	(5.625.410)	(4.630.423)
Eliminações e ajustamentos	(79.279.923)	(78.685.099)	(8.519.562)	(3.615.891)

	Investimento		Capital Investido	
	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012
Participações Financeiras e suprimentos a associadas	-	-	60.462.496	78.795.854
Outros	(708.647)	(990.287)	34.780.869	31.848.857
Eliminações e ajustamentos	(708.647)	(990.287)	95.243.365	110.644.711

Glossário:

Capital investido Líquido = Dívida líquida+ Capital próprio;

Outros, eliminações e ajustamentos = Intra-grupos + ajustamentos de consolidação + contributos das empresas não incluídas nos segmentos divulgados por não se enquadrarem em nenhum segmento relatable.

Investimento (CAPEX) = Investimento bruto em ativos fixos tangíveis, intangíveis e investimentos em aquisições;

45 APRESENTAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS

Ao nível do Relatório de Gestão e para efeitos de determinação de indicadores financeiros como EBIT, EBITDA e Underlying EBITDA, a demonstração de resultados consolidada está dividida entre componentes de Resultado Direto e componentes de Resultado Indireto.

Os Resultados indiretos incorporam: (i) imparidades em ativos imobiliários de retalho, (ii) reduções no goodwill, (iii) provisões (líquidas de impostos) para possíveis passivos futuros, e imparidades relacionadas com investimentos financeiros não-core, negócios, ativos que foram descontinuados (ou em processo de ser descontinuados/reposicionados); (iv) resultados de avaliações com base na metodologia “mark-to-market” de outros investimentos correntes que serão vendidos ou trocados num futuro próximo; e (v) outros temas não relevantes. O valor de EBITDA é calculado apenas na componente de Resultado direto, i.e. excluindo os contributos indiretos.

Apresenta-se de seguida a reconciliação dos dois formatos de apresentação, para a demonstração dos resultados consolidada dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

	31 dezembro 2013			31 dezembro 2012		
	Consolidado	Resultado indireto	Resultado direto	Consolidado	Resultado indireto	Resultado direto
Volume de negócios	4.670.545.866	-	4.670.545.866	4.531.666.066	-	4.531.666.066
Ganhos ou perdas relativos a investimentos						
Dividendos e outros ajustamentos	96.536	96.536	-	205.129	205.129	-
Imparidades	-	-	-	(1.101.337)	(1.101.337)	-
Outros	(13.500)	-	(13.500)	-	(1.000.000)	1.000.000
Outros proveitos						
Reversão de perdas por imparidade	11.446.018	-	11.446.018	10.455.344	-	10.455.344
Outros	430.982.737	(2.296.855)	433.279.592	418.134.353	-	418.134.353
Total de proveitos	5.113.057.657	(2.200.319)	5.115.257.976	4.959.359.555	(1.896.208)	4.961.255.763
Total de gastos	(4.754.958.169)	(11.248.187)	(4.743.709.982)	(4.627.826.200)	-	(4.627.826.200)
Amortizações e depreciações	(176.833.990)	-	(176.833.990)	(183.719.428)	-	(183.719.428)
Imparidades não recorrentes de inventários	-	-	-	(13.809.750)	-	(13.809.750)
Provisões e perdas por imparidade						
Provisões para extensões de garantia	-	-	-	(75.245)	-	(75.245)
Imparidades de goodwill (Nota 10)	(5.034.825)	(5.034.825)	-	-	-	-
Provisões e imparidades não usuais	(155.025.977)	(155.025.977)	-	(906.000)	-	(906.000)
Outras	(22.524.979)	(10.811.297)	(11.713.682)	(24.681.915)	(15.000.000)	(9.681.915)
Resultados antes de resultados financeiros e resultados de empreendimentos conjuntos e associadas	(1.320.283)	(184.320.605)	183.000.322	108.341.017	(16.896.208)	125.237.225
Resultados financeiros	(67.375.342)	(96.536)	(67.278.806)	(76.318.623)	(205.129)	(76.113.494)
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos registados pelo MEP e outros						
MDS	(2.344.730)	-	(2.344.730)	3.813.283	-	3.813.283
Raso	(565.868)	-	(565.868)	(2.813.084)	-	(2.813.084)
Outros	16.446	-	16.446	14.333	-	14.333
Resultados antes de impostos	(71.589.777)	(184.417.141)	112.827.364	33.036.926	(17.101.337)	50.138.263
Impostos sobre o rendimento	(10.841.985)	13.653.705	(24.495.690)	(23.750.914)	-	(23.750.914)
Resultado líquido do período	(82.431.762)	(170.763.436)	88.331.674	9.286.012	(17.101.337)	26.387.349
Atribuível aos acionistas	(84.265.323)	(170.763.436)	86.498.113	9.310.582	(17.101.337)	26.411.919
Interesses sem controlo	1.833.561	-	1.833.561	(24.570)	-	(24.570)
"Underlying" EBITDA (b)			361.911.327			323.947.261
EBITDA (a)			357.221.324			322.988.751
EBIT Direto (c)			180.106.170			126.251.757

- (a) EBITDA = total de proveitos diretos - total de gastos diretos – reversão de perdas de imparidade diretos+ resultados pelo método de equivalência patrimonial;
- (b) “Underlying” EBITDA = total de proveitos diretos - total de gastos – reversão de perdas de imparidade;
- (c) EBIT Direto = EBT direto - resultado financeiro;
- (d) EBT direto = Resultado direto antes de interesses sem controlo e impostos;
- (e) Resultado direto = Resultado do período, excluindo contributos para os resultados indiretos;
- (f) Resultados indiretos = Inclui resultados relativos a: (i) imparidades em ativos imobiliários de retalho, (ii) reduções no goodwill, (iii) provisões (líquidas de impostos) para possíveis passivos futuros, e imparidades relacionadas com investimentos financeiros não-core, negócios, ativos que foram descontinuados (ou em processo de ser descontinuados/reposicionados); (iv) resultados de avaliações com base na metodologia “mark-to-market” de outros investimentos correntes que serão vendidos ou trocados num futuro próximo; e (v) outros temas não relevantes;

Os resultados indiretos podem ser analisados como segue:

Resultado indireto	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012
Provisão para contingências no Brasil (Nota 30)	(11.414.278)	(15.000.000)
Mudança de "layout" e "rebranding" de (Nota 8):		
Lojas do retalho especializado	(43.746.620)	-
Lojas do retalho alimentar	(9.988.367)	-
Imparidade de imóveis (Nota 8)	(100.465.106)	-
Imparidade de goodwill em filiais	(5.034.825)	-
Imparidade do investimentos financeiros e suprimentos	-	(2.101.337)
Outros	(114.240)	-
Total	<u>(170.763.436)</u>	<u>(17.101.337)</u>

46 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 17 de março de 2014, contudo as mesmas estão ainda sujeitas à aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.

O Conselho de Administração,

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo (Presidente)

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

**Demonstrações financeiras
individuais**

SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES DA POSIÇÃO FINANCEIRA INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em euros)

ATIVO	Notas	31.dezembro.2013	31.dezembro.2012
ATIVOS NÃO CORRENTES:			
Ativos fixos tangíveis	6	30	60
Ativos intangíveis	6	455	1.225
Investimentos	5	2.388.661.291	2.653.628.614
Ativos por impostos diferidos	7	6.485	28.070
Outros ativos não correntes	4, 8	1.186.256.030	1.092.008.435
Total de ativos não correntes		<u>3.574.924.291</u>	<u>3.745.666.404</u>
ATIVOS CORRENTES:			
Clientes	4, 9	394.432	1.688.043
Outras dívidas de terceiros	4, 10	165.613.555	179.156.814
Estado e outros entes públicos	11	34.066.038	30.428.987
Outros ativos correntes	4, 12	4.417.840	3.353.995
Caixa e equivalentes de caixa	4, 13	6.623.141	94.502.364
Total de ativos correntes		<u>211.115.006</u>	<u>309.130.203</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>3.786.039.297</u>	<u>4.054.796.607</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	14	1.000.000.000	1.000.000.000
Reservas legais	15	140.642.469	140.357.809
Reservas de justo valor, cobertura e outras reservas	16	1.154.433.557	1.189.025.023
Resultado líquido do exercício		11.906.939	5.693.194
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		<u>2.306.982.965</u>	<u>2.335.076.026</u>
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Empréstimos obrigacionistas	4, 17	646.307.863	532.738.392
Empréstimos bancários	4, 17	66.666.347	152.484.985
Outros passivos não correntes	4, 18	400.000.000	400.000.000
Passivos por impostos diferidos	7	-	237
Total de passivos não correntes		<u>1.112.974.210</u>	<u>1.085.223.614</u>
PASSIVO CORRENTE:			
Empréstimos obrigacionistas	4, 17	9.990.122	170.900.782
Empréstimos bancários	4, 17	35.825.666	31.827.393
Fornecedores	4, 19	34.775	37.634
Outras dívidas a terceiros	4, 20	309.433.073	421.462.150
Estado e outros entes públicos	11	2.579.178	2.831.463
Outros passivos correntes	4, 21	8.219.308	7.437.545
Total de passivos correntes		<u>366.082.122</u>	<u>634.496.967</u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		<u>3.786.039.297</u>	<u>4.054.796.607</u>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras individuais.

O Conselho de Administração

SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012*(Montantes expressos em euros)*

	Notas	31.dezembro.2013	31.dezembro.2012
Prestações de serviços	25	870.539	2.018.202
Ganhos ou perdas relativos a investimentos	22, 26	43.924.710	39.372.600
Rendimentos e ganhos financeiros	27	45.939.541	50.252.857
Outros rendimentos	28	762.164	497.634
Fornecimentos e serviços externos	29	(4.187.083)	(2.759.408)
Gastos com o pessoal		(33.190)	(178.141)
Depreciações e amortizações	6	(793)	(2.457)
Provisões e perdas por imparidade	22	(88.387)	(1.894.124)
Gastos e perdas financeiras	27	(78.912.820)	(82.595.663)
Outros gastos e perdas	30	(340.039)	(441.410)
Resultado antes de impostos		<u>7.934.642</u>	<u>4.270.090</u>
Imposto sobre o rendimento	31	3.972.297	1.423.104
Resultado líquido individual do exercício		<u>11.906.939</u>	<u>5.693.194</u>
Resultados por ação (básico e diluído)	32	<u>0,0132</u>	<u>0,0063</u>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras individuais.

O Conselho de Administração

SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, SADEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS DO RENDIMENTO INTEGRAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012*(Montantes expressos em euros)*

	<u>31.dezembro.2013</u>	<u>31.dezembro.2012</u>
Resultado líquido individual do exercício	11.906.939	5.693.194
Total rendimento integral individual do exercício	<u>11.906.939</u>	<u>5.693.194</u>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras individuais.

O Conselho de Administração

SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em euros)

Notas	Capital social	Reservas legais	Outras reservas e resultados transitados			Resultado líquido	Total
			Reserva nos termos do artº 324º do Código das Sociedades Comerciais	Outras reservas	Total outras reservas e resultados transitados		
Saldo em 1 de janeiro de 2012	1.000.000.000	139.614.881	320.000.000	874.909.392	1.194.909.392	14.858.559	2.349.382.832
Total rendimento integral individual do exercício	-	-	-	-	-	5.693.194	5.693.194
Aplicação do resultado individual de 2011:							
Transferência para reservas	15	742.928	-	-	-	(742.928)	-
Dividendos distribuídos		-	-	(5.884.369)	(5.884.369)	(14.115.631)	(20.000.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.000.000.000	140.357.809	320.000.000	869.025.023	1.189.025.023	5.693.194	2.335.076.026
Saldo em 1 de janeiro de 2013	1.000.000.000	140.357.809	320.000.000	869.025.023	1.189.025.023	5.693.194	2.335.076.026
Total rendimento integral individual do exercício	-	-	-	-	-	11.906.939	11.906.939
Aplicação do resultado individual de 2012:							
Transferência para reservas	14, 15	284.660	-	-	-	(284.660)	-
Dividendos distribuídos	14	-	-	(34.591.466)	(34.591.466)	(5.408.534)	(40.000.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.000.000.000	140.642.469	320.000.000	834.433.557	1.154.433.557	11.906.939	2.306.982.965

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras individuais.

O Conselho de Administração

SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em euros)

	Notas	31.dezembro.2013	31.dezembro.2012
ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		2.088.593	(736.289)
Pagamentos a fornecedores		(3.043.718)	(2.658.154)
Pagamentos ao pessoal		(341.006)	(325.962)
Fluxos gerados pelas operações		<u>(1.296.131)</u>	<u>(3.720.405)</u>
(Pagamento)/recebimento de imposto sobre o rendimento		3.199.888	2.567.625
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à atividade operacional		(9.966.044)	646.653
Fluxos das atividades operacionais (1)		<u>(8.062.287)</u>	<u>(506.127)</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	33	191.445.350	-
Ativos fixos tangíveis		20	-
Juros e rendimentos similares		44.709.903	60.366.445
Dividendos	26	125.286.679	24.646.376
Outros	26	17.368.661	26.827.561
Empréstimos concedidos		2.403.140.710	1.937.115.766
		<u>2.781.951.323</u>	<u>2.048.956.148</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	33	(25.208.658)	(15.610.000)
Ativos fixos tangíveis		-	(492)
Empréstimos concedidos		(2.476.871.261)	(1.456.599.516)
		<u>(2.502.079.919)</u>	<u>(1.472.210.008)</u>
Fluxos das atividades de investimento (2)		<u>279.871.404</u>	<u>576.746.140</u>
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		6.393.115.811	7.493.285.369
		<u>6.393.115.811</u>	<u>7.493.285.369</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(6.632.599.171)	(8.001.157.977)
Juros e gastos similares		(80.203.253)	(86.025.081)
Dividendos	14	(40.000.000)	(20.000.000)
		<u>(6.752.802.424)</u>	<u>(8.107.183.058)</u>
Fluxos das atividades de financiamento (3)		<u>(359.686.613)</u>	<u>(613.897.689)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(87.877.496)	(37.657.676)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	13	94.500.637	132.158.313
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	13	<u>6.623.141</u>	<u>94.500.637</u>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras individuais.

O Conselho de Administração

SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, SA

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, “Empresa” ou “Sonae Investimentos”, é uma sociedade anónima, que tem a sua sede social na Rua João Mendonça nº 529, 4464-501 Senhora da Hora, Matosinhos, Portugal.

A Empresa tem como atividade principal a gestão de participações sociais (Nota 5).

As demonstrações financeiras individuais são apresentadas conforme requerido pelo Código das Sociedades Comerciais. De acordo com o permitido pelo Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de julho, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) tal como adotadas pela União Europeia.

São igualmente apresentadas, nos termos da legislação em vigor, demonstrações financeiras consolidadas.

2 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais são as seguintes:

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras individuais anexas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”), tal como adotadas pela União Europeia. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”) ou pelo anterior Standing Interpretations Committee (“SIC”), que tenham sido adotadas pela União Europeia.

As demonstrações financeiras individuais anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, exceto para alguns instrumentos financeiros que se encontram registados pelo justo valor.

Novas normas contabilísticas e seu impacto nas demonstrações financeiras

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras individuais foram aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia normas contabilísticas e interpretações, algumas das quais entraram em vigor durante o exercício de 2013, e que se encontram divulgados na Nota 2 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas. A entrada em vigor destas normas não provocou impactos nas demonstrações financeiras anexas dado não serem aplicáveis às demonstrações financeiras individuais da Empresa.

Adicionalmente existem normas aprovadas para aplicação nos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014, as quais a Empresa não aplicou antecipadamente e que não irão implicar alterações significativas ao nível das demonstrações financeiras da Empresa.

2.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das amortizações e das eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações do exercício são calculadas pelo método das quotas constantes em função da vida útil de cada ativo e registadas por contrapartida da rubrica amortizações e depreciações da demonstração dos resultados.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis, são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica perdas de imparidade da demonstração dos resultados.

2.3 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis por esta e se possa mensurar de forma fiável o seu custo de aquisição.

As amortizações do exercício são calculadas pelo método das quotas constantes em função da vida útil de cada ativo e registadas por contrapartida da rubrica amortizações e depreciações da demonstração dos resultados.

2.4 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, utilizando para o efeito o método da taxa de juro efetiva.

2.5 Instrumentos financeiros

A Empresa classifica os instrumentos financeiros nas categorias apresentadas e reconciliadas com a demonstração da posição financeira conforme identificado na Nota 4.

a) Investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas

Os investimentos em partes de capital de empresas subsidiárias e associadas são mensurados de acordo com o estabelecido na IAS 27, ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

b) Investimentos

Os investimentos classificam-se como segue:

Investimentos detidos até ao vencimento

Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados

Investimentos disponíveis para venda

Os investimentos detidos até ao vencimento são classificados como investimentos não correntes, exceto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais a Empresa tem intenção e capacidade de os manter até essa data.

Os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados incluem os investimentos detidos para negociação que a Empresa adquire tendo em vista a sua alienação num curto período de tempo. São classificados na demonstração da posição financeira como investimentos correntes.

A Empresa classifica como investimentos disponíveis para venda os que não são enquadráveis como investimentos mensurados ao justo valor através de resultados nem como investimentos detidos até à maturidade. Estes ativos são classificados como ativos não correntes, exceto se houver intenção de os alienar num período inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor naquela data. No caso dos investimentos detidos até ao vencimento e investimentos disponíveis para venda, são incluídas as despesas de transação.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos são mensurados a justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data da demonstração da posição financeira, sem qualquer dedução relativa a custos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica de “Reserva de justo valor”, incluída na rubrica “Outras reservas” até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração dos resultados.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são registados (as) na demonstração dos resultados do exercício, nas rubricas de ganhos ou perdas financeiras.

Os investimentos detidos até ao vencimento são registados ao custo amortizado através da taxa de juro efetiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos.

c) Empréstimos e contas a receber

Os empréstimos e contas a receber são registados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de eventuais perdas de imparidade.

Os ganhos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, exceto para os valores a receber de muito curto prazo cujos valores a reconhecer seriam imateriais.

Estes instrumentos financeiros resultam do facto da Empresa providenciar fundos ou prestar serviços às suas subsidiárias e associadas sem que tenha a intenção de transacionar esses ativos.

Os empréstimos e contas a receber são classificados como ativos correntes, exceto nos casos em que a maturidade é superior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira, os quais se classificam como não correntes. Estes ativos financeiros estão incluídos nas classes identificadas na Nota 4.

d) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica de perdas por imparidade em contas a receber, por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e o respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial sendo que nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerado que o efeito do desconto seria imaterial.

e) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

f) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração de resultados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios, conforme política definida na Nota 2.7. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o exercício.

g) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal uma vez que correspondem a dívidas a curto prazo, para as quais o efeito do desconto é imaterial.

h) Instrumentos derivados

A Empresa utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos não sendo utilizados derivados com o objetivo de negociação.

Os instrumentos derivados utilizados pela Empresa definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam fundamentalmente a instrumentos de cobertura de taxa de juro de empréstimos obtidos. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura. As ineficácias de cobertura, caso existam, são registadas na rubrica de ganhos ou perdas financeiras da demonstração dos resultados.

Os critérios utilizados pela Empresa para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transação a ser coberta no início da cobertura;
- A transação objeto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos de cobertura de taxa de juro são inicialmente registados pelo seu custo, se algum, o qual corresponde ao seu justo valor, e subsequentemente reavaliados ao seu justo valor. As alterações de justo valor destes instrumentos são reconhecidas em capitais próprios na rubrica “Reservas de cobertura” incluída na rubrica “Reservas e resultados transitados”, sendo transferidas para resultados no mesmo exercício em que o instrumento objeto de cobertura afeta resultados.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas em capital próprio na rubrica reservas de cobertura incluída em “Reservas e resultados transitados” são transferidas para resultados do exercício, ou adicionadas ao valor contabilístico do ativo a que as transações objeto de cobertura deram origem, e as reavaliações subsequentes são registadas diretamente nas rubricas da demonstração dos resultados.

A determinação do justo valor destes instrumentos financeiros é efetuada com recurso a sistemas informáticos de valorização de instrumentos derivados e teve por base a atualização, para a data da demonstração da posição financeira, dos fluxos de caixa futuros do “leg” fixo e do “leg” variável do instrumento derivado, através da utilização de curvas de taxa de juro retiradas da Bloomberg.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados reconhecidos separadamente nas situações em que os riscos e características não estejam intimamente relacionados com os contratos de acolhimento e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registadas na demonstração dos resultados.

Em situações específicas a Empresa poderá proceder à contratação de instrumentos derivados sobre taxas de câmbio. Nestas circunstâncias, e muito embora os mesmos sejam contratados com o objetivo de reduzir a volatilidade dos fluxos de caixa futuros em transações altamente prováveis, tais derivados são usualmente registados a justo valor através de resultados.

i) Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registadas em outras reservas.

j) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de empréstimos bancários de curto prazo, na demonstração da posição financeira.

k) Método da taxa de juro efetiva

O método da taxa de juro efetiva é o método utilizado para cálculo do custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e para efetuar a alocação de ganhos ou perdas com juros até à maturidade do instrumento financeiro.

l) Imparidade

Os ativos financeiros, exceto os mensurados a justo valor através de resultados, são analisados à data de cada demonstração da posição financeira para verificar da existência de indícios de perdas de imparidade.

Os ativos financeiros encontram-se em situações de imparidade quando exista evidência objetiva que, como consequência de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial dos ativos, os fluxos de caixa estimados tenham sido negativamente afetados.

Para os instrumentos financeiros não negociados em mercados regulamentados, a estimativa de imparidade envolve o recurso a modelos de fluxos de caixa descontados para estimar o valor de uso do investimento. Tais modelos implicam que a Empresa estime o valor presente dos fluxos de caixa futuros que é expectável que surjam do instrumento financeiro em questão de acordo com uma taxa de desconto adequada ao risco específico do ativo.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a imparidade é calculada como a diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efetiva original.

Relativamente aos investimentos em subsidiárias (investimentos em partes de capital e empréstimos concedidos a subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas) a análise de imparidade é efetuada com base na estimativa de justo valor da filial em análise, baseado na

avaliação através do método de fluxos de caixa descontados ou com base no justo valor dos seus ativos, conforme aplicável.

Tal estimativa é efetuada com base na avaliação das participações detidas pela filial em análise por recurso a modelos de fluxos de caixa descontados de forma a estimar o valor de uso dos referidos investimentos, sempre que identificados indícios de imparidade, nomeadamente em resultado da distribuição de dividendos por parte daquelas participadas.

É entendimento do Conselho de Administração, que a metodologia acima descrita conduz a resultados fiáveis sobre a existência de eventual imparidade dos investimentos em análise, uma vez que consideram a melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras.

Se, em data subsequente, se verificar que o montante de imparidade diminuiu e a diminuição possa ser relacionada objetivamente com determinado evento que ocorra após o reconhecimento inicial de imparidade, o valor então registado é revertido até ao limite do valor que estaria reconhecido caso não tivesse sido registada qualquer perda de imparidade.

Relativamente a ativos disponíveis para venda relativos a partes de capital, as perdas de imparidade não são revertidas. Qualquer aumento no justo valor do ativo é reconhecido em capitais próprios.

2.6 Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

2.7 Rédito e especialização dos exercícios

Os rendimentos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados do período em que ocorrem.

Os dividendos são reconhecidos como ganhos no exercício em que são atribuídos aos seus sócios ou acionistas.

Os ganhos e perdas são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os ganhos e perdas cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de outros ativos correntes e outros passivos correntes são registados os ganhos e perdas imputáveis ao período corrente e cujas receitas e despesas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde.

2.8 Eventos subsequentes

Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

2.9 Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- a) Registo de ajustamentos aos valores do ativo e provisões;
- b) Análise de imparidade de empréstimos e de investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e em associadas;

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras são descritos nas correspondentes notas anexas nas situações aplicáveis.

2.10 Responsabilidade por pagamentos baseados em ações

As responsabilidades resultantes da atribuição de prémios de desempenho diferidos estão indexadas à evolução das cotações das ações da Sonae, SGPS, SA (empresa detentora da Sonae Investimentos, SGPS, SA).

O valor dessas responsabilidades é determinado no momento da sua atribuição (normalmente em março de cada ano) e posteriormente atualizado no final de cada período de reporte em função do número de ações atribuídas e o justo valor destas à data de reporte. A responsabilidade é registada em custos com pessoal e outros passivos correntes, de forma linear entre a data da atribuição e a data de vencimento, na proporção do tempo decorrido entre essas datas.

2.11 Imposto sobre o rendimento

A Sonae Investimentos encontra-se abrangida pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (sociedade dominante), sendo que cada uma das sociedades abrangidas por este regime regista o imposto sobre o rendimento nas suas contas individuais por contrapartida da rubrica de empresas do grupo. Nos casos em que as filiais contribuem com prejuízos, é registado nas contas individuais o montante de imposto correspondente aos prejuízos que vierem a ser compensados pelos lucros das demais sociedades abrangidas por este regime.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor na data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no exercício da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como ganho ou perda do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

3 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Os princípios gerais da gestão de riscos são aprovados pelo Conselho de Administração, estando a sua implementação e acompanhamento supervisionados pela tesouraria da empresa.

3.1 Risco de mercado

Revestem-se de particular importância no âmbito da gestão de risco de mercado os riscos de taxa de juro e os riscos de taxa de câmbio.

3.1.1. Risco de taxa de juro

A exposição da Empresa à taxa de juro decorre essencialmente dos empréstimos de longo prazo que são constituídos na sua maioria por dívida indexada à Euribor.

Análise de sensibilidade:

A análise de sensibilidade taxa de juro baseia-se nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro afetam os juros a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros indexados a taxas variáveis (os pagamentos de juros, associados a instrumentos financeiros não designados como instrumentos cobertos ao abrigo de coberturas de fluxos de caixa de risco de taxa de juro). Como consequência, estes instrumentos são incluídos no cálculo da análise de sensibilidade aos resultados;
- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afetam os custos e proveitos em relação aos instrumentos financeiros com taxas de juros fixas caso estes sejam reconhecidos pelo seu justo valor. Como tal, todos os instrumentos financeiros com taxas de juros fixas registados ao custo amortizado, não estão sujeitos ao risco de taxa de juro, tal como definido na IFRS 7;
- No caso de instrumentos designados para cobertura do justo valor do risco de taxa de juro, quando as alterações no justo valor do instrumento coberto e do instrumento de cobertura atribuíveis a movimentos de taxa de juro são compensados quase por completo na demonstração dos resultados no mesmo período, estes instrumentos financeiros também não são considerados como expostos ao risco de taxa de juro;

- Alterações nas taxas de juro de mercado de instrumentos financeiros que foram designados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa para cobrir as flutuações de pagamentos resultantes de alterações de taxas de juro afetam as rubricas de reservas do capital próprio, sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade à variação da taxa de juro com impacto no capital próprio (outras reservas);
- Alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e de outros ativos e passivos financeiros são estimados descontando para o momento presente os fluxos de caixa futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano, e assumindo uma variação paralela nas curvas de taxa de juro;
- Para efeitos da análise da sensibilidade, essa análise é realizada com base em todos os instrumentos financeiros existentes durante o exercício;

Estima-se que a exposição a este risco à data do balanço seja reduzida, de tal forma que, nos últimos 12 meses, uma subida de 75 pontos base em todas as taxas de juro do euro durante o ano de 2013 teria tido um impacto positivo nos resultados antes de impostos, não superior a 1,4 milhões euros (1,8 milhões euros em 2012), tomando em consideração os perfis de refixação contratados e excluindo quaisquer outros efeitos na atividade da empresa.

3.1.2. Risco de taxa de câmbio

O impacto nas demonstrações financeiras individuais das variações nas taxas de câmbio da Empresa é praticamente inexistente uma vez que a generalidade dos ativos e passivos estão denominados em euros.

3.1.3. Risco de liquidez

O principal objetivo da política de gestão de risco de liquidez é garantir que a empresa e o conjunto das empresas que domina têm disponível, a todo o momento, os recursos financeiros necessários para fazer face às suas responsabilidades e prosseguir as estratégias delineadas honrando todos os compromissos assumidos com terceiros, quando se tornam devidos, através de uma adequada gestão do seu fundo de maneio e quando necessário ao recurso a empréstimos bancários ou de acionistas.

3.2 Risco de crédito

A empresa está sobretudo exposta ao risco de crédito nas suas relações de financiamento com as empresas em que participa.

A empresa está ainda exposta ao risco de crédito nas suas relações com as instituições financeiras relativas a aplicações de fundos.

O risco de crédito às instituições financeiras é limitado pela gestão da concentração de riscos e uma rigorosa seleção de contrapartes que apresentem um elevado prestígio e reconhecimento nacional e internacional e baseada nas respetivas notações de rating tendo em consideração a natureza, maturidade e dimensão das operações.

4 CLASSES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros, de acordo com as políticas descritas na Nota 2.5, a 31 de dezembro de 2013, foram classificados como segue:

		31.dezembro.2013				
		Notas	Empréstimos e contas a receber	Subtotal	Ativos fora do âmbito do IFRS 7	Total
Ativos financeiros						
Ativos não correntes						
	Outros ativos não correntes	8	1.186.256.030	1.186.256.030	-	1.186.256.030
			<u>1.186.256.030</u>	<u>1.186.256.030</u>	<u>-</u>	<u>1.186.256.030</u>
Ativos correntes						
	Clientes	9	394.432	394.432	-	394.432
	Outras dívidas de terceiros	10	165.613.555	165.613.555	-	165.613.555
	Outros ativos correntes	12	2.353.427	2.353.427	2.064.413	4.417.840
	Caixa e equivalentes de caixa	13	6.623.141	6.623.141	-	6.623.141
			<u>174.984.555</u>	<u>174.984.555</u>	<u>2.064.413</u>	<u>177.048.968</u>
			<u>1.361.240.585</u>	<u>1.361.240.585</u>	<u>2.064.413</u>	<u>1.363.304.998</u>

		31.dezembro.2013				
		Notas	Empréstimos e contas a pagar	Subtotal	Passivos fora do âmbito do IFRS 7	Total
Passivos financeiros						
Passivos não correntes						
	Empréstimos obrigacionistas	17	646.307.863	646.307.863	-	646.307.863
	Empréstimos bancários	17	66.666.347	66.666.347	-	66.666.347
	Outros passivos não correntes	18	400.000.000	400.000.000	-	400.000.000
			<u>1.112.974.210</u>	<u>1.112.974.210</u>	<u>-</u>	<u>1.112.974.210</u>
Passivos correntes						
	Empréstimos obrigacionistas	17	9.990.122	9.990.122	-	9.990.122
	Empréstimos bancários	17	35.825.666	35.825.666	-	35.825.666
	Fornecedores	19	34.775	34.775	-	34.775
	Outras dívidas a terceiros	20	309.433.073	309.433.073	-	309.433.073
	Outros passivos correntes	21	8.219.308	8.219.308	-	8.219.308
			<u>363.502.944</u>	<u>363.502.944</u>	<u>-</u>	<u>363.502.944</u>
			<u>1.476.477.154</u>	<u>1.476.477.154</u>	<u>-</u>	<u>1.476.477.154</u>

Os instrumentos financeiros, de acordo com as políticas descritas na Nota 2.5, a 31 de dezembro de 2012, foram classificados como segue:

		31.dezembro.2012				
		Notas	Empréstimos e contas a receber	Subtotal	Ativos fora do âmbito do IFRS 7	Total
Ativos financeiros						
Ativos não correntes						
	Outros ativos não correntes	8	1.092.008.435	1.092.008.435	-	1.092.008.435
			<u>1.092.008.435</u>	<u>1.092.008.435</u>	<u>-</u>	<u>1.092.008.435</u>
Ativos correntes						
	Clientes	9	1.688.043	1.688.043	-	1.688.043
	Outras dívidas de terceiros	10	179.156.814	179.156.814	-	179.156.814
	Outros ativos correntes	12	1.213.320	1.213.320	2.140.675	3.353.995
	Caixa e equivalentes de caixa	13	94.502.364	94.502.364	-	94.502.364
			<u>276.560.541</u>	<u>276.560.541</u>	<u>2.140.675</u>	<u>278.701.216</u>
			<u>1.368.568.976</u>	<u>1.368.568.976</u>	<u>2.140.675</u>	<u>1.370.709.651</u>

Passivos financeiros	31.dezembro.2012				
	Notas	Empréstimos e contas a pagar	Subtotal	Passivos fora do âmbito do IFRS 7	Total
Passivos não correntes					
Empréstimos obrigacionistas	17	532.738.392	532.738.392	-	532.738.392
Empréstimos bancários	17	152.484.985	152.484.985	-	152.484.985
Outros passivos não correntes	18	400.000.000	400.000.000	-	400.000.000
		<u>1.085.223.377</u>	<u>1.085.223.377</u>	<u>-</u>	<u>1.085.223.377</u>
Passivos correntes					
Empréstimos obrigacionistas	17	170.900.782	170.900.782	-	170.900.782
Empréstimos bancários	17	31.827.393	31.827.393	-	31.827.393
Fornecedores	19	37.634	37.634	-	37.634
Outras dívidas a terceiros	20	421.462.150	421.462.150	-	421.462.150
Outros passivos correntes	21	7.128.369	7.128.369	309.176	7.437.545
		<u>631.356.328</u>	<u>631.356.328</u>	<u>309.176</u>	<u>631.665.504</u>
		<u>1.716.579.705</u>	<u>1.716.579.705</u>	<u>309.176</u>	<u>1.716.888.881</u>

5 INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o detalhe dos investimentos era o seguinte:

Empresa	% detenção	Custo de aquisição				Imparidade acumulada	Valor da demonstração da posição financeira
		Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final		
Azulino - Imobiliária, SA	100,00%	498.025	-	-	498.025	-	498.025
Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	2.265.000	-	-	2.265.000	700.000	1.565.000
Canasta - Empreendimentos Imobiliários, SA	100,00%	1.669.375	-	-	1.669.375	1.557.375	112.000
Chão Verde - Sociedade de Gestão Imobiliária, SA	100,00%	2.394.591	-	-	2.394.591	2.394.591	-
Citorres - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	477.848	-	-	477.848	-	477.848
Contimobe - Imobiliária do Castelo de Paiva, SA	100,00%	231.318.722	-	-	231.318.722	29.818.722	201.500.000
Cumulativa - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	2.390.191	-	-	2.390.191	945.191	1.445.000
Fozimo - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	24.940	-	-	24.940	-	24.940
Fozmassimo - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	6.264.902	-	1.220.000 (4)	5.044.902	2.248.554	2.796.348
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosedo	54,55%	64.415.021	-	-	64.415.021	-	64.415.021
Fundo de Investimento Imobiliário Imosonae Dois	74,94%	108.755.437	5.033 (1)	-	108.760.470	-	108.760.470
Igimo - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	220.000	-	-	220.000	69.338	150.662
Iginha - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	1.359.000	-	-	1.359.000	-	1.359.000
Imoconti - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	380.000	-	-	380.000	-	380.000
Imoestrutura - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	24.940	-	-	24.940	-	24.940
Imomuro - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	1.099.940	330.000 (2)	-	1.429.940	506.055	923.885
Imoresultado - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	109.736	-	-	109.736	-	109.736
Imosistema - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	280.000	-	-	280.000	-	280.000
MDS, SGPS, SA	46,92%	51.000.000	-	-	51.000.000	-	51.000.000
MJLF - Empreendimentos Imobiliários, SA	100,00%	1.809.397	-	-	1.809.397	1.619.397	190.000
Modelo - Distribuição de Materiais de Construção, SA	50,00%	24.790.614	-	-	24.790.614	3.280.000	21.510.614
Modelo Hiper Imobiliária, SA	100,00%	10.655.164	-	-	10.655.164	642.516	10.012.648
Modelo.Com - Vendas por Correspondência, SA	100,00%	12.637.016	-	-	12.637.016	-	12.637.016
Mundo Vip - Operadores Turísticos, SA	33,34%	1.101.337	1.000.000 (2)	-	2.101.337	2.101.337	-
Predicomercial - Promoção Imobiliária, SA	100,00%	6.372.293	-	-	6.372.293	-	6.372.293
Raso, SGPS, SA	50,00%	24.500.000	-	-	24.500.000	9.026.000	15.474.000
Selifa - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários, SA	100,00%	1.513.379	-	-	1.513.379	948.379	565.000
Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	2.130.558	8.500.000 (2)	-	10.630.558	6.898.157	3.732.401
Sesagest - Projectos e Gestão Imobiliária, SA	100,00%	36.677.088	-	-	36.677.088	-	36.677.088
Socijofra - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	550.000	-	-	550.000	-	550.000
Sociloures - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	10.000.000	2.350.000 (2)	-	12.350.000	10.000.000	2.350.000
Soflorin, BV	100,00%	257.309.037	-	-	257.309.037	68.580.000	188.729.037
Sonae - Specialized Retail, SGPS, SA	100,00%	1.050.000.000	-	-	1.050.000.000	-	1.050.000.000
Sonae Capital Brasil, SA	37,00%	19.600.307	-	-	19.600.307	17.734.537	1.865.770
Sonae Center Serviços II, SA	100,00%	58.032.319	-	-	58.032.319	-	58.032.319
Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA	41,96%	600.000.000	13.348.625 (2)	189.650.350 (4)	423.698.275	-	423.698.275
Sonaegest - Soc. Gest. de Fundos de Investimentos, SA	40,00%	384.351	-	-	384.351	-	384.351
Sonaerp - Retail Properties, SA	100,00%	114.495.350	-	-	114.495.350	-	114.495.350
Sondis Imobiliária, SA	100,00%	474.940	-	-	474.940	-	474.940
Sonvecap, BV	100,00%	3.000.000	-	-	3.000.000	-	3.000.000
Tlantic Portugal - Sistemas de Informação, SA	-	1.068.316	675.000 (2)	1.743.316 (3) (5)	-	-	-
Valor N, SA	100,00%	2.087.315	-	-	2.087.315	-	2.087.315
Total		<u>2.714.136.448</u>	<u>26.208.658</u>	<u>192.613.666</u>	<u>2.547.731.440</u>	<u>159.070.149</u>	<u>2.388.661.291</u>

- (1) Aquisição;
- (2) Cobertura de prejuízos;
- (3) Alienação a partes relacionadas;
- (4) Redução capital
- (5) Reembolso de entradas facultativas capital

Durante o exercício foram registadas imparidades sobre os investimentos de partes de capital nas subsidiárias conforme discriminadas na nota 26.

Empresa	% detenção	31.dezembro.2012				Imparidade acumulada	Valor da demonstração da posição financeira
		Custo de aquisição			Saldo final		
		Saldo inicial	Aumentos	Diminuições			
Azulino - Imobiliária, SA	100,00%	498.025	-	-	498.025	-	498.025
Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	2.115.000	150.000 (1)	-	2.265.000	700.000	1.565.000
Canasta - Empreendimentos Imobiliários, SA	100,00%	1.669.375	-	-	1.669.375	1.557.375	112.000
Chão Verde - Sociedade de Gestão Imobiliária, SA	100,00%	2.244.591	150.000 (2)	-	2.394.591	1.094.591	1.300.000
Citorres - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	477.848	-	-	477.848	-	477.848
Contimobe - Imobiliária do Castelo de Paiva, SA	100,00%	231.318.722	-	-	231.318.722	29.818.722	201.500.000
Cumulativa - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	2.355.191	35.000 (1)	-	2.390.191	945.191	1.445.000
Fozimo - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	24.940	-	-	24.940	-	24.940
Fozmassimo - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	6.264.902	-	-	6.264.902	964.902	5.300.000
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosede	54,55%	64.415.021	-	-	64.415.021	-	64.415.021
Fundo de Investimento Imobiliário Imosonae Dois	74,94%	108.755.437	-	-	108.755.437	-	108.755.437
Igimo - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	220.000	-	-	220.000	-	220.000
Iginha - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	1.359.000	-	-	1.359.000	-	1.359.000
Imoconti - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	380.000	-	-	380.000	-	380.000
Imoestrutura - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	24.940	-	-	24.940	-	24.940
Imomuro - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	999.940	100.000 (1)	-	1.099.940	439.940	660.000
Imosresultado - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	109.736	-	-	109.736	-	109.736
Imosistema - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	280.000	-	-	280.000	-	280.000
MDS, SGPS, SA	46,92%	51.000.000	-	-	51.000.000	-	51.000.000
MJLF - Empreendimentos Imobiliários, SA	100,00%	1.809.397	-	-	1.809.397	1.619.397	190.000
Modelo - Distribuição de Materiais de Construção, SA	50,00%	9.790.614	15.000.000 (2)	-	24.790.614	-	24.790.614
Modelo Hiper Imobiliária, SA	100,00%	10.655.164	-	-	10.655.164	-	10.655.164
Modelo.Com - Vendas por Correspondência, SA	100,00%	12.637.016	-	-	12.637.016	-	12.637.016
Mundo Vip - Operadores Turísticos, SA	33,34%	1.101.337	-	-	1.101.337	1.101.337	-
Predicomercial - Promoção Imobiliária, SA	100,00%	6.372.293	-	-	6.372.293	-	6.372.293
Raso, SGPS, SA	50,00%	24.500.000	-	-	24.500.000	9.026.000	15.474.000
Selifa - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários, SA	100,00%	1.513.379	-	-	1.513.379	948.379	565.000
Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	2.130.558	-	-	2.130.558	-	2.130.558
Sesagest - Projectos e Gestão Imobiliária, SA	100,00%	36.677.088	-	-	36.677.088	-	36.677.088
Socijofra - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	550.000	-	-	550.000	-	550.000
Sociloures - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	10.000.000	-	-	10.000.000	-	10.000.000
Soflorin, BV	100,00%	257.309.037	-	-	257.309.037	-	257.309.037
Sonae - Specialized Retail, SGPS, SA	100,00%	1.050.000.000	-	-	1.050.000.000	-	1.050.000.000
Sonae Capital Brasil, SA	37,00%	19.600.307	-	-	19.600.307	12.292.000	7.308.307
Sonae Center Serviços II, SA	100,00%	58.032.319	-	-	58.032.319	-	58.032.319
Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA	41,96%	600.000.000	-	-	600.000.000	-	600.000.000
Sonae gest - Soc. Gest. de Fundos de Investimentos, SA	40,00%	384.351	-	-	384.351	-	384.351
Sonaerp - Retail Properties, SA	100,00%	114.495.350	-	-	114.495.350	-	114.495.350
Sondis Imobiliária, SA	100,00%	474.940	-	-	474.940	-	474.940
Sonvecap, BV	100,00%	3.000.000	-	-	3.000.000	-	3.000.000
Tiatic Portugal - Sistemas de Informação, SA	100,00%	893.316	175.000 (1)	-	1.068.316	-	1.068.316
Valor N, SA	100,00%	2.087.315	-	-	2.087.315	-	2.087.315
Total		2.698.526.448	15.610.000	-	2.714.136.448	60.507.834	2.653.628.614

- (1) Cobertura de prejuízos;
- (2) Entradas facultativas de capital

Durante o exercício de 2012 foram registadas imparidades sobre os investimentos de partes de capital nas subsidiárias conforme discriminadas na nota 26.

6 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 o detalhe dos ativos fixos tangíveis e respectivas depreciações era o seguinte:

	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total ativos fixos tangíveis
Ativo bruto					
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2012	19.062	24.455	679	-	44.196
Diminuições	-	(1.600)	-	-	(1.600)
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2013	19.062	22.855	679	-	42.596
Diminuições	-	(71)	-	-	(71)
Saldo final a 31 de dezembro de 2013	19.062	22.784	679	-	42.525
Depreciações acumuladas					
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2012	19.062	24.369	679	-	44.110
Aumentos	-	26	-	-	26
Diminuições	-	(1.600)	-	-	(1.600)
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2013	19.062	22.795	679	-	42.536
Aumentos	-	23	-	-	23
Diminuições	-	(64)	-	-	(64)
Saldo final a 31 de dezembro de 2013	19.062	22.754	679	-	42.495
Valor líquido					
A 31 de dezembro de 2012	-	60	-	-	60
A 31 de dezembro de 2013	-	30	-	-	30

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 o detalhe dos ativos intangíveis e respectivas amortizações era o seguinte:

	Propriedade industrial	Software	Total ativos intangíveis
Ativo bruto			
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2012	1.413.704	479	1.414.183
Transferências / abates	-	(479)	(479)
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2013	1.413.704	-	1.413.704
Saldo final a 31 de dezembro de 2013	1.413.704	-	1.413.704
Amortizações acumuladas			
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2012	1.410.048	479	1.410.527
Aumentos	2.431	-	2.431
Transferências / abates	-	(479)	(479)
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2013	1.412.479	-	1.412.479
Aumentos	770	-	770
Saldo final a 31 de dezembro de 2013	1.413.249	-	1.413.249
Valor líquido			
A 31 de dezembro de 2012	1.225	-	1.225
A 31 de dezembro de 2013	455	-	455

7 IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe dos ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

	Ativos	
	31.dezembro.2013	31.dezembro.2012
Outros	6.485	28.070
	6.485	28.070

	Passivos	
	31.dezembro.2013	31.dezembro.2012
Diferença entre amortizações económicas e fiscais	-	237
	-	237

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram é o seguinte:

	Ativos		Passivos	
	31.dezembro.2013	31.dezembro.2012	31.dezembro.2013	31.dezembro.2012
Saldo inicial	28.070	82.690	237	784
Efeito em resultados:				
Outros	(21.585)	(54.620)	(237)	(547)
	(21.585)	(54.620)	(237)	(547)
	6.485	28.070	-	237

8 OUTROS ATIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 o detalhe dos outros ativos não correntes era o seguinte:

	31.dezembro.2013	31.dezembro.2012
Empréstimos concedidos (Nota 35)	1.186.256.030	1.092.008.435
Outras dívidas de terceiros	-	-
	1.186.256.030	1.092.008.435

Os empréstimos concedidos a empresas subsidiárias e associadas têm uma natureza de longo prazo, vencem juros a taxas de mercado indexadas à Euribor sendo o seu justo valor, genericamente, similar ao seu valor contabilístico.

A imparidade dos empréstimos concedidos a empresas do grupo é avaliada conforme descrito na alínea l) da nota 2.5.

No exercício de 2012 foi reconhecida uma imparidade de 1.000.000 euros sobre a totalidade do montante de empréstimos a receber da associada Mundo Vip – Operadores Turísticos, SA. Por deliberação dos acionistas daquela sociedade foi efetuada a cobertura de prejuízos por incorporação de suprimentos, pelo que foi anulada a imparidade no exercício de 2013.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 os restantes empréstimos concedidos não se encontram vencidos ou em imparidade.

O valor registado na rubrica “Outras dívidas de terceiros” inclui o montante a receber relativo à alienação de uma participação financeira para a qual foi registada, durante o exercício, uma imparidade adicional no montante de 79.406 euros (894.124 euros em 2012), perfazendo um total de imparidade no montante de 2.423.530 euros (Nota 22).

9 CLIENTES

O saldo de clientes respetivamente 394.432 euros e de 1.688.043 euros em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 respeita exclusivamente a prestação de serviços a empresas do grupo.

À data da demonstração da posição financeira, não existem contas a receber vencidas e não foram registadas quaisquer perdas de imparidade, dado não existirem indicações que os clientes não cumpram as suas obrigações.

10 OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 o detalhe das outras dívidas de terceiros era o seguinte:

	<u>31.dezembro.2013</u>	<u>31.dezembro.2012</u>
Empréstimos de curto prazo (Nota 35)	109.909.849	129.359.208
Juros por liquidar	17.840.280	18.415.191
Impostos - RETGS	23.264.933	26.447.000
Regime especial regularização de dívidas fiscais e Segurança Social (DL 248-A/2002, de 14 de novembro)	4.373.135	4.778.747
Regime especial regularização de dívidas fiscais e Segurança Social (DL 151-A/2013, de 31 de outubro)	2.988.618	-
Outros	7.236.740	156.668
	<u>165.613.555</u>	<u>179.156.814</u>

Os empréstimos concedidos vencem juros a taxas de mercado indexadas à Euribor, e têm uma maturidade inferior a 1 ano.

Do montante de 23.264.933 euros registado na rubrica impostos, 21.651.461 euros (26.447.000 euros a 31 dezembro 2012) corresponde ao imposto do exercício apurado pelas empresas tributadas de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades.

Os montantes relativos ao regime especial de regularização de dívidas fiscais e Segurança Social (DL 248-A/2002, de 14 de novembro e DL 151-A/2013, de 31 de outubro), correspondem a importâncias pagas, relativas a liquidações de impostos que já se encontram na via judicial, mantendo-se os processos judiciais a continuar a sua tramitação, tendo contudo sido canceladas as garantias prestadas para os referidos processos. É entendimento da Sonae Investimentos que o resultado das reclamações efetuadas lhe será favorável, facto pelo qual não registou qualquer ajustamento para fazer face a eventuais perdas.

A rubrica “Outros” inclui um montante 6.679.649 euros, referente a um pagamento efetuado por conta de uma subsidiária.

Não existiam ativos vencidos ou em imparidade em 31 de dezembro de 2013 e de 2012. O justo valor dos empréstimos concedidos a empresas subsidiárias é, genericamente, similar ao seu valor contabilístico.

11 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 o detalhe do estado e outros entes públicos era o seguinte:

	<u>31.dezembro.2013</u>	<u>31.dezembro.2012</u>
Imposto sobre o rendimento	34.066.038	30.428.987
Saldos devedores	<u>34.066.038</u>	<u>30.428.987</u>
	<u>31.dezembro.2013</u>	<u>31.dezembro.2012</u>
Imposto sobre o rendimento	1.893.202	1.893.202
Imposto sobre o valor acrescentado	16.794	280.567
Contribuições para a segurança social	886	397
Retenção de imposto sobre rendimentos	593.297	588.319
Outros	74.999	68.978
Saldos credores	<u>2.579.178</u>	<u>2.831.463</u>

O valor na rubrica saldos devedores corresponde fundamentalmente a valores a receber de imposto sobre o rendimento, ainda não reembolsados.

12 OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 o detalhe dos outros ativos correntes era o seguinte:

	<u>31.dezembro.2013</u>	<u>31.dezembro.2012</u>
Juros a receber	779.196	130.719
Juros de mora ou indemnizatórios	765.605	765.605
Fianças	688.069	271.996
Fee's de gestão a receber	120.557	45.000
Devedores por acréscimos de rendimentos	<u>2.353.427</u>	<u>1.213.320</u>
Seguros	209.874	229.343
Custos com emissão de dívida	1.854.539	1.905.427
Outros	-	5.905
Gastos diferidos	<u>2.064.413</u>	<u>2.140.675</u>
	<u>4.417.840</u>	<u>3.353.995</u>

13 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	<u>31.dezembro.2013</u>	<u>31.dezembro.2012</u>
Numerário	550	550
Depósitos bancários	6.622.591	54.402.147
Outras aplicações de tesouraria	-	40.099.667
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	<u>6.623.141</u>	<u>94.502.364</u>
Descobertos bancários (Nota 17)	-	(1.727)
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	<u>6.623.141</u>	<u>94.500.637</u>

Em descobertos bancários estão considerados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras, incluídos na demonstração da posição financeira na rubrica de empréstimos bancários.

14 CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 1.000.000.000 ações ordinárias (1.000.000.000 em 31 de dezembro de 2012), com o valor nominal unitário de 1 euro.

Durante 2013 a subsidiária, Sonae – Specialized Retail, SGPS, SA, alienou a totalidade das ações que detinha da Sonae Investimentos, num total de 100.000.000 ações à subsidiária Sonae MC – Modelo Continente, SGPS, SA. Estas ações são consideradas ações próprias nos termos do Código das Sociedades Comerciais, encontrando-se os seus direitos suspensos.

Por deliberação da Assembleia Geral de Acionistas realizada em 24 de abril de 2013, o resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 no montante de 5.693.194 euros, foi aplicado em reservas legais (284.660 euros) e distribuição de dividendos (5.408.534 euros). Nesta Assembleia Geral foi ainda aprovada a distribuição de reservas livres no montante de 34.591.466 euros.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 o capital subscrito da sociedade era detido como segue:

	<u>31.dezembro.2013</u>	<u>31.dezembro.2012</u>
Sonae, SGPS, SA	76,8556%	76,8556%
Sonae Investments BV	13,1419%	13,1419%
Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA	10,0000%	-
Sonae - Specialized Retail, SGPS, SA	-	10,0000%
Libra Serviços, Sociedade Unipessoal, Lda	0,0025%	0,0025%

Em 31 de dezembro de 2013 a Efanor Investimentos, SGPS, SA e suas filiais detinham 52,48% das ações representativas do capital social da Sonae, SGPS, SA.

15 RESERVAS LEGAIS

A sociedade constitui as suas reservas legais conforme estipulado no Código das Sociedades Comerciais. Em 2013 e 2012 transferiu, respetivamente, para esta rubrica resultados no valor de 284.660 euros e 742.928 euros.

16 RESERVAS DE JUSTO VALOR, COBERTURA E OUTRAS RESERVAS

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 o detalhe de outras reservas era o seguinte:

	<u>31.dezembro.2013</u>	<u>31.dezembro.2012</u>
Reserva nos termos do artº 324º CSC	320.000.000	320.000.000
Entradas facultativas de capital	372.000.000	372.000.000
Outras reservas	<u>462.433.557</u>	<u>497.025.023</u>
	<u>1.154.433.557</u>	<u>1.189.025.023</u>

Na sequência da aquisição de ações da Sonae Investimentos, SGPS, SA por uma subsidiária, tornaram-se indisponíveis, nos termos do artigo 324º do Código das Sociedades Comerciais, reservas livres de montante igual ao seu custo de aquisição. Esta reserva só poderá ser movimentada após a extinção ou alienação das referidas ações.

17 EMPRÉSTIMOS

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 estavam incluídos nesta rubrica os seguintes empréstimos:

	<u>31.dezembro.2013</u>	<u>31.dezembro.2012</u>
Obrigações Sonae Investimentos / agosto 2007/2015	200.000.000	200.000.000
Obrigações Sonae Investimentos / setembro 2007/2015	155.000.000	155.000.000
Obrigações Sonae Investimentos / 2009/2014	-	10.000.000
Obrigações Sonae Investimentos / 2012/2017	170.000.000	170.000.000
Obrigações Sonae Investimentos / junho 2013/2018	50.000.000	-
Obrigações Sonae Investimentos / dezembro 2013/2018	75.000.000	-
Custos de emissão ainda não amortizados	<u>(3.692.137)</u>	<u>(2.261.608)</u>
Empréstimos obrigacionistas	<u>646.307.863</u>	<u>532.738.392</u>
Papel comercial	65.000.000	147.500.000
Outros empréstimos bancários	1.666.667	5.000.000
Custos de emissão ainda não amortizados	<u>(320)</u>	<u>(15.015)</u>
Empréstimos bancários	<u>66.666.347</u>	<u>152.484.985</u>
Empréstimos não correntes	<u>712.974.210</u>	<u>685.223.377</u>
	<u>31.dezembro.2013</u>	<u>31.dezembro.2012</u>
Obrigações Sonae Investimentos / 2009/2014	10.000.000	16.000.000
Obrigações Sonae Investimentos / setembro 2007/2015	-	155.000.000
Custos de emissão ainda não amortizados	<u>(9.878)</u>	<u>(99.218)</u>
Empréstimos obrigacionistas	<u>9.990.122</u>	<u>170.900.782</u>
Papel comercial	32.500.000	28.500.000
Outros empréstimos bancários	3.333.333	3.333.333
Custos de emissão ainda não amortizados	<u>(7.667)</u>	<u>(7.667)</u>
Descobertos bancários (nota 13)	-	1.727
Empréstimos bancários	<u>35.825.666</u>	<u>31.827.393</u>
Empréstimos correntes	<u>45.815.788</u>	<u>202.728.175</u>

Estima-se que o valor contabilístico do conjunto dos empréstimos não difere significativamente do seu justo valor. O justo valor dos empréstimos é determinado com base na metodologia de fluxos de caixa descontados. Os empréstimos acima referidos vencem juros a taxas variáveis indexadas a referenciais de mercado.

Os empréstimos e juros são reembolsáveis como se segue:

	<u>31.dezembro.2013</u>		<u>31.dezembro.2012</u>	
	Capital	Juros	Capital	Juros
2013	-	-	202.835.060	20.550.643
2014	45.833.333	21.343.193	35.833.333	17.210.696
2015	394.166.667	20.131.098	394.166.667	16.417.350
2016	102.500.000	14.152.177	162.500.000	10.158.633
2017	95.000.000	7.703.485	95.000.000	2.999.815
Após 2017	125.000.000	3.745.160	-	-
	<u>762.500.000</u>	<u>67.075.113</u>	<u>890.335.060</u>	<u>67.337.137</u>

Os montantes de instrumentos financeiros destinados a cobrir as carências de tesouraria disponíveis a 31 de dezembro de 2013 e 2012 podem ser resumidas como se segue:

	31.dezembro.2013		31.dezembro.2012	
	Inferior a 1 ano	Superior a 1 ano	Inferior a 1 ano	Superior a 1 ano
Montante de linhas contratadas	338.000.000	375.000.000	202.000.000	547.500.000
Montante de linhas disponíveis	305.500.000	310.000.000	173.500.000	400.000.000

A taxa de juro em vigor a 31 de dezembro de 2013 dos empréstimos obrigacionistas e empréstimos bancários era em média cerca de 2,79% (2,40% em 31 de dezembro 2012).

18 OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

A 31 de dezembro de 2013 e 2012 esta rubrica inclui um empréstimo obrigacionista subordinado, com maturidade de 10 anos emitido em condições de mercado pela Sonae Investimentos, SGPS, SA em 28 de dezembro de 2010, no montante de 400.000.000 euros, correspondendo a 8.000 obrigações com valor nominal de 50.000 euros cada, com taxa fixa e reembolso no final do período do empréstimo.

O justo valor deste empréstimo a 31 de dezembro de 2013 é de 41.495 euros (42.606 euros a 31 de dezembro 2012) por obrigação, tendo sido determinado com base no método de fluxos de caixa descontados.

19 FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a rubrica de fornecedores apresenta valores a liquidar num prazo não superior a 90 dias, resultantes de aquisições decorrentes da atividade normal da Empresa.

20 OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 o detalhe das outras dívidas a terceiros era o seguinte:

	31.dezembro.2013	31.dezembro.2012
Empréstimos de curto prazo (Nota 35)	290.898.588	402.548.615
Impostos - RETGS	18.534.082	18.872.865
Outros	403	40.670
	<u>309.433.073</u>	<u>421.462.150</u>

Do montante de 18.534.082 euros registado na rubrica impostos, 15.377.695 euros (18.872.865 euros em 31 de dezembro de 2012) corresponde ao imposto do exercício apurado pelas empresas tributadas de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades.

21 OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 o detalhe dos outros passivos correntes era o seguinte:

	<u>31.dezembro.2013</u>	<u>31.dezembro.2012</u>
Responsabilidade por bónus de desempenho diferido	-	309.176
Juros a liquidar	5.682.153	5.643.276
Fianças	2.243.020	1.130.783
Outros	<u>294.135</u>	<u>354.310</u>
Credores por acréscimos de gastos	<u>8.219.308</u>	<u>7.437.545</u>

22 PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

Em 31 de dezembro de 2013 o movimento ocorrido na rubrica provisões e perdas por imparidade acumuladas foi como se segue:

	<u>Saldo inicial</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Transferências</u>	<u>Saldo final</u>
Imparidade em investimentos (Notas 5 e 26)	60.507.834	97.562.315	1.000.000	159.070.149
Imparidade em outros ativos não correntes (Nota 8 e 26)	3.344.124	79.406	(1.000.000)	2.423.530
Imparidade em outros ativos correntes	-	8.981	-	8.981

O aumento registado na rubrica imparidade em investimentos encontra-se refletido na demonstração dos resultados na rubrica ganhos ou perdas relativos a investimentos.

23 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 o valor das garantias emitidas a favor de terceiros era o seguinte:

	<u>31.dezembro.2013</u>	<u>31.dezembro.2012</u>
Garantias prestadas:		
por processos fiscais em curso		
Garantias bancárias	90.476.241	95.349.401
Fianças prestadas pela empresa mãe	215.016.937	172.973.984
por processos autárquicos em curso	28.938	28.938
outras	10.633.113	10.883.112
Fianças prestadas a favor de subsidiárias (a)	62.961.055	62.641.328

- a) Fianças prestadas à Administração Fiscal a favor de subsidiárias para efeito de suspensão de processos fiscais.

A rubrica garantias prestadas por processos fiscais em curso inclui garantias a favor da Administração Fiscal relativas a imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas de exercícios anteriores. Os valores mais relevantes destas garantias estão associados, a correções efetuadas pela Administração Fiscal ao resultado tributável do exercício de 2005, respeitantes a cobertura de prejuízos acumulados por sociedade participada, que tendo sido registados no custo da participação, aliás, como é entendimento já firmado pela própria Administração Fiscal, entendeu agora e no caso concreto, que não devia considerar esse montante no custo da participação, bem como à desconsideração da dedução de prejuízos fiscais gerados pela transação atrás mencionada, e correções efetuadas pela Administração Fiscal relacionadas com a não aceitação de perdas fiscais

geradas com a venda e posterior liquidação de uma subsidiária no exercício de 2002. A Empresa procedeu à impugnação judicial destas liquidações, sendo entendimento do Conselho de Administração, com base no parecer dos seus assessores, que as referidas impugnações judiciais serão procedentes.

Não foi criada qualquer provisão para fazer face a eventuais riscos relacionados com os diferendos para os quais foram prestadas garantias, por ser entendimento do Conselho de Administração que da resolução dos referidos diferendos não resultarão quaisquer passivos para a Sociedade.

No âmbito dos regimes de regularização de dívidas fiscais ao abrigo dos DL 248-A/2002 e DL 151-A/2013 foram efetuados pagamentos de impostos no montante de cerca de 7.361.753 euros (4.778.747 euros em 31 de dezembro de 2012) tendo sido canceladas as respetivas garantias e mantendo-se em curso os processos de impugnação judiciais associados.

A Empresa garantiu o cumprimento das obrigações assumidas pela Sonae Capital Brasil, SA no âmbito da alienação de uma subsidiária no Brasil relacionadas com a resolução de processos de natureza fiscal envolvendo a subsidiária alienada, conforme descrito na Nota de ativos e passivos contingentes do anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

24 ENTIDADES RELACIONADAS

As transações e saldos e com entidades relacionadas podem ser resumidos como segue:

	<u>31.dezembro.2013</u>	<u>31.dezembro.2012</u>
Transações:		
Empresas subsidiárias	-	1.000.000
Empresas associadas	<u>870.539</u>	<u>1.018.202</u>
Prestação de serviços	<u>870.539</u>	<u>2.018.202</u>
Empresa mãe	2.289.592	1.162.677
Empresas subsidiárias	47	54
Empresas controladas conjuntamente	2.332	-
Empresas associadas	42.331	37.498
Outras partes relacionadas	<u>4.010</u>	<u>870</u>
Compras e serviços recebidos	<u>2.338.312</u>	<u>1.201.099</u>
Empresa mãe	149.604	186.336
Empresas subsidiárias	574.228	300.731
Empresas associadas	<u>240</u>	<u>240</u>
Outros rendimentos operacionais	<u>724.072</u>	<u>487.307</u>
Empresas subsidiárias	44.355.931	47.929.276
Empresas controladas conjuntamente	420.342	357.634
Empresas associadas	<u>509.156</u>	<u>1.097.928</u>
Juros auferidos	<u>45.285.429</u>	<u>49.384.838</u>
Empresa mãe	30.516.353	30.608.475
Empresas subsidiárias	15.316.713	12.416.437
Outras partes relacionadas	<u>4.297.883</u>	<u>4.278.133</u>
Juros suportados	<u>50.130.949</u>	<u>47.303.045</u>
Empresas subsidiárias	<u>125.286.679</u>	<u>24.646.376</u>
Dividendos auferidos	<u>125.286.679</u>	<u>24.646.376</u>
Empresas associadas	<u>300.000</u>	<u>-</u>
Alienação investimentos financeiros	<u>300.000</u>	<u>-</u>
Empresas subsidiárias	<u>17.368.661</u>	<u>26.827.561</u>
Rendimentos unidades de participação	<u>17.368.661</u>	<u>26.827.561</u>

	<u>31.dezembro.2013</u>	<u>31.dezembro.2012</u>
Saldos:		
Empresa mãe	137.119	72.094
Empresas subsidiárias	49.319.490	45.931.390
Empresas controladas conjuntamente	141.454	139.822
Empresas associadas	615.673	962.875
Outras partes relacionadas	-	9.155
Contas a receber	<u>50.213.736</u>	<u>47.115.336</u>
Empresa mãe	2.551.820	1.439.583
Empresas subsidiárias	20.687.545	19.805.085
Empresas controladas conjuntamente	2.332	-
Empresas associadas	4	-
Outras partes relacionadas	<u>43.403</u>	<u>46.827</u>
Contas a pagar	<u>23.285.104</u>	<u>21.291.495</u>
Empresas subsidiárias	1.279.050.450	1.195.591.641
Empresas controladas conjuntamente	8.450.000	7.800.000
Empresas associadas	<u>8.665.429</u>	<u>18.976.002</u>
Empréstimos concedidos	<u>1.296.165.879</u>	<u>1.222.367.643</u>
Empresa mãe	347.400.000	347.400.000
Empresas subsidiárias	290.898.588	402.548.615
Outras partes relacionadas	<u>52.600.000</u>	<u>52.600.000</u>
Empréstimos obtidos	<u>690.898.588</u>	<u>802.548.615</u>

Consideram-se partes relacionadas todas as subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas pertencentes ao Grupo Sonae, SGPS, SA e Efanor Investimentos, SGPS, SA conforme descrito no anexo consolidado.

Durante o exercício foram obtidas operações de tesouraria da Sonae SGPS, SA no montante de 859.966.172 euros (624.453.000 euros em 2012), tendo sido liquidados 859.966.172 euros (624.453.000 euros em 2012).

Em 2013 e 2012, não ocorreram transações com os Administradores da sociedade nem lhes foram concedidos empréstimos.

Não foi atribuída qualquer remuneração aos membros do Conselho de Administração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não existiam saldos com os administradores da sociedade.

25 PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Os montantes de 870.539 euros e 2.018.202 euros relativos a 31 de dezembro de 2013 e de 2012, respetivamente, respeitam a serviços técnicos de administração e gestão prestados a subsidiárias, no âmbito da lei das SGPS.

26 GANHOS OU PERDAS RELATIVOS A INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 o detalhe dos ganhos ou perdas relativos a investimentos era o seguinte:

	<u>31.dezembro.2013</u>	<u>31.dezembro.2012</u>
Dividendos:		
Azulino - Imobiliária, SA	43.448	-
Citorres - Sociedade Imobiliária, SA	52.353	-
Contimobe - Imobiliária do Castelo de Paiva, SA	7.449.929	5.252.433
Fozimo - Sociedade Imobiliária, SA	25.321	-
Iginha - Sociedade Imobiliária, SA	520.619	-
Imoconti - Sociedade Imobiliária, SA	464.803	-
Imoestrutura - Sociedade Imobiliária, SA	63.255	-
Imosistema - Sociedade Imobiliária, SA	109.281	-
Modelo.Com - Vendas por Correspondência, SA	975.036	963.357
Modelo Hiper Imobiliária, SA	664.658	788.104
Predicomercial - Promoção Imobiliária, SA	554.118	-
Sesagest - Projectos e Gestão Imobiliária, SA	2.247.787	14.735.408
Socijofra - Sociedade Imobiliária, SA	313.017	-
Sondis Imobiliária, SA	824.807	-
Soflorin, BV	80.000.000	-
Sonae Center Serviços II, SA	5.612.678	-
Sonaegest - Soc. Gest. de Fundos de Investimentos, SA	190.744	157.074
Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA	25.174.825	-
Sonvecap, BV	-	2.750.000
	<u>125.286.679</u>	<u>24.646.376</u>
Rendimentos de investimentos financeiros:		
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosede	6.352.140	8.073.496
Fundo de Investimento Imobiliário Imosonae Dois	11.016.521	18.754.065
	<u>17.368.661</u>	<u>26.827.561</u>
Perdas de imparidade:		
Chão Verde - Sociedade de Gestão Imobiliária, SA	(1.300.000)	-
Fozmassimo - Sociedade Imobiliária, SA	(1.283.652)	-
Igimo - Sociedade Imobiliária, SA	(69.338)	-
Imomuro - Sociedade Imobiliária, SA	(66.115)	-
Modelo - Distribuição de Materiais de Construção, SA	(3.280.000)	-
Modelo Hiper Imobiliária, SA	(642.516)	-
Mundo Vip - Operadores Turísticos, SA	-	(1.101.337)
Raso, SGPS, SA	-	(5.500.000)
Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, SA	(6.898.157)	-
Sociloures - Sociedade Imobiliária, SA	(10.000.000)	-
Soflorin, BV	(68.580.000)	-
Sonae Capital Brasil, SA	(5.442.537)	(5.500.000)
	<u>(97.562.315)</u>	<u>(12.101.337)</u>
Perdas na alienação de investimentos:		
Tlantic Portugal - Sistemas de Informação, SA	(1.168.315)	-
	<u>43.924.710</u>	<u>39.372.600</u>

27 RENDIMENTOS E GANHOS / GASTOS E PERDAS FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 o detalhe dos ganhos e das perdas financeiras era o seguinte:

	<u>31.dezembro.2013</u>	<u>31.dezembro.2012</u>
Juros obtidos		
relativos a depósitos bancários	348.576	732.906
relativos a empréstimos concedidos	45.206.023	49.305.432
outros	384.942	179.073
Outros ganhos financeiros	-	35.446
Rendimentos e ganhos financeiros	<u>45.939.541</u>	<u>50.252.857</u>
Juros suportados		
relativos a empréstimos bancários	(5.750.245)	(8.146.413)
relativos a obrigações não convertíveis	(16.535.181)	(21.134.856)
relativos a empréstimos obtidos	(50.130.949)	(47.303.046)
outros	(59)	-
Outros gastos e perdas financeiras		
Encargos com emissão de dívida	(6.473.402)	(5.983.853)
Outros gastos e perdas financeiras	(22.984)	(27.495)
Gastos e perdas financeiras	<u>(78.912.820)</u>	<u>(82.595.663)</u>

28 OUTROS RENDIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 a repartição de outros rendimentos é a seguinte:

	<u>31.dezembro.2013</u>	<u>31.dezembro.2012</u>
Recuperação encargos (a)	23.298	211.474
Fianças	706.552	282.565
Outros proveitos operacionais	<u>32.314</u>	<u>3.595</u>
	<u>762.164</u>	<u>497.634</u>

a) Rendimentos relativos a gastos assumidos por conta das participadas e posteriormente debitados.

29 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 o detalhe de fornecimentos e serviços externos era o seguinte:

	<u>31.dezembro.2013</u>	<u>31.dezembro.2012</u>
Trabalhos especializados	182.726	262.872
Publicidade e proganda	19.077	36.838
Serviços bancários	929.355	613.165
Seguros	584.065	659.440
Contencioso e notariado	173.951	23.212
Fianças	2.289.646	1.162.677
Outros fornecimentos e serviços	<u>8.263</u>	<u>1.204</u>
	<u>4.187.083</u>	<u>2.759.408</u>

30 OUTROS GASTOS

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 a repartição de outros gastos é a seguinte:

	<u>31.dezembro.2013</u>	<u>31.dezembro.2012</u>
Impostos indiretos	327.706	440.797
Outros proveitos operacionais	12.333	613
	<u>340.039</u>	<u>441.410</u>

31 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos no exercício de 2013 e 2012 são detalhados como segue:

	<u>31.dezembro.2013</u>	<u>31.dezembro.2012</u>
Imposto corrente	(593.415)	(110.377)
Imposto diferido	4.565.712	1.533.481
Total	<u>3.972.297</u>	<u>1.423.104</u>

A reconciliação do resultado antes de impostos com o imposto do exercício em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é como segue:

	<u>31.dezembro.2013</u>	<u>31.dezembro.2012</u>
Resultado antes de imposto	7.934.642	4.270.090
Taxa de imposto	25,00%	25,00%
	1.983.661	1.067.523
Perdas de imparidade não aceites fiscalmente	24.662.676	3.498.865
Reversão perdas de imparidade não aceites fiscalmente	(250.000)	-
Insuficiência / (excesso) de estimativa de imposto	593.415	110.378
Diferencial entre mais e menos valias fiscais e contabilísticas	292.079	-
Efeito de dividendos não sujeitos a tributação	(31.321.670)	(6.161.594)
Efeito da constatação impostos diferidos	21.347	-
Outros	46.196	61.724
Imposto sobre o rendimento	<u>(3.972.297)</u>	<u>(1.423.104)</u>

32 RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	31.dezembro.2013	31.dezembro.2012
Resultados		
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (resultado líquido do exercício)	11.906.939	5.693.194
Resultados para efeito do cálculo do resultado líquido por ação diluído	11.906.939	5.693.194
Número de ações		
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico	900.000.000	900.000.000
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação diluído	900.000.000	900.000.000
Resultado por ação (básico e diluído)	0,0132	0,0063

33 RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os recebimentos e pagamentos de investimentos financeiros ocorridos nos exercícios de 2013 e 2012 foram os seguintes:

	31.dezembro.2013			
	Recebimentos		Pagamentos	
	Total	Valor recebido	Total	Valor pago
Empresas				
Fozmassimo - Sociedade Imobiliária, SA	1.220.000	1.220.000	-	-
Fundo de Investimento Imobiliário Imosonaes Dois	-	-	5.033	5.033
Imomuro - Sociedade Imobiliária, SA	-	-	330.000	330.000
Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, SA	-	-	8.500.000	8.500.000
Sociloures - Sociedade Imobiliária, SA	-	-	2.350.000	2.350.000
Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA	189.650.350	189.650.350	13.348.625	13.348.625
Tlantico Portugal - Sistemas de Informação, SA	575.000	575.000	675.000	675.000
	<u>191.445.350</u>	<u>191.445.350</u>	<u>25.208.658</u>	<u>25.208.658</u>
	31.dezembro.2012			
	Recebimentos		Pagamentos	
	Total	Valor recebido	Total	Valor pago
Empresas				
Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, SA	-	-	150.000	150.000
Chão Verde - Sociedade de Gestão Imobiliária, SA	-	-	150.000	150.000
Cumulativa - Sociedade Imobiliária, SA	-	-	35.000	35.000
Imomuro - Sociedade Imobiliária, SA	-	-	100.000	100.000
Modelo - Distribuição de Materiais de Construção, SA	-	-	15.000.000	15.000.000
Tlantico Portugal - Sistemas de Informação, SA	-	-	175.000	175.000
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>15.610.000</u>	<u>15.610.000</u>

34 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 17 de março de 2014. Contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.

35 CUMPRIMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS

Decreto-Lei nº 318/94 art.º 5º nº 4

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2013 foram celebrados contratos de suprimentos com as seguintes empresas:

Canasta - Empreendimentos Imobiliários, SA
Citorres - Sociedade Imobiliária, SA
Contimobe – Imobiliária do Castelo de Paiva, SA
Cumulativa - Sociedade Imobiliária, SA
Iginha – Sociedade Imobiliária, SA
Imoconti – Sociedade Imobiliária, SA
Imoestrutura – Sociedade Imobiliária, SA
Imoresultado – Sociedade Imobiliária, SA
Imosistema – Sociedade Imobiliária, SA
MJLF – Empreendimentos Imobiliários, SA
Predicomercial – Promoção Imobiliária, SA
Selifa - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários, SA
Socijofra – Sociedade Imobiliária, SA
Soflorin, BV
Sonae Capital Brasil, SA
Sonae MC – Modelo Continente, SGPS, SA
Valor N, SA

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2013 foram celebrados contratos de operações de tesouraria com as seguintes empresas:

Azulino Imobiliária, SA
BB Food Service, SA
Bertimóvel – Sociedade Imobiliária, SA
Bom Momento - Restauração, SA
Chão Verde - Sociedade de Gestão Imobiliária, SA
Citorres – Sociedade Imobiliária, SA

Contibomba - Comércio e Distribuição de Combustíveis, SA

Contimobe – Imobiliária do Castelo de Paiva, SA

Continente Hipermercados, SA

Cumulativa - Sociedade Imobiliária, SA

Discovery Sports, SA

Efanor Investimentos, SGPS, SA

Farmácia Selecção, SA

Fashion Division, S.A.

Fozimo – Sociedade Imobiliária, SA

Fozmassimo - Sociedade Imobiliária, SA

Igimo – Sociedade Imobiliária, SA

Iginha – Sociedade Imobiliária, SA

Imoconti – Sociedade Imobiliária, SA

Imoestrutura – Sociedade Imobiliária, SA

Imomuro - Sociedade Imobiliária, SA

Imoresultado – Sociedade Imobiliária, SA

Imosistema – Sociedade Imobiliária, SA

Modalfa - Comércio e Serviços, S.A.

Modelo.Com - Vendas por Correspondência, SA

Modelo Continente Hipermercados, SA

Modelo Hiper - Imobiliária, SA

Pharmaconcept Actividades em Saúde, SA

Pharmacontinente – Saúde e Higiene, SA

Predicomercial – Promoção Imobiliária, SA

Raso Viagens e Turismo, SA

Raso, SGPS, SA

Sempre à Mão – Sociedade Imobiliária, SA

Sesagest – Projectos e Gestão Imobiliária, SA

Socijofra – Sociedade Imobiliária, SA
 Sociloures – Sociedade Imobiliária, SA
 Sonae, SGPS, SA
 Sonae MC – Modelo Continente, SGPS, SA
 Sonaerp - Retail Properties, SA
 Sonae - Specialized Retail, SGPS, SA
 Sonae Center Serviços II, SA
 Sondis - Sociedade Imobiliária, SA
 Sonvecap, BV
 Têxtil do Marco, SA
 Tlantic Portugal - Sistemas de Informação, SA
 Valor N, SA
 Worten - Equipamentos para o Lar, S A.
 Zyevolution Investigação e Desenvolvimento, SA

As respetivas posições devedoras em 31 de dezembro de 2013 são as seguintes:

Empresa	<u>31.dezembro.2013</u>
BB Food Service, SA	1.641.257
Contibomba - Comércio e Distribuição de Combustíveis, SA	771.257
Chão Verde - Sociedade de Gestão Imobiliária, SA	244.257
Fashion Division, SA	3.791.257
Modelo Continente Hipermercados, SA	222.873.608
Modelo Hiper Imobiliária, SA	2.802.258
Modelo.Com - Vendas por Correspondência, SA	7.837.258
Pharmaconcept - Actividades em Saúde, SA	47.257
Sesagest - Projectos e Gestão Imobiliária, SA	6.274.258
Sonae - Specialized Retail, SGPS, SA	13.557.921
Sonvecap, B.V.	29.988.000
Tlantic Portugal - Sistemas de Informação, SA	1.070.000
	<u>290.898.588</u>

As respetivas posições credoras em 31 de dezembro de 2013 são as seguintes:

Empresa	31.dezembro.2013
Azulino - Imobiliária, SA	3.753.916
Bom Momento - Comércio Retalhista, SA	158.743
Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, SA	21.718.724
Canasta - Empreendimentos Imobiliários, SA	1.667.607
Citorres - Sociedade Imobiliária, SA	2.574.448
Contimobe - Imobiliária do Castelo de Paiva, SA	29.279.151
Continente Hipermercados, SA	9.074.743
Cumulativa - Sociedade Imobiliária, SA	1.695.731
Farmácia Seleção, SA	900.743
Fozimo – Sociedade Imobiliária, SA	1.542.700
Igimo – Sociedade Imobiliária, SA	7.206.743
Iginha – Sociedade Imobiliária, SA	17.138.331
Imoconti – Sociedade Imobiliária, SA	11.113.123
Imoestrutura - Sociedade Imobiliária, SA	183.448
Imomuro - Sociedade Imobiliária, SA	15.574.346
Imoresultado – Sociedade Imobiliária, SA	475.398
Imosistema - Sociedade Imobiliária, SA	3.713.385
MJLF - Empreendimentos Imobiliários, SA	2.683.585
Modelo - Distribuição de Materiais de Construção, SA	4.544.964
MDS SGPS, SA	8.665.429
Pharmacontinente - Saúde e Higiene, SA	6.487.743
Predicomercial - Promoção Imobiliária, SA	5.048.709
Raso, SGPS, SA	8.450.000
Selifa - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários, SA	2.634.374
Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, SA	37.161.466
Socijofra - Sociedade Imobiliária, SA	5.508.851
Sociloures - Sociedade Imobiliária, SA	15.006.641
Soflorin, BV	201.883.415
Sonae Capital Brasil, SA	665.000
Sonae Center Serviços II, SA	2.242.163
Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA	671.738.743
Sonaerp - Retail Properties, SA	173.239.925
Sondis Imobiliária, SA	19.382.676
Valor N, SA	3.050.915
	<u>1.296.165.879</u>

Art.º 66 A do Código das Sociedades Comerciais

A informação relativa aos honorários do Revisor Oficial de Contas encontra-se incluída na informação divulgada no Relatório de Gestão.

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo (Presidente)

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério